

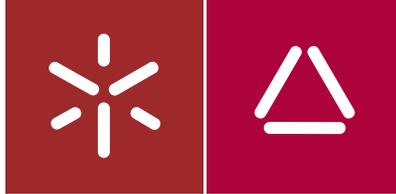


Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Jorge Luis Blom Carneiro Leão
Estratégias espaciais de sobrevivência urbana
vividas pelos sem-abrigo na cidade do Porto

Jorge Luis Blom Carneiro Leão

Estratégias espaciais de sobrevivência urbana
vividas pelos sem-abrigo na cidade do Porto



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Jorge Luís Blom Carneiro Leão

Estratégias espaciais de sobrevivência urbana
vivas pelos sem-abrigo na cidade do Porto

Tese de Mestrado
Mestrado em Geografia
Área de especialização em Planeamento e Gestão do Território

Trabalho efectuado sob a orientação do
Professor Doutor João Carlos Vicente Sarmento

Declaração

Nome: **Jorge Luís Blom Carneiro Leão**

Endereço eletrónico: jorgecleao@gmail.com

Título da tese: **Estratégias espaciais de sobrevivência urbana vividas pelos sem-abrigo na cidade do Porto**

Orientador: Professor Doutor João Carlos Vicente Sarmento

Ano de Conclusão: 2014

Ramo do Conhecimento: Mestrado em Geografia

Área de especialização em Planeamento e Gestão do Território

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO PARCIAL DESTA DISSERTAÇÃO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho, ___/___/_____

Assinatura:

Agradecimentos

Ao longo dos dois anos em que realizei este trabalho, várias foram as pessoas que de forma direta ou indireta colaboraram comigo e merecem a minha gratidão e reconhecimento.

Agradeço ao Professor e orientador João Sarmiento pela disponibilidade e ensinamentos partilhados, atitude que caracterizou a sua postura nesta etapa do meu percurso académico.

Aos sem-abrigo que prontamente se disponibilizaram a conversar e partilhar o seu tempo e histórias de vida, sem os quais não seria possível este estudo.

À minha Mãe, Irmã e Ivna, pelo apoio incondicional e todas as palavras de alento em momentos menos fáceis.

Ao meu Pai, que se cá estivesse, veria o orgulho nos seus olhos.

À minha restante família, que esteve sempre presente na minha formação. Um obrigado muito especial às minhas Tias.

Aos meus amigos de sempre e que nunca duvidaram. Um obrigado especial ao Cali.

À Catarina, ao Jorge Nunes, ao Márcio, ao Rui e ao Sérgio, que foram ao longo dos últimos 6 anos meus pares nas noitadas de estudo e de folia.

Resumo

A presença dos sem-abrigo em ambiente urbano é um fenómeno tão antigo quanto as próprias cidades. No entanto é uma situação que se tornou mais visível nos últimos anos, nomeadamente na cidade do Porto. O conceito de sem-abrigo varia de país para país, pelo que a Federação Europeia das Organizações que Trabalham com as Pessoas Sem-Abrigo (FEANTSA), fez um levantamento dos critérios para uma definição conjunta, ainda que Portugal tenha na sua Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas Sem-Abrigo 2009-2015 um conceito próprio.

As estratégias de sobrevivência adotadas por pessoas sem-abrigo relacionam-se em grande medida com as formas como estas usam, percebem, se relacionam e se movem no espaço, mais concretamente no espaço público. Associadas a estas estratégias, estão necessidades básicas do ser humano como o local de pernoita, a higiene pessoal, alimentação, entre outras.

O Porto é a principal cidade do Norte de Portugal, com importantes características industriais, comerciais e turísticas que se refletiram no desenvolvimento e crescimento da mesma. Todavia, a cidade tem perdido habitantes, bem como alguma dinâmica comercial desde a década de 1990, pelo que desde 2001, data em que a cidade foi Capital Europeia da Cultura se tem assistido a uma reabilitação do centro da cidade, ainda que a um ritmo lento.

O fenómeno dos sem-abrigo tem sido mais manifesto na cidade, seja pela presença mais visível das instituições de apoio, seja pela sensibilização que tem vindo a ser feita na comunicação social relativa a esta problemática. Em Portugal, já existem algumas investigações sobre os sem-abrigo, porém estas centram-se em fatores diferentes daqueles que são objeto deste estudo, nomeadamente a dimensão espacial. Acreditamos que o estudo potenciou o entendimento das movimentações dos sem-abrigo, que são sempre muito confinadas no espaço, bem como as estratégias que estes adotam para a resolução da satisfação das suas necessidades básicas.

Palavras-chave: Estratégias espaciais – Sobrevivência – Espaço público – Sem-abrigo – Porto

Abstract

The presence of homeless people in urban environments is a phenomenon as old as cities themselves. However it is a situation that has become more visible in recent years, particularly in the city of Porto. The concept of homelessness diverges from one country to the next and the European Federation of Organisations Working with the Homeless (FEANTSA), has made a list of criteria to get a common definition, even though Portugal has in its National Strategy for Integration of Homeless People 2009-2015 its own concept.

Survival strategies adopted by homeless people are fundamentally related to the ways in which they use, perceive, relate and move in space, specifically in public space. Associated with these strategies are basic human needs as the site to spend the night, personal hygiene, food, among others.

Porto is the main city of northern Portugal, with important industrial, commercial and tourist dimensions which are reflected in the city development and growth. However, since the 1990s, Porto has lost population, as well as some commercial activity. Since 2001, when the city was designated European Capital of Culture, a process of rehabilitation took place, although at a slow pace.

The phenomenon of homelessness has been more evident in the city, either by the visible presence of supporting institutions, either by the awareness that has been made in the media about this issue. In Portugal, there is already some research on the homeless, but studies tend to focus on factors different than those that are the subject of this study, namely the spatial dimension. We believe that the study enhanced the understanding of the movements of the homeless, who are always very confined in space, as well as the strategies they adopt to resolve the satisfaction of their basic needs.

Keywords: Spatial strategies - Survival - Public space - Homelessness - Porto

Índice geral

Agradecimentos	ii
Resumo	iii
Abstract.....	iv
Índice Geral	v
Índice de figuras	vi
Índice de tabelas	vii
Siglas	viii
1. Introdução e objetivos	1
2. Metodologia.....	4
3. Revisão bibliográfica.....	8
3.1. O controlo do espaço público	8
3.1.1. A ‘purificação’ do espaço público	19
3.2. Quem são os sem-abrigo	23
3.2.1. O conceito de sem-abrigo.....	23
3.2.2. Os sem-abrigo na Europa.	27
3.2.3. Os sem-abrigo em Portugal.....	29
4. A cidade do Porto	33
4.1. O centro histórico.....	40
4.2. A reabilitação urbana	45
5. Os sem-abrigo na cidade do Porto.....	48
5.1. As instituições de apoio aos sem-abrigo	48
5.1.1. As instituições e as rondas noturnas pela cidade	54
5.2. O investigador e as rondas noturnas pela cidade	61
5.3. A perspetiva de doze sem-abrigo	67
5.3.1. Arquiteturas precárias	72
5.3.2. O quotidiano possível.....	78
5.3.3. As dinâmicas espaciais.....	81
6. Considerações finais	89
7. Bibliografia.....	94
8. Anexos	107

Índice de Figuras

Figura 1. Camden Bench	17
Figura 2. Banco com obstáculo à pernoita	17
Figura 3. Picos metálicos anti sem-abrigo em Londres	18
Figura 4. Pinos de betão sob viaduto na China.....	18
Figura 5. Pay bench with spikes	19
Figura 6. Enquadramento da cidade do Porto em Portugal Continental	34
Figura 7. Área de intervenção da Porto Vivo, SRU	46
Figura 8. Pormenor da ZIP	46
Figura 9. Mapa com sinalização dos pontos de paragem das instituições voluntárias – acumulado 7 dias da semana	59
Figura 10. Mapa de enquadramento das áreas A e B na cidade do Porto	62
Figura 11. Área A	62
Figura 12. Área B	62
Figura 13. Média do n.º de pessoas sem-abrigo por local de pernoita – Área A	63
Figura 14. Zona comercial com características passíveis de ser usada por sem-abrigo .	64
Figura 15. Média do n.º de pessoas sem-abrigo por local de pernoita – Área B	65
Figura 16. Local de pernoita I	66
Figura 17. Local de pernoita II	66
Figura 18. Sem-abrigo a arrumar o espaço onde pernoita	66
Figura 19. Uso da água para limpeza	67
Figura 20. Uso da vassoura para limpeza	67
Figura 21. Acesso à área de José	73
Figura 22. Lugar de dormida de Pedro	74
Figura 23. Lugar de dormida António e Manuel- Junho de 2013	74
Figura 24. Lugar de dormida António e Manuel- Março de 2014	75
Figura 25. Lugar de dormida António e Manuel- Agosto de 2014	75
Figura 26. Como António transporta alguns de seus pertences	76
Figura 27. Sem-abrigo transporta os seus bens em carrinho de bebé I	76
Figura 28. Sem-abrigo transporta os seus bens em carrinho de bebé II	76
Figura 29. Cartões oferecidos pela UCP, local I	77

Figura 30. Cartões oferecidos pela UCP, local II	77
Figura 31. Ponto multifacetado de José	78
Figura 32. Ponto multifacetado de José	78
Figura 33. Horta de António e Manuel	80
Figura 34. Meio de transporte de Manuel	84
Figura 35. Dinâmicas espaciais Área I	85
Figura 36. Dinâmicas espaciais Área II	86

Índice de tabelas

Tabela 1. Definições da situação de sem-abrigo utilizadas em fontes estatísticas	25
Tabela 2. Resumo informativo das instituições voluntárias	54
Tabela 3. Dados dos 12 sem-abrigo com quem foram mantidas conversas informais ...	71
Tabela 4. A imobilidade dos sem-abrigo	82
Tabela 5. Afastamento máximo diário do local da pernoita	87

Siglas

ACRRU – Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística

ADF – Agência dos Direitos Fundamentais

BA – Banco Alimentar

CAOP – Carta Administrativa Oficial Portuguesa

CASA – Centro de Apoio aos Sem-Abrigo

CAT – Centro de Apoio a toxicodependentes

CCTV – *Closed Circuit Television*

CEC – Capital Europeia da Cultura

CNPD – Comissão Nacional de Proteção de dados

CNSR – Colégio Nossa Senhora do Rosário

CRUARB – Comissariado para a renovação Urbana da área Ribeira-Barredo

ENIPSA – Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo

FEANTSA – Federação Europeia das Associações que Trabalham com as Pessoas Sem-Abrigo

GASPorto – Grupo de Acção Social do Porto

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPMA – Instituto Português do Mar e da Atmosfera

ISNPO – International Classification of Non Profit Organizations

ISS – Instituto de Segurança Social

ISSP – Instituto de Segurança Social do Poro

MNSR – Museu Nacional Soares dos reis

NPISA – Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo

ONG – Organização Não Governamental

PAS – Projecto de Acção Social

PNAI – Plano Nacional da Acção para a Inclusão

RU – Reino Unido

SAOM – Serviços de Assistência Organizações de Maria

SCML – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

SIG – Sistemas de Informação Geográfica

SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana

UCP – Universidade Católica Portuguesa

UE – União Europeia

UN – *United Nations*

UNESCO – *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*

ZIP – Zona de Intervenção Prioritária

1. Introdução e objetivos

O fenómeno dos sem-abrigo é um grave problema social que se tem tornado cada vez mais visível em Portugal, existindo cerca de 5000 pessoas nesta situação de acordo com estimativas de 2014 do Instituto de Segurança Social.

A presença dos sem-abrigo em ambiente urbano, é um fenómeno antigo, contudo e provavelmente devido à crise económico-financeira que atravessamos na última década, é uma situação que se torna mais visível, nomeadamente na cidade do Porto. A visibilidade, que esta situação social tem vindo a ganhar, está associada ao facto de que o sem-abrigo, muitas vezes já não é relacionado com o pedinte, com o ócio, mas sim ao desemprego, a ruturas relacionais, às baixas reformas e salários (Fernandes, 2006).

A vivência de sem-abrigo, é uma das mais graves e provavelmente uma das mais perceptíveis, formas de pobreza na sociedade ocidental, que se diz desenvolvida, mas onde há um enorme contraste entre a prosperidade vivida por poucos e a pobreza de muitos.

O conceito de sem-abrigo é diferente de país para país e reflete muitas das vezes a situação económica e social de cada nação, todavia as diversas conceções da ideia de sem-abrigo influenciam de sobremaneira as perspetivas sobre a situação dos mesmos, bem como as políticas a adotar para lidar e combater este problema social.

Temos assistido muitas vezes noutros países à implementação de medidas punitivas, denominadas medidas para uma melhor qualidade de vida, que no fundo servem para lidar com o problema dos sem-abrigo de uma forma escamoteada, implementado por vezes leis que criminalizam as atividades necessárias à sobrevivência de quem usa o espaço público para dormir, passar tempo ou simplesmente estar sentado (Noy, 2006).

Com a maior visibilidade dos sem-abrigo, surgiram ao longo destes últimos anos diversas organizações e inclusive estratégias governamentais, para lidar com as mais variadas questões relacionadas com a temática, provocando um debate alargado sobre as políticas a implementar, bem como surgimento dos Núcleos de Planeamento e Implementação Sem-Abrigo em diversos pontos do país, do qual a cidade do Porto faz parte.

Tentar perceber quais são as estratégias espaciais adotadas pelos sem-abrigo, ou seja, a forma como deambulam pela cidade, na constante busca da satisfação das suas

necessidades, poder-nos-á ajudar a melhorar o sistema de apoio a estas pessoas que, devido à sua condição têm uma mobilidade reduzida, na medida em que não se podem afastar dos pontos nos quais sabem que são garantidas as suas carências mais básicas, ou seja, alimentação e estadia. Ainda assim, foram perceptíveis outras estratégias como a solidariedade entre sem-abrigo na vigilância dos seus bens pessoais, bem como a amizade que é mantida com as pessoas que habitam nas imediações do seu local de pernoita ou de peditório, de forma a manter uma salutar confiança com aqueles que são no fundo, os seus vizinhos.

Apesar de em Portugal, já existirem algumas investigações sobre os sem-abrigo, estas centram-se em fatores diferentes daqueles que são objeto deste estudo, como por exemplo nas questões psicológicas, sociológicas e antropológicas destes indivíduos, como por exemplo Ferreira (2009) ou Fernandes (2006).

O presente trabalho surgiu da necessidade de colmatar a falta de um estudo de cariz geográfico, pois os sem-abrigo são, e serão, uma questão premente e pertinente a estudar na perspetiva geográfica, uma vez que poucos são os estudos que se debruçam neste tema no qual se pudesse dar a conhecer quais são as movimentações dos sem-abrigo ao longo do dia e de que forma é que as atividades desenvolvidas por eles são condicionadas pelos locais onde podem encontrar a satisfação das suas necessidades básicas.

Posto isto, criando os sem-abrigo as suas próprias rotas e estratégias a fim de satisfazerem as necessidades características do ser humano (tais como alimentação, abrigo, amizade, entre outros serviços), torna-se necessário perceber as estratégias espaciais que estes criam, para a sua própria sobrevivência.

Assim, propõem-se como primeiro e principal objetivo deste estudo: identificar/compreender/perceber as dinâmicas espaciais e estratégias de sobrevivência dos sem-abrigo da cidade do Porto. Para isso é necessário definir objetivos para este trabalho que vão de encontro a este objetivo principal.

Dentro deste tópico pretendemos:

- Estudar o fenómeno dos sem-abrigo a diversas escalas;
- Refletir sobre a mutação e o controlo do espaço público usado pelos sem-abrigo, bem como a apropriação destes do espaço público;

- Realizar conversas informais com 12 sem-abrigo, de forma a melhor perceber as experiências por estes vividas;
- Elencar e descrever as estratégias adotadas pelos sem-abrigo, que traduzem o dia-a-dia dos mesmos;
- Mapear as movimentações de 12 sem-abrigo na cidade do Porto;
- Mapear os locais de apoio aos sem-abrigo por parte das instituições voluntárias;
- Identificar as instituições voluntárias que prestam serviço aos sem-abrigo
- Refletir sobre os diversos conceitos de sem-abrigo na União Europeia;

Assente nestes objetivos, este trabalho pretende ser uma base de apoio para as instituições que estão ativamente no terreno no apoio aos sem-abrigo da cidade do Porto, para que os esforços feitos na prestação do respectivo apoio sejam mais eficazes e que possam ser conciliados os meios económicos, materiais e humanos para que não haja desperdício de recursos.

O presente trabalho encontra-se dividido em três partes principais. Numa primeira parte fez-se uma revisão bibliográfica, na tentativa de aprofundar diversos temas relacionados com os sem-abrigo e a sua relação com o espaço em que se movem, sendo que a utilização do espaço público por parte dos mesmos e o controlo que é feito desse mesmo espaço se tornam temáticas relevantes. A segunda parte refere-se ao estudo de caso, onde a cidade do Porto é apresentada, e na qual a parte empírica da metodologia foi posta em prática, sendo explicados os vários passos dados para a boa realização de todo o trabalho de campo, nomeadamente no contacto com as instituições e naquilo que são as vivências de 12 sem-abrigo que deambulam pela cidade. Finalmente, a terceira e última parte, consiste nas conclusões retiradas da associação da parte teórica à parte prática, onde são apontados os principais desafios encontrados, bem como algumas reflexões para futuras pesquisas.

2. Metodologia

Este trabalho foi realizado ao longo de dois anos usando diversas metodologias. Esta encontra-se dividida em diversas partes, nomeadamente: pesquisa bibliográfica extensa sobre a temática; entrevistas com atores chave e responsáveis das instituições voluntárias; integração numa instituição voluntária para distribuição de comida; mapeamento e confirmação da distribuição de comida feitas pelas instituições; realização de caminhadas em 2 rotas para observação que ocorreram durante 4 meses, em que em cada uma das rotas foi efetuada 40 vezes; participação num evento dos sem-abrigo e finalmente, conversas informais com sem-abrigo e a sua respectiva análise;

A primeira parte que se refere à pesquisa bibliográfica, foi feita ao longo de todo o trabalho, mas com maior enfoque no início deste, com o intuito de perceber o fenómeno dos sem-abrigo, bem como a sua relação com o espaço. Um dos pontos importantes no que respeita a esta população, prende-se com a utilização e possível apropriação do espaço público, pelo que foi necessário pesquisar sobre esta temática de forma aprofundada, tentando perceber quais as diversas realidades internacionais, no que respeita ao uso e controlo do espaço público que tem nas últimas décadas sofrido bastantes alterações.

Esta revisão da bibliografia demonstrou-se essencial no entendimento de diversas ideias associadas às temáticas referidas, contudo a bibliografia nacional é escassa pelo que foi necessário expandir a pesquisa de modo a poder enriquecer o trabalho, o que potenciou uma melhor abrangência de opiniões e estudos. Nesta busca bibliográfica tentou-se encontrar diversas metodologias de carácter empírico, que pudessem servir de modelo a este trabalho, contudo em nenhum dos trabalhos lidos se encontrou um método de cariz geográfico, trabalhando outras áreas como anteriormente foi referido.

Ainda no contexto da revisão bibliográfica, foi feito um levantamento de informação relacionada com a cidade do Porto, nomeadamente no que se refere à sua história económica e social, na qual o centro histórico se revelou indispensável para o enquadramento do fenómeno dos sem-abrigo. Neste sentido, também a leitura sobre a reabilitação urbanística que tem sido realizada nas últimas duas décadas, foi importante para perceber as transformações a que os espaços públicos têm estado sujeitos.

Relativamente às entrevistas com atores-chave e responsáveis das instituições, foi considerada a necessidade de falar com as pessoas que estão em contacto direto com os sem-abrigo e com projetos que a estes digam respeito. Assim, foram abordados vários responsáveis por instituições voluntárias, que foram indicando o Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo (NPISA) do Porto como a entidade a contactar, de forma a ter um maior acesso a informação. Foi desta forma que se chegou à coordenadora do NPISA, técnica da Segurança Social do Porto, à qual foi proposta a integração na respectiva entidade, facto que não se chegou a verificar por impossibilidade estatutária, uma vez que apenas tem assento os responsáveis das instituições voluntárias, das instituições profissionais e os decisores políticos.

As conversas mantidas com as pessoas das instituições voluntárias, revelaram-se extremamente úteis na perceção da realidade vivida no apoio aos sem-abrigo, porém das diversas tentativas que foram feitas para a integração em algumas das instituições revelaram-se infrutíferas, que se crê ter acontecido pela falta de receptividade ao carácter de trabalho académico aqui realizado.

Todavia foi possível integrar o Projeto de Acção Social (PAS), grupo integrado no Colégio Nossa Senhora do Rosário, onde por diversas vezes foi possível realizar as saídas para distribuição de comida, nas quais se propiciou o contacto com pessoas sem-abrigo em situações muito diferentes. Porém, devido à dinâmica que o PAS tem, não foi possível integrar tantas distribuições quantas as pretendidas, pelo que se optou por observar as rondas seguindo a carrinha de distribuição durante um período de 4 meses, para que fosse possível aferir todo o serviço prestado.

Ainda que não fosse na dimensão da prestação direta de serviço aos sem-abrigo, também se conseguiu trabalhar com o Grupo de Acção Social do Porto (G.A.S.Porto) na perspetiva de colaborar num trabalho que foi solicitado pelo NPISA. Consistiu na ratificação das rotas feitas pelas instituições voluntárias, mais concretamente da confirmação dos locais de paragem para apoio aos sem-abrigo. Esta confirmação feita pelo (G.A.S.Porto) demorou cerca de 4 meses a ser concretizada como parte integrante deste trabalho, foi posteriormente cartografada em ArcGIS, um programa de sistemas de informação geográfica com variadas ferramentas úteis ao tratamento dos dados levantados em campo. De ressaltar que os mapas realizados no âmbito deste trabalho, foram entregues ao NPISA e à Segurança Social para observação tendo sido várias

vezes alterados para satisfação dos critérios requeridos pelas entidades, a fim de tornar mais útil a sua informação.

Relativamente à realização de caminhadas em 2 rotas de uma maneira contínua de Fevereiro a Junho de 2013, estas foram escolhidas de um lote de 5 propostas iniciais por se mostrarem mais frutíferas a este trabalho. Uma das rotas realizada, foi na área do centro histórico do Porto e a outra na zona da Rotunda da Boavista, em que cada uma das rotas foi executada 40 vezes em período noturno, tendo sido registados os locais de pernoita dos sem-abrigo, bem como a condição climatérica de forma a melhor perceber de que forma é que os locais de pernoita são escolhidos tendo em conta este fator. Posteriormente os dados dos locais de pernoita dos sem-abrigo foram inseridos no programa *Google Maps Engine – Lite*, de forma a perceber a distribuição espacial dos mesmos e comparar os dados com as conversas tidas á posteriori.

Estas caminhadas, ainda que demoradas no tempo, mostraram ser uma metodologia extremamente útil para a última fase do trabalho de campo, pois só com estas incursões pela cidade é que foi possível tornar este trabalho notado pelos sem-abrigo, que posteriormente viriam a fazer parte da amostra de pessoas abordadas.

Numa destas deambulações noturnas, um sem-abrigo entregou uma flor como forma de convite à participação num encontro dinamizado por pessoas sem-abrigo, para sem-abrigo, com a colaboração do NPISA. Este encontro foi acompanhado e contou com a presença de alguns agentes políticos que o tornaram muito interessante do ponto de vista da discussão das medidas públicas que afetam o dia-a-dia destas pessoas.

Como metodologia final, foram realizadas várias conversas informais com 12 sem-abrigo da cidade, que variaram em número conforme a validação de todos os pontos que se pretendiam pesquisar. A seleção das pessoas abordadas aconteceu por conveniência, pois as conversas foram realizadas com pessoas sem-abrigo das áreas onde as minhas caminhadas aconteciam em que se tentou obter uma amostra estratificada, em que as pessoas abordadas variam em idade, naquilo que foi uma tentativa de abarcar diversas vivências, enriquecendo este estudo. Contudo, o facto de eu ser do género masculino, terá influenciado os sem-abrigo com quem foram mantidas as conversas, isto porque só foi possível fazê-lo com uma mulher. Todas as outras demonstraram-se indisponíveis para partilhar o seu dia-a-dia.

Esta metodologia que se crê participativa, demorou cerca de 6 meses a realizar e ainda que muito morosa, demonstrou ser vantajosa pois permitiu aprofundar as

conversas informais, sendo possível analisar em detalhe vários tópicos de interesse para a temática deste trabalho.

Numa primeira fase a aproximação foi facilitada pelas já referidas caminhadas, o que permitiu ter tema para a abordagem inicial, onde apenas foram recolhidos dados sobre os sem-abrigo com um caderno e uma caneta. As conversas foram acontecendo com alguma regularidade a diferentes horas do dia conforme a conveniência do sem-abrigo, nas quais foi possível aferir alguns assuntos importantes como o local de pernoita, o local de higiene, como e onde se alimentam, o que fazem durante o dia e de que forma seria possível recolher o máximo de informação no que diz respeito às estratégias adotadas.

Ao longo das conversas tidas, a confiança foi aumentando, o que permitiu questionar a possibilidade de tirar fotografias dos seus espaços, bem como alguns pormenores deveras interessantes.

Posteriormente foi feita uma análise de todas as conversas tidas, das quais foram retirados os pontos considerados mais importantes para a análise das dinâmicas espaciais e estratégias de sobrevivência adotadas por sem-abrigo na cidade do Porto, comparando-as e destacando todas as situações que pareceram merecedoras de tal.

Durante todo o trabalho foi necessária uma visão isenta e não interventiva, nomeadamente durante as conversas informais com os sem-abrigo, de forma a não desvirtuar aquelas que são as suas dificuldades e desafios de uma pessoa que vive num espaço que não é seu, mas que por toda a vivência do mesmo, é de certa forma apropriado, dando sentido de pertença.

3. Revisão bibliográfica

No que respeita à revisão bibliográfica, foi feito um levantamento exaustivo de bibliografia associada à temática, nomeadamente na relação das pessoas sem-abrigo com o espaço público e do que pode advir desta ligação. A definição do conceito de sem-abrigo também foi uma preocupação designadamente pela mutabilidade que lhe é característica quando nos referimos aos diferentes países da União Europeia.

3.1. O controlo do espaço público

Como Yegül (1996) constata, as cidades são como as pessoas, ou seja, orgânicas. As idiossincrasias da cidade, bem como as suas características culturais, religiosas, económicas, geográficas, contribuem para a construção da cidade e do espaço público. O espaço público deveria estar acessível de igual forma a todos os cidadãos, pelo que se tentou desconstruir esta ideia, demonstrando de que forma o espaço público tem sido alvo de alterações na sua génese, havendo alterações na conceção daquilo que é considerado espaço público.

De acordo com Kurniawati (2012), o espaço público é um local que está aberto e acessível a todos, independentemente do género, raça, etnia, idade ou estatuto económico-social, onde podem e são desenvolvidas diversas atividades que vão de encontro aos interesses e desejos dos seus utilizadores. Também Saetnan, Lomell e Wiecek (2002) acrescentam que o espaço público é de sociabilização onde se podem vivenciar atividades económicas coletivas ou individuais, como o turismo, mercados públicos e até mendicidade, e onde é igualmente possível realizar atividades culturais, conduzindo provavelmente à integração social dos cidadãos que habitam nas cidades ou que nelas passeiam.

Na idade média, as cidades muralhadas eram uma imagem comum, bem como as comunidades fechadas que surgiram com mais ênfase no século XIX, nas quais o lema alemão “stadtluft macht frei” (o ar da cidade confere liberdade) eram o seu expoente máximo em contradição com os feudos senhoriais, nos quais se viviam sob controlo dos seus senhores. Nos últimos anos e mais concretamente na última década, os espaços públicos têm estado cada vez mais controlados e regulados (Doherty et al, 2008). A

cidade libertadora, palco de criatividade e livre expressão que se desenvolveu durante vários séculos, tem sido no entanto colocada em questão (Hall, 1998).

Também Carr, Francis, Rivlin e Stone (1992) sublinham que em muitos casos os espaços que são desenvolvidos por agentes privados, servem primeiro os interesses e necessidades desses mesmos agentes, relegando para segundo plano os interesses e direitos daquilo que é de cariz público.

Hoje somos confrontados com uma redefinição ou redesignação daquilo que é o espaço público, com termos como semipúblico ou público-privado, em que assistimos a uma privatização do domínio público (Doherty et al, 2008).

Ford (2000) caracteriza espaços semipúblicos, como áreas que pertencem a privados, mas que estão acessíveis a qualquer pessoa, como por exemplo as escadas exteriores de um edifício, que fazem parte do mesmo, mas ao mesmo tempo, podem ser utilizados por quem passe na rua. Em muitos casos na falta de bancos na via pública, estes locais poderão ser usados para descansar, ou até mesmo como espaços de pernoita de sem-abrigo. Outro exemplo são as esplanadas, que tantos cafés usam na expectativa de atrair clientes, que muitas vezes estão situadas em praças públicas e que através de licenças cedidas potencia autoridade ao dono do café para expulsar pessoas indesejadas.

Muitas vezes o acesso aos novos espaços semipúblicos está associado ao consumo de bens e serviços, mas ao mesmo tempo há um controlo do comportamento dos cidadãos, bem como o acesso destes a determinados espaços. Exemplo disso são os centros comerciais, recintos desportivos ou ainda as infraestruturas de transportes, onde é comum encontrarmos empresas privadas de segurança, que asseguram o bom funcionamento dos espaços, mas onde teoricamente todos somos livres de entrar, desde que não violemos as regras ou demonstremos um comportamento suspeito (Doherty et al, 2008).

A necessidade de controlar o espaço, quer este seja público ou privado, é intrínseca a quem o gere, sejam residenciais ou comerciais, na perspetiva de perceber as movimentações vizinhas que possam de alguma forma ameaçar a sua segurança económica ou social e é assim que, para proteger os interesses dos privados, os proprietários procuram de variadas formas controlar as atividades e comportamentos dos seus vizinhos (Mitchell, 2005).

Na cidade tradicional, os espaços entre edifícios, ruas, mercados, praças, parques e avenidas são de cariz público. Contudo, ultimamente tem-se assistido à privatização

destes espaços na perspectiva de conseguir obter contrapartidas financeiras, como acontece por exemplo com o quarteirão das Cardosas no Porto (Coentrão, 2012). Por norma, nestes espaços, o comportamento das pessoas é altamente controlado, fazendo com que muitas vezes as pessoas sejam escoltadas para fora dos mesmos (Ford, 2000).

A crescente privatização do espaço público, tornou-se uma experiência comum em muitas partes do mundo, em que a cidade do Porto não é exceção. Basta olhar para os mercados municipais da cidade para perceber que “O controlo do espaço público é hoje um fenómeno mundial que mostra como a forma segue o capital” (Hou, 2010, p.6), onde os interesses privados criaram uma fortificação dos centros das cidades, protegendo os interesses dos projetos pseudo públicos, garantindo aos privados a possibilidade de manter fora dos ‘seus’ espaços pessoas indesejáveis.

Mitchell (2005, p.93) declara ainda que “*Private property is a function of public power*”, o direito de expulsar alguém implica segurança contra os perigos do público em geral e que aqui, através das autoridades, o estado tem uma capacidade e dever de intervenção muito forte. Todavia, não raras vezes somos confrontados com empresas de segurança, que asseguram o ‘normal’ funcionamento de praças, parques, *shoppings*, etc. A cidade do Porto não é exceção, como se pode verificar no Parque da Cidade, onde existem sempre seguranças, ou mesmo na renovada Praça das Cardosas que inclusive é fechada a determinada hora da noite por seguranças privados.

O espaço público “*has been an important facet cities and urban culture. In Cities around the world, urban places such as plazas, markets, streets, temples and urban parks have long been centers of civic life for urban dwellers.*” (Hou, 2010, p.2). Porém as diversas transformações do espaço público refletem a sua própria definição e neste momento já não são meramente locais que proporcionam oportunidades de socialização, recreação, festivais, manifestações e ajuntamentos, mas sim são muitas vezes expressão de poder e controlo político, como acontece em algumas cidades asiáticas em que o espaço público é sinónimo de representação e do controlo do estado (Hou, 2010). A cidade nunca foi um local harmonioso e o direito a usufruir da mesma, não é somente o acesso ao que já existe, mas sim a possibilidade de a alterar (Harvey, 2004).

Importa ainda ressaltar que “num mundo definido pela propriedade privada, a formação da esfera pública que é em tudo robusta e inclusiva de uma variedade de diferentes públicos, é extremamente difícil.” (Mitchell, 2003 citado por Hou 2010, p.7)

Carr et al. (1992, p.138) afirma que “*some New York Plazas, designed by developers as public space in exchange for increases in buildings height or bulk, have at times, been closed to the public by means of fences or guards who prohibit or discourage entry*”. Aliado a este controlo, o acesso também pode ser condicionado, como por exemplo na Chicago National Plaza, em que as escadas impedem a entrada de pessoas em cadeiras de rodas ou com dificuldade de locomoção, fazendo com que o controlo possa ser feito de diversas maneiras, como por exemplo as barreiras arquitetónicas.

Como Madanipour (2003, p.238) reconhece, “*public spaces of the city are spaces of sociability, where social encounter can and does take place. These spaces of sociability, however, are not always accessible to all.*” No seguimento desta ideia um dos grandes exemplos, já anteriormente referido, é o dos centros comerciais ou *shoppings*, em que o espaço é livre mas ao mesmo tempo controlado. Como Davis (1992, p.155) afirma o espaço público das novas “megaestruturas e centros comerciais têm suplantado as ruas tradicionais e disciplinado a sua espontaneidade”, onde as atividades executadas pelos cidadãos em espaços como centros comerciais, complexos culturais e até praças, estão sempre sobre vigilância de forças privadas de segurança.

Ainda Davis (1992), no seu trabalho *Fortress Los Angeles: The militarization of urban space*, refere o King Center construído no final da década de 1980, que é um *shopping* rodeado por grades de ferro com dois metros e meio de altura, equipado com câmaras de vigilância com detetor de movimento, em que todo o espaço incluindo parques de estacionamento, entradas e corredores são controlados através de uma sala denominada por o ‘observatório’. Não deixa de ser irónico que o nome deste espaço para privilegiados seja King, em honra a Martin Luther King Jr., defensor dos direitos civis dos mais desfavorecidos, mais concretamente os negros.

Também Crawford (2004) no seu trabalho “O mundo num centro comercial”, referindo-se ao West Edmonton Mall no Canadá, reforça a ideia de que este espaço, um mega centro comercial, à data de 2004 o maior do mundo, que funciona 24 horas por dia e fornece uma enorme quantidade de serviços, poderia trazer mais gente a passar tempo

dentro do *shopping*, mas ao mesmo tempo o facto de recorrer a segurança privada, fez com que desde o início ocorressem problemas com sem-abrigo.

Igualmente Staeheli e Mitchel (2006) referem que se um centro comercial é desenhado com o intuito de ser um novo espaço cívico, deveriam ser permitidas um conjunto de atividades que não o são, nomeadamente no que toca às questões políticas, em que poderia funcionar como um centro de debate de ideias, facto que não se verifica. Outra das ideias defendidas por estes autores, é a de que os donos dos centros comerciais deviam permitir e incentivar certas atividades cívicas e respeitantes à comunidade em que se integram. Contudo o argumento de que a propriedade é privada é usado para que isso não aconteça, tendo inclusive acontecido um processo judicial em 1980 em que o tribunal deu razão ao *Shopping* em causa, alegando o direito de propriedade.

Há várias estratégias para manter a ordem que podem ser encontradas nas cidades modernas que através de “...*private guards and gateway keepers survey the borders of delimited territory to keep unwanted people out, while police and security personnel use discipline to keep order in public space, where crude expulsion is in principle often illegal.*” (Doherty et al, 2008, p.294)

Há ainda, segundo Damon (2007), através de planos que são delineados, a tentativa de afastamento dos sem-abrigo dos espaços públicos para a promoção do desenvolvimento, mas muitas vezes este planeamento revela-se com grande impacto na qualidade do espaço público em geral. O autor refere que algumas cidades americanas são exemplo disso, onde as casas de banho públicas ao longo do tempo foram desaparecendo ou passaram a ter um custo associado, isto para impedir o acesso a pessoas como os sem-abrigo. Também em cidades portuguesas como o Porto, este género de medidas foram sendo aplicadas. Claro está, que este género de políticas tem um forte impacto na vivência do espaço público, no qual as pessoas que não os sem-abrigo, deixam de se sentir confortáveis por não ter acesso às infraestruturas necessárias e consideradas básicas.

Muitas das políticas implementadas relativas ao espaço público, não têm como fim atingir os sem-abrigo, mas sem dúvida que os afetam e condicionam nas suas ações do dia-a-dia (Schmidt, 2012).

Misetics (2013) afirma que uma das componentes do discurso de exclusão para com os sem-abrigo, é a suposição de que as políticas sociais são adequadas e que os

sem-abrigo terão sempre um lugar para ir se forem expulsos dos espaços públicos. Ora, as pessoas são sem-abrigo, precisamente porque não tem uma casa ou um espaço privado onde podem ficar. Assim, “*in an imagined society in which all space is private, homeless people could not legally exist*” (Missetics, 2013, p.12); é natural que consequentemente deixem de existir sistemas de apoio aos sem-abrigo, excluindo estes dos espaços públicos, num círculo que se torna vicioso.

Radicchi (2012), por exemplo, caracteriza uma estação de comboios, mas que pode servir para uma analogia com qualquer espaço. Este espaço pode ter serviços, lojas, restaurantes, posto dos correios, casas-de-banho, instituições bancárias e em alguns casos até exposições de arte. São portanto espaços de confraternização que não são alheios aos sem-abrigo, que percebem que quanto mais oferta de serviços tiverem, mais pessoas vão ter, logo mais oportunidades de ter um público-alvo para ‘servir’ as suas necessidades. (O’Sullivan, 2007; Damon, 2007; Giannoni, 2007).

É portanto perceptível que os sem-abrigo se sintam atraídos por este ambiente, pois como afirma (Radicchi, 2012, p.11) “... *quality standards: the better it is, the more things can offer, the more homeless persons tend to like and frequent it.*” e ainda declara que “*small peripheral station, with time-limited commuter traffic, no shops and no security are totally unused by homeless people, except in a few isolated cases.*”

Há, no entanto, um assunto que urge discutir e que se debruça sobre o limite do espaço público, na perspetiva de privatização do mesmo e/ou do seu controlo. De acordo com Staeheli e Mitchell (2006), a principal função de um investimento feito por agentes privados ou em propriedade privada, é sempre o retorno financeiro, que muitas vezes é conseguido à custa do controlo do espaço em que esses investimentos são concretizados. Vários são os meios de controlar os mais diversos espaços, sejam estes públicos ou privados: seja com o aumento da supervisão das forças de autoridade, seja por seguranças ou guardas, ou ainda através de dispositivos eletrónicos como por exemplo os Circuitos Fechados de Televisão conhecidos por CCTV (Van Melik, 2009; Banerjee, 2001).

Uma das tentativas de controlar os espaços, é criar barreiras simbólicas, criando a ideia de microterritórios nos quais a respetiva área é facilmente monitorizada e vigiada através de aparelhos como os CCTV, mas esta vigilância muda drasticamente o comportamento das pessoas e a observação passa de amigável à de policiamento (Ford, 2000).

Sem dúvida alguma, a presença das câmaras de vigilância é atualmente muito forte em espaços privados, contudo também nos espaços públicos têm sido implementados estes sistemas. Neste contexto o Reino Unido é um exemplo, pois existem mais de 40.000 câmaras espalhadas pelas ruas. Este fenómeno também se tem verificado em muitas cidades europeias, na perspectiva de garantir melhor segurança aos cidadãos que nestas circulam (Norris, McCahill & Wood, 2002).

Saetnan et al. (2002) também apresentam os casos de Copenhaga e Oslo, na Dinamarca e Noruega respetivamente, onde foram instalados sistemas de CCTV em ruas do centro das cidades, transportes públicos, lojas e *shoppings*, que se revelaram eficazes no controlo de assaltantes como carteiristas e de bens menores. Contudo todo o processo foi acompanhado pelas autoridades governamentais de forma a proteger os dados das pessoas filmadas. Nesta perspectiva, é necessário equacionar se o conceito de privacidade é superior à necessidade e sentimento de segurança dos transeuntes.

Na cidade do Porto não é muito comum vermos os referidos CCTV, mas na Ribeira do Porto, a Associação de Bares, decidiu instalar um conjunto de câmaras devido à insegurança que era vivida pelos utentes dos bares. Contudo, as câmaras foram recentemente desligadas por não haver autorização da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd) para que fossem feitas as filmagens. Porém uma das medidas anunciadas na última campanha eleitoral por Rui Moreira, atual Presidente da Câmara do Porto, seria a de reativar o modelo de videovigilância existente na Ribeira e replicá-lo por outras zonas de cidade (Farinha, 2013).

O envolvimento do sector privado nos atuais processos de regeneração das cidades, pode tornar os espaços públicos menos acessíveis do que aqueles que são desenvolvidos e geridos pelo poder local, e ainda que haja dúvidas quanto aos impactos negativos do envolvimento do sector privado, é claro o acesso restrito ou uso do espaço público, caso este seja gerido por entidades privadas (Van Melik, 2009).

“There is the presumption of “publicness” in the pseudo-public Spaces” (Banerjee, 2001, p.12), na verdade, muitos desses espaços são de domínio privado, onde o uso do espaço é um privilégio e não um direito, exemplo disso são os já referidos *shoppings*, jardins ou praças, que muitas vezes são de acesso controlado e onde não são permitidas atividades ou permanências, que são consideradas indesejadas dependendo de quem as pratica, *“..., treatise on purity and danger as the basis for separating the unwanted from our public experience.”* (Douglas citado por Banerjee, 2001, p.13).

Todas as perspectivas aqui apresentadas, estão associadas ao denominado pensamento do mundo ocidental, onde Portugal se enquadra, que poderá certamente diferir de outras correntes políticas, religiosas e de uso do espaço público. Todavia, como Harvey (2004) afirma, o sistema capitalista em que vivemos, afeta a construção e utilização do espaço público, fazendo com que as cidades estejam cada vez mais divididas em áreas pobres e áreas ricas, em que os ricos escolhem os locais que pretendem e os pobres ficam com os ‘restos’.

Os sem-abrigo, mais do que outras pessoas, necessitam de usar determinados espaços públicos como por exemplo praças, instalações sanitárias ou edifícios públicos, mas muitas vezes são afastados ou mesmo expulsos, por razões comerciais, ou mesmo por motivos de interesse das autoridades (Young, 2012).

Durante as nossas vidas, há certos momentos em que nos encontramos sob determinadas circunstâncias diferentes, ou com um determinado estado de espírito, que nos levam por regra, a adaptar as nossas perceções quer do mundo, quer dos lugares a estas novas circunstâncias. É então, este mecanismo psicológico que nos permite lidar com a mudança (Levi, 1992, citado por Doorn 2010).

Também Lefebvre (1991) reconhece que a utilização do espaço é uma associação da rotina diária e dos caminhos que são feitos na ligação entre lugares de trabalho, particulares e de lazer.

Seguindo esta ideia, as pessoas que, por qualquer motivo, se tornam sem-abrigo mudam a sua relação com o espaço. Mas esta mudança não é um fenómeno estático, pois como Doorn (2010, p.229) afirma “nas pessoas sem-abrigo, a percepção do espaço em que estes se encontram também muda, no decorrer do tempo”. E no seguimento do que afirma Smith (1992) a mobilidade espacial é um problema para os sem-abrigo, pois torna-se um problema para as pessoas que são impedidas de entrar em espaços privados e nesta perspectiva é necessário perceber que espécie de espaços é que existem.

Snow e Mulcahy (2001, p.156) afirmam que os sem-abrigo “...are not legally recognized residents, but they apparently have no clear-cut, unequivocal constitutional right to occupy or use private or public space to attend to the essential needs that residents, be they renters or owners, take for granted.”, ou seja, a condição de sem-abrigo força muitas vezes os indivíduos a usar ou a apropriarem-se dos mais diversos espaços, sejam estes privados ou públicos, com o objetivo de concretizar as suas necessidades básicas (Snow & Mulcahy, 2001; Harter *et al.*, 2005). Por outras palavras,

os sem-abrigo adaptam a sua perceção do espaço público às suas necessidades (Doorn, 2010), pois como afirma Wolch e Rahimian (1993, p.151) “as pessoas sem-abrigo deslocam-se pela mesma razão que as pessoas com habitação própria - para atender às necessidades de alimentação, abrigo, rendimento, amizade e outros serviços.”

Contudo, esta utilização do espaço provoca por vezes conflitos com entidades que são legalmente reconhecidas, como residentes ou empresários, gerando muitas vezes um sintoma de repulsa, produzindo ao mesmo tempo um sentido de estigma, onde de acordo com Harter *et al.* (2005, p.312) a “*classic conceptualizations observe that stigmatization results in the devaluation of individuals and groups in a society*” os sem-abrigo estão integrados.

Tosi e Pretillo afirmam que devido à preocupação com a segurança, houve um aumento da vigilância, que se traduziu em diversas medidas, como a necessidade de estar na posse de um bilhete válido para poder aceder às salas de espera das estações de comboio ou mesmo às instalações sanitárias, frequentemente pagas, como é o caso das principais estações do Porto (Doherty et al, 2008).

Também Davis (1992, p.163) afirma que as casas de banho públicas foram “*the real frontline of city’s war on the homeless*”, referindo-se a Los Angeles, onde o responsável pelo planeamento residencial da cidade afirmou, que a medida de não implementar instalações sanitárias públicas, foi uma decisão política e não de design, apontando como alternativa as casas de banho de restaurantes, galerias de arte e edifícios de escritórios. Contudo estes espaços só permitiam trabalhadores, turistas e usuários dos espaços, sendo negada a possibilidade de utilização aos que não se enquadravam.

Esta é uma maneira de controlar o acesso dos sem-abrigo a espaços de conforto e como declara Monahan (2006, p.516) “*Some of the most effective forms of social control are those that naturalize the exclusion of economically or culturally marginalized groups through architecture or infrastructure.*”

Julia Wagnanska (Doherty et al, 2008, p.301) destaca que uma das estratégias implementadas numa estação de comboio “tem sido a remoção de antigos bancos de madeira - usado por sem-abrigo para descansar e dormir - e sua substituição por cadeiras de plástico destinadas a impedir tal atividade”.

Também Damon (2007) exemplifica, destacando várias situações semelhantes em diversas cidades americanas, bem como Marselha e Paris, onde nas estações de

metro os bancos foram substituídos de forma a que os sem-abrigo se sintam desconfortáveis e que até não se possam deitar neles.

Igualmente Davis (1992) refere que a qualidade de qualquer ambiente urbano se verifica pela localização dos espaços, bem como pela possibilidade dos transeuntes se sentarem, mas que várias são as situações em Los Angeles em que as ruas se tornaram hostis para os sem-abrigo, nas quais os bancos não são confortáveis nem para sentar e muito menos para pernoitar.

Vários são os casos publicitados no decorrer do ano de 2014. Em Junho o *The Guardian* (Quinn, 2014) publicou um artigo sobre a arquitetura denominada hostil, que tem sido adotada em diversos espaços públicos ingleses com o intuito de não possibilitar a permanência para dormir nos mesmos. O *The Guardian* dá vários exemplos utilizados em Londres, como o Camden Bench (figura 1), que fazendo parte de uma recente forma da arquitetura urbana concebida para influenciar o comportamento do público, tem diversas intencionalidades, que são assumidas pelos responsáveis do seu projeto. Uma delas é a de ser impossível dormir nos mesmos, como exemplificado na figura 2.

Figura 1. Camden Bench



Fonte: <http://www.news.com.au>

Figura 2. Banco com obstáculo à pernoita



Fonte: <http://www.urban75.net/>

Outro exemplo, desta vez noticiado pelo *The Independent* (Saul, 2014) também referente à capital inglesa, apresenta um novo método que consiste na colocação estratégica de pinos metálicos em locais com características úteis para que os sem-abrigo não possam pernoitar. Este fenómeno tem sido promovido não só por privados, mas também por entidades estatais, como é o exemplo da *Euston Station* em Londres

que tem desenvolvido diversas alterações arquitetônicas que coíbem as pessoas de se deitarem e em alguns casos, inclusivamente de se sentarem.

Figura 3. Picos metálicos anti sem-abrigo em Londres



Fonte: <http://www.theage.com.au>

Também a China, na cidade de Guangzhou, implementou uma estratégia que utiliza pinos, mas desta vez em betão, para que seja impossível aos sem-abrigo pernoitar em zonas em que o poderiam fazer, devido às suas características arquitetônicas.

Figura 4. Pinos de betão sob viaduto na China



Fonte: <http://www.dailymail.co.uk>

Na Alemanha um artista decidiu criar um banco que têm pinos de metal que impedem o cidadão de se sentar, a não ser que introduza uma moeda de €0,50 o que faz com que os pinos baixem por um determinado período de tempo. Esta ideia foi adotada

recentemente na China no Yantai Park at Shangdong, com o intuito de controlar multidões (Sawer, 2010).

Figura 5. *Pay bench with spikes*



Fonte: <http://www.telegraph.co.uk>

As estações de comboio parecem ser um dos mais frequentes locais escolhidos pelos sem-abrigo, não obstante as mais variadas situações e a prová-lo são os mais diversos artigos em que estas são referidas. Como por exemplo Radicchi (2012), que usa uma expressão curiosa para caracterizar as estações de caminhos-de-ferro para os sem-abrigo: “... *a railway station is a beautiful house in an ugly suburb, or – to use a geographical metaphor – an inviting island in a forbidding urban sea.*”

3.1.1. A ‘purificação’ do espaço público

Com a redefinição do conceito de espaço público que foi apresentado anteriormente, urge refletir sobre de que forma é que os sem-abrigo são condicionados nas suas ações diárias, pela conjuntura de valores morais em que se vive presentemente.

De acordo com Smith (1992) os sem-abrigo que estão despojados do mercado de espaços privados, utilizam os espaços públicos. Contudo, existe uma contestação geral à presença destes na paisagem urbana, existindo muitas vezes à tentativa de tornar punitiva a visão sobre estes.

Fernandes (2006), refere que os sem-abrigo estão associados à mendicidade, à ociosidade e vagabundagem, que apesar de já terem punições na legislação do século XIII, é na altura do Estado Novo que são consolidadas, e de acordo com Bastos (1997, citado por Fernandes 2006) “instalou-se com o decreto-lei n.º 19 687 de 4 de Maio de 1931, regulando a «repressão da mendicidade nas ruas e lugares públicos»”.

O’Sullivan (2007) atesta que a legislação já criminalizava os pedintes e vagabundos no século XIX e dá vários exemplos atuais em que a legislação e as políticas implementadas nos anos 90 do século passado têm forte carácter punitivo, como por exemplo o “*British Columbian Safe Streets Act*” que garante o afastamento da solicitação agressiva, ou em Inglaterra onde há a delimitação de determinadas áreas como zonas de distúrbios ou vagabundagem, ou ainda na Austrália onde as pessoas são presas se não tiverem comprovados meios de sobrevivência, estiverem bêbedas ou a pedir.

Paasche (2012) também constata que a legislação para punir os sem-abrigo não é um fenómeno recente, e que já há vários séculos as leis proibiam os pedintes e a cultura de vida na rua.

Na maior parte dos países europeus, as leis que puniam a mendicidade foram abolidas na década de 90 do século passado, quer nos países ocidentais, quer nos países que estiveram sob domínio soviético até ao final da década de 80. Ainda assim, depois da referida abolição, um pouco por toda a Europa, já foram várias as tentativas a nível local, de reintrodução de legislação para deter os pedintes ou vagabundos, que são normalmente associados aos sem-abrigo. Muitas vezes, estes são forçados a pernoitar em locais impróprios, onde adotam rotinas de medo e assédio (Doherty et al, 2008 e Paasche, 2012).

Exemplo desta situação é a Noruega, onde a criminalidade foi associada pelos governantes à mendicidade e recentemente devido a esta suposta ligação, a mendicidade foi proibida e punida com multas e prisão, esperando que até 2015 esteja totalmente banida do país (Faria, 2014).

Na União Soviética, era possível verificar a existência do fenómeno dos sem-abrigo, ainda que quem o fosse, fizesse um esforço para esconder, pois os vagabundos e pedintes que estavam associados aos sem-abrigo eram alvo de punição criminal. Contudo, no início da década de 90, com as alterações que foram acontecendo, com a transição para um mercado mais liberal, muitas pessoas acabaram por ficar

desempregadas o que resultou num crescimento do número de sem-abrigo, que sofreram com o pensamento e legislação anterior (Stepheson, 2007).

Também nos Estados Unidos da América foi possível verificar um padrão legislativo referente aos sem-abrigo, quer a nível estatal, quer a nível nacional. Um exemplo disso mesmo, è o quadro legal publicado na década de 80 onde se proíbe dormir em locais públicos, mendigar ou mesmo ingerir bebidas alcoólicas em público. Esta implementação legislativa tinha como principal objetivo tornar o espaço público mais seguro e ‘limpo’ das pessoas que aparentavam ser sem-abrigo (National Homeless, 2006).

Tosi (2007, citado por Johnsen & Fitzpatrick, 2008) atesta ainda que há uma tentativa de descurar o problema dos sem-abrigo e tornar esta questão de política social, num assunto meramente de ordem pública, de forma a tornar os sem-abrigo invisíveis e assim não satisfazer as suas necessidades.

Contudo, ainda que a concretização da punibilidade dos sem-abrigo tenha vindo a decair, há vários países que recentemente adotaram legislação e medidas que se traduzem em avultadas multas, que os sem-abrigo não têm qualquer hipótese de pagar, como por exemplo a Holanda (Zuidam, & Pols, 2007). Todavia, países como a Irlanda (2011), Inglaterra (2003) e Áustria (2011) são também exemplos de uma legislação recente que também através de multas, tenta dissuadir a presença dos sem-abrigo, assim como os pedintes, na tentativa de controlar o espaço público. (Paasche, 2012).

Muitas vezes, estas medidas punitivas não se destinam aos sem-abrigo, mas a verdade é que estes estão entre os que mais sofrem com as medidas de controlo do espaço urbano, que se destinam a grupos como pedintes ou drogados (Tosi, 2007). Doherty et al. (2008) constata que, por várias vezes, determinados países europeus tentaram criar legislação que tinha como principal alvo os sem-abrigo, mas sem sucesso. A relação dos sem-abrigo com os processos de controlo por parte das entidades policiais é confusa e tende a ofuscar de que maneira é que os sem-abrigo são afetados.

A regulamentação e legislação que tem sido levada a cabo, controla de certa forma o comportamento das pessoas em espaços públicos, o que leva a uma situação em que os sem-abrigo *“cannot do what they need to survive without breaking the law and even criminalizes survival itself”* (Schmidt, 2012, p.4).

A ideia de punibilidade dos sem-abrigo, tem sido cada vez mais um caminho para batalhar os problemas destes e Noy (2006, p.1) refere que *“localities have also*

used punitive measures and “quality of life laws” for dealing with homeless people, including the criminalization of activities needed for survival by those living in public places such as sleeping, panhandling, and sometimes even sitting.” Também DeVerteuil, May e Mahs (2009) constata que a visão punitiva deste fenómeno social tornou-se dominante na forma de compreender os próprios sem-abrigo, bem como as geografias que praticam. Cada vez mais, há uma reivindicação dos espaços públicos por parte das autoridades, como estações de comboios, parques, calçadas e tantos outros locais, que resulta em que os sem-abrigo sejam impedidos de permanecer nestas zonas, fazendo com que a *“(re)regulation and purification of public space is leading to nothing less than the ‘annihilation of homeless people’ and their geographies: ‘creating a world in which a whole class of people simply cannot be, entirely because they have no place to be’”(Mitchell, 1997, citado por DeVerteuil, 2009, p.649).*

De encontro a esta ideia, igualmente Paasche (2012, p.9) afirma que “a legislação é parte de uma série de normas destinadas a combater comportamentos ‘problemáticos’ ou ‘antissociais’ em espaços públicos, na tentativa de manter centros urbanos atraentes e ‘seguros’”.

Ora, esta ideia de purificação e regulamentação do espaço público surge de um “discurso que visa legitimar a criminalização da falta de residência que faz dano a longo prazo, culpando, estigmatizando e desumanizando os sem-abrigo, e redefinindo a falta de casa como uma questão de estética e ordem, fazendo com que esta seja criminalizada através de assédio, multas ou mesmo prisão dos sem-abrigo” Missetics, 2013, p.12).

A visão que tem dominado as mentes políticas nos últimos anos, é a de que o uso do espaço público tem de se tornar cada vez mais restritivo, aplicando uma série de regulamentos que proíbem certos atos, resultando na criminalização dos sem-abrigo. A lógica subjacente a estas normas punitivas é a de salvaguardar e proteger o público das ‘ações predatórias’ das pessoas que habitam no espaço público, ou seja os sem-abrigo (Tosi, 2007). Estas diretrizes que muitas vezes são vincadas pela força da lei, tornam os espaços mais ‘limpos’, o que para alguns poderá ser considerado fator de atração de capital.

Temos ainda assistido no decorrer do ano de 2014, por parte de muitos dos políticos britânicos, a posições anti-imigração que têm origem na conceção de que muitos dos imigrantes presentes no Reino Unido vivem à custa de subsídios e de mendicidade. Da mesma forma, o trabalho que é realizado por jornais britânicos menos

críticos, que disseminam a ideia de que muitos dos sem-abrigo são imigrantes, contribuem para a ideia que se deve atuar de forma mais severa e punitiva junto daqueles que vivem na rua (Tilling, 2013).

3.2. Quem são os sem-abrigo

Refletir sobre a ideia de sem-abrigo revelou-se uma preocupação neste capítulo, por forma a definir qual o conceito que iria ser utilizado no decorrer da realização da parte empírica deste trabalho, assim como para perceber qual a evolução do conceito de sem-abrigo com o passar do tempo.

3.2.1. O conceito de sem-abrigo

A definição do que é um sem-abrigo revelou-se uma tarefa complexa, pois cada país adota os seus critérios fazendo com que mesmo dentro da União Europeia, haja diferenças consideráveis do conceito.

A palavra inglesa *homeless* referia-se na década de 60 do século XX, a uma pessoa “*with a few or no ties to a family group, who was thus without the economic or social support a family home provides.*” (Hulchanski, 2013, p.4). O mesmo autor ainda constata que a expressão é “*home-less, not house-less*”, ou seja, o conceito de sem-abrigo foi mudando ao longo dos tempos, pois no referido período, as pessoas consideradas sem-abrigo não tinham casa condigna, mas havia pensões e casas de fraca qualidade asseguradas por instituições de caridade (Hulchanski, 2013).

Já a expressão francesa *sans abrisse* é uma tradução literal da expressão inglesa *homeless*, ainda que seja muito pouco usada como afirma Damon (2010), que através de uma pesquisa feita pelos títulos da Agência Nacional de Imprensa de França, durante o período de 1983 até 2011, verifica que a expressão mais usada é sem dúvida *sans domicile fixe*, seguida por *sansabri* e ainda *clochard*.

Grammatico (2013) acredita que muito se debate sobre a forma como a linguagem vai formando os conceitos e que, hoje em dia muitas pessoas se estão a adaptar a novos meios de comunicação. Contudo, este autor defende que no que se refere ao conceito de sem-abrigo, se deve manter o significado epistemológico no centro da comunicação. Ou seja, a ideia de sem-abrigo baseia-se na imagem de uma pessoa que

é desprovida de casa, em vez daquilo que a pessoa é e dos recursos que detém, em que *“the image someone who loses their job, their possessions and their house, and who ends up living on the street has of him/herself is already significantly damaged by this condition”*(Grammatico, 2013,p.7). Assim, não ser detentor de qualquer bem, torna-se um modo de vida na sociedade. A conceção de sem-abrigo é muito limitativa, pois define um grupo, não demonstrando as reais possibilidades que estes têm, de se afirmarem diferentes da imagem que os caracteriza.

Políticos mais conservadores, como o ex Presidente dos Estados Unidos da América Ronald Reagan, o ex Primeiro Ministro Britânico John Major ou ainda Tony Abbott, líder do parlamento australiano, defenderam a ideia de que os sem-abrigo, o são por escolha e que o estado é totalmente alheio, absolvendo-o de responsabilidades (Parsell, & Parsell, 2013).

A tentativa de definir o conceito de sem-abrigo não se tem revelado tarefa fácil na sociedade contemporânea, pois cada país adota, de acordo com os seus princípios, determinados critérios, para definir esta condição. De acordo com Bento e Barreto (2002), a temática dos sem-abrigo, está no seu sentido mais diminuto, associado à questão da habitação, mas numa visão mais alargada está intrinsecamente relacionada com a pobreza e a exclusão social. Contudo, o levantamento dos critérios para a definição de sem-abrigo em alguns países europeus já foi feito pela Federação Europeia das Associações que Trabalham com as Pessoas Sem-Abrigo (FEANTSA), que de seguida se apresenta (tabela 1).

Através da análise da tabela 1 facilmente se verifica que os critérios para a definição de sem-abrigo, estão longe de ser consensuais na União Europeia. Contudo, há algumas das definições que importa salientar, nomeadamente um dos critérios utilizados na Áustria e na Finlândia, que apresentam como sem-abrigo, reclusos em fim de pena sem alojamento. Ora este preceito, é interessante e demonstra a preocupação que é demonstrada com pessoas que se encontram de certa forma à margem da sociedade e que poderão vir a encontrar uma situação difícil no que respeita ao alojamento.

Tabela 1. Definições da situação de sem-abrigo utilizadas em fontes estatísticas

País	Definição
Alemanha	<ul style="list-style-type: none"> • Pessoas sem-abrigo - sem residência e sem assistência municipal ou de uma ONG (sem-abrigo, ficando em locais não destinados a habitar, com amigos ou familiares, centros comerciais, hotéis baratos ou em instituições durante mais tempo que o necessário) • Pessoas sem residência e em alojamento temporário • Pessoas em vias de se tornarem sem-abrigo • Pessoas a viver em condições não aceitáveis • Repatriados em alojamento temporário (só para informação) • Requerentes de asilo (só para informação)
Áustria	<ul style="list-style-type: none"> • Pessoas que dormem na rua ou vivem em Instituições por tempo limitado e sem pagar renda • Pessoas a viver temporariamente com familiares e amigos • Pessoas ameaçadas com ordem de despejo • Reclusos em fim de pena sem alojamento • Pessoas a viver em casas impróprias para habitação
Dinamarca	<ul style="list-style-type: none"> • Pessoas com problemas sociais específicos, que estão sem casa ou incapacitadas para viver nos seus apartamentos e necessitam de alojamento [um local para ficar] para poder ser acionado o apoio, cuidados e assistência
Finlândia	<ul style="list-style-type: none"> • Pessoas a viver na rua, vãos de escada, abrigos noturnos, etc. • Pessoas a viver em outros abrigos, pensões ou centros de acolhimento para pessoas sem-abrigo • Pessoas a viver em lares ou outras unidades de alojamento da segurança social, casas/ centros de reabilitação ou hospitais por falta de habitação • Reclusos em fim de pena sem habitação • Pessoas a viver temporariamente com familiares por falta de habitação • Famílias e casais que se separaram ou que vivem em alojamento temporário por falta de habitação
Grécia	<ul style="list-style-type: none"> • Sem teto (abrigo) • Alojamento de emergência • Centros de acolhimento • Ocupantes ilegais • Campos de refugiados • Instituições, instalações para asilo
Holanda	<ul style="list-style-type: none"> • Pessoas sem alojamento com condições mínimas de habitação • Pessoas que, por não terem alojamento, vivem em pensões • Pessoas que vivem em alojamento de serviços de saúde
Itália	<ul style="list-style-type: none"> • Apenas pessoas que, na altura do inquérito, estavam sem-abrigo permanente, seja em pensões ou alojamento protegido, foram incluídas na categoria de sem local de residência. Os que, aquando do inquérito (14 de Março de 2000), passaram a noite na rua, em jardins, ou em dormitórios que oferecem cama e duche por curtos períodos de tempo mas que não requerem nem permitem qualquer participação em rotina diária.
Reino Unido	<ul style="list-style-type: none"> • Pessoa que não tem qualquer habitação no R.U. ou noutros locais, ou que não consegue ter acesso a alojamento, incluindo não terem lugar para parquear estrutura móvel, ou residirem em alojamento por terem sido vítimas de violência doméstica. • Uma pessoa está em risco de se tornar sem-abrigo se no prazo de 28 dias não for encontrada habitação/alojamento
Suécia	<ul style="list-style-type: none"> • Pessoas que, não sendo proprietárias, não alugando, nem subalugando, e não estando permanentemente alojadas em casa de alguém, têm que optar por soluções de habitação temporária ou dormir na rua. Foram incluídas as pessoas institucionalizadas por um período de três meses, sem alojamento ou local de residência efetivo ou previsto. Foram consideradas pessoas sem-abrigo, indivíduos residindo temporariamente com conhecidos “se devido à situação de pessoas sem-abrigo tivessem entrado em contacto com o respondente durante a semana de contagem

Fonte: *Review of statistics on homelessness in Europe*, European Observatory on homelessness, FEANTSA 2003, p. 5

Já no caso da Alemanha, poderemos verificar que uma pessoa que viva em “condições não aceitáveis”, é considerado em situação de sem-abrigo. Se imaginarmos as condições em que algumas pessoas vivem, como por exemplo as conhecidas favelas no Brasil, poderíamos à luz do conceito alemão e de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ter cerca de 6% da população brasileira considerada sem-abrigo, mais concretamente 11, 425 milhões de pessoas, pois este é o número de pessoas que vive em favelas no Brasil

Também no caso alemão, um dos critérios utilizados é o de “pessoas em vias de se tornarem sem-abrigo”, o que demonstra uma preocupação por parte das entidades responsáveis para que a situação social e económica das pessoas em risco de se tornarem sem-abrigo, não chegue a esse ponto crítico.

Outra definição utilizada, neste caso no que respeita à Grécia, é a de pessoas em campos de refugiados, que evidencia a aposta na prevenção, no bem-estar daqueles que muitas vezes vêm de África ou Ásia (Lorena, 2013) na senda de melhores condições de vida e que utilizam os países do Mediterrâneo como porta da entrada para a Europa.

Ainda de acordo com a FEANTSA, o sem-abrigo é uma pessoa incapaz de manter um alojamento pessoal adequado, pelos seus próprios meios, ou incapaz de manter alojamento com a ajuda dos serviços sociais, pois não está apto a gerir o apoio fornecido.

No que se refere ao caso português, a Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo 2009-2015 (ENIPSA, 2009, p.16) define o sem-abrigo como:

“A pessoa que, independentemente da sua nacionalidade, idade, sexo, condição socio-económica e condição de saúde física e mental se encontre:

- sem teto, vivendo no espaço público, alojada em abrigo de emergência ou com paradeiro em local precário; ou
- sem casa, encontrando-se em alojamento temporário destinado para o efeito.”

Podemos então determinar, que o conceito de sem-abrigo, surge como um agregar de situações que têm em grande medida que ver com a falta de recursos, más condições de vida e de saúde, fazendo com que estas pessoas não estejam integradas na sociedade, resultando esta situação na pobreza e exclusão social.

3.2.2. Os sem-abrigo na Europa

Na tentativa de enquadrar a problemática dos sem-abrigo, é necessário perceber como é que as mais diversas políticas sociais são aplicadas, nos vários níveis em que estamos inseridos. É, pois, importante indagar sobre a abordagem que é feita pela Europa, mais concretamente pela União Europeia, e de que forma é que os 27 Estados-membros adotam medidas e compromissos, no que diz respeito a esta realidade, que existe em todos os países da Europa, ainda que em alguns seja menor e noutros mais escamoteada, mas que deve ser alvo de atenção de todos.

Aquando da assinatura do Tratado da União Europeia (UE), em Maastricht, em Fevereiro de 1992, os então 12 Estados-membros, consagraram um dos pilares base no que concerne à comunicação e cooperação em matéria de Justiça e Assuntos internos, tendo inclusive limitado a soberania dos países, através do Programa Geral para as questões de justiça, liberdade e segurança (Cunha, 2012) Era então expectável para qualquer cidadão, que a UE levasse a efeito um conjunto de medidas que garantissem na prática, um determinado número de ações respeitantes a muitas matérias, nomeadamente na questão dos sem-abrigo, mas não há dessa altura nenhum documento oficial que reflita esta temática.

Se pensarmos que esta ausência de qualquer espécie de documento espelha um vácuo de debate, é preocupante. Certo é que se fizermos uma análise mais cuidada podemos supor que os Estados-membros, veem os sem-abrigo como cidadãos comuns que estão ao abrigo das políticas gerais para a cidadania. Nesta matéria não será descabido referir a proposta apresentada ao Conselho Europeu, de um Programa específico em Direitos Fundamentais e Cidadania, enquadrado no já referido Programa Geral de direitos fundamentais e justiça, a vigorar no período de 2007 a 2013 (FRA, 2012).

No seguimento desta política da EU, em 2007, no Conselho da União Europeia n.º 168/2007, foi criada então a Agência dos Direitos Fundamentais (ADF) como um organismo da União Europeia, numa perspetiva de salvaguardar os princípios da liberdade, respeito pelos direitos humanos, democracia e liberdades fundamentais, fazendo assim com que os Estados Membros estivessem mais sensibilizados para esta temática, obrigando-os a cumprir o programa anteriormente referido. As principais temáticas desenvolvidas pela ADF, são a xenofobia, racismo e intolerância, problemas

estes que temos vindo a verificar com mais frequência, numa Europa com problemas de imigração, onde são noticiados a cada dia que passa, acontecimentos preocupantes de cariz xenófobo.

Ainda de acordo com o *website* da UE,

“O objetivo desta agência é anteriormente proporcionar às instituições e aos órgãos comunitários, bem como aos Estados-Membros da União Europeia (UE), assistência e competências no domínio dos direitos fundamentais quando aplicarem o direito comunitário. A agência tem como objetivo ajudar as instituições, os órgãos e os Estados-Membros a respeitarem plenamente esses direitos.”

Este sentimento pode ser muitas vezes extravasado para a problemática dos sem-abrigo, que muitas vezes são alvo de situações discriminatórias, não sendo portanto descabido a pertinência desta Agência.

Curioso é que o *website* da ADF só se encontra em três línguas, o inglês, o francês e o alemão, começando pela própria Agência a discriminação que se pretende esbater. Contudo, podemos verificar no respetivo *website*, que o seu método de trabalho é baseado na cooperação, aproveitando a experiência das diversas estruturas e organizações existentes em cada Estado Membro, bem como o seu conhecimento da realidade local e políticas administradas, que deverão resultar em redes específicas, que deverão também ser articuladas, de maneira simultânea com as variadas instituições da UE. Um exemplo da maneira de trabalhar desta Agência, foi a recente nomeação da portuguesa Isabel Jonet, líder do Banco Alimentar (BA) em Portugal, para a coordenação de um projeto de iguais objetivos, mas desta feita a nível europeu. A escolha de Jonet, prendeu-se com a sua capacidade de intervenção, que se traduziram nos bons resultados das campanhas dos BA nos últimos 5 anos.

Deve no entanto ser salientado, que esta cooperação não é tão recente assim, pois já em 2000, como resultado do Conselho da Europa realizado em Lisboa, os Estados Membros tinham decidido que as medidas para combater a exclusão social, deveriam ser baseadas num método aberto de cooperação, onde os planos estratégicos nacionais fossem conciliados. Foi ainda neste Conselho Europeu que os Estados Membros assumiram para a Europa uma política prioritária de combate contra a exclusão social e a pobreza.

Não há em 2000, qualquer referência aos sem-abrigo, no entanto é notória a importância que a decisão de combater a pobreza e a exclusão social, teve no fortalecimento de uma estratégia de apoio aos sem-abrigo. Foi então em Maio de 2003, que a Federação Europeia das Organizações Nacionais que Trabalham com Sem-Abrigo (FEANTSA) realizou um seminário em Roma, no qual houve uma apresentação das mais diversas políticas nacionais levadas a cabo por cada Estado Membro. Deste seminário resultou um manual de boas práticas, no que diz respeito ao auxílio aos sem-abrigo, com o intuito de fazer com que os Planos Ação Nacionais contemplassem esta temática nas suas estratégias de inclusão social.

É pois evidente, que há uma forte preocupação com a problemática dos sem-abrigo, tendo estes sido encarados como cidadãos em toda a sua multidimensionalidade, e ainda que vivam à margem da sociedade, todos os acessos lhes devem ser permitidos.

Esta explanação surge na perspectiva de que a problemática dos sem-abrigo tem um cariz global, que a UE e os Estados que a integram não lhe são indiferentes, e que cada vez mais demonstram uma crescente preocupação, que se tem refletido nas mais diversas medidas que, de uma forma cada vez mais incisiva, são tomadas no sentido de eliminar este tipo de ostracismo.

3.2.3. Os sem-abrigo em Portugal

Para perceber o fenómeno dos sem-abrigo em Portugal, começou por se avaliar os instrumentos e estratégias criados pelo setor público a várias escalas, com o propósito de melhorar as circunstâncias em que os sem-abrigo vivem.

Portugal contempla na sua Constituição que “os preceitos constitucionais e legais relativos aos direitos fundamentais devem ser interpretados e integrados de harmonia com a Declaração Universal dos Direitos do Homem” (art. 16º, n.º2, de 2005) e é nessa perspectiva e sabendo de antemão que a Declaração Universal dos Direitos Humanos atesta que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos”, que o Estado Português está implicitamente compelido a promover as condições consideradas necessárias à dignidade, liberdade e ao acesso aos direitos a todos os seus cidadãos, sem exceção.

Poder-se-á considerar uma visão um pouco simplista, no panorama da grande abrangência, tanto da Declaração Universal dos Direitos Humanos, bem como da nossa

constituição, na medida em que é pressuposto que o indivíduo seja visto como um todo, não esquecendo, claro está a sua individualidade. Contudo, a noção que nos é transmitida por estes dois documentos tão importantes, que passa pela ideia da dignidade humana é, sem dúvida alguma, fundamental quando pensamos na questão dos sem-abrigo.

É, então, óbvio que Portugal, enquanto Estado de direito, deve com certeza fazer refletir estas preocupações na sua Ação política, mais concretamente nas de cariz social. Contudo, a Constituição Portuguesa deve olhar para o sujeito, não como um ser abstrato, mas como um indivíduo com as suas características específicas e a ponderação de medidas poderão e deverão ser vistas caso a caso.

Os governos portugueses têm tido sempre uma preocupação com as questões sociais, mas os resultados das políticas aplicadas, muitas vezes são impercetíveis, ou seja, não se fazem sentir, pelo menos através do que é emitido pela comunicação social. Essas políticas só são sentidas muitas vezes pelos ‘famosos’ subsídios, que vão ajudando algumas pessoas com menos condições sociais, mas que não são de forma alguma sustentáveis, nem contribuem para a resolução do problema. Há ainda a sublinhar o facto de que Portugal foi um dos países que subscreveu o programa dos 8 Objetivos do Milénio da Organização das Nações Unidas, de suposta realização até 2015, no qual o primeiro objetivo, preconizava a redução da pobreza extrema e da fome enquadrando, sem margem para dúvida, os sem-abrigo (UN, 2000).

Podemos no entanto achar que para a resolução deste problema, os sem-abrigo têm de participar no combate à sua própria exclusão, mas este foi um direito de que abdicaram e que os incapacita de participar, tornando este problema cíclico. Assim sendo, não será só necessário aplicar programas específicos em função dos contextos e dos grupos sociais, mas sim, concentrar esforços, fazendo convergir estes programas com as políticas socioeconómicas de maneira coordenada e coerente, para que a integração social possa acontecer de uma forma equilibrada.

Desde 2009 que Portugal delimita as suas estratégias pela já referida ENIPSA (2009, p.7) que, de acordo com o próprio, surge em primeiro lugar da necessidade “da tomada de consciência da existência de um problema e da insuficiência de conhecimento atualizado sobre o mesmo”. Ora, antes deste documento ser redigido, o Governo português não tinha qualquer política especificamente concebida para lidar com a problemática dos sem-abrigo. Concluimos pois que este documento deriva da

subscrição por parte de Portugal dos 8 Objetivos do Milénio, já que a ENIPSA surge dentro da já referenciada primeira medida, inclusa no Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza.

Em 2003, aquando da realização de um seminário da Federação Europeia das Organizações Nacionais que Trabalham com os Sem-Abrigo, Portugal não conseguiu em momento algum expor tipos de boas práticas, pois estas não faziam parte do programa governamental (FEANTSA, 2003).

Ainda que continuem a ser evidentes as deficiências das políticas portuguesas no que concerne aos sem-abrigo, não podemos ignorar que os avanços foram imensos. Exemplo disso é o Plano Nacional de Ação para a Inclusão (PNAI, 2006), que tem como pano de fundo a definição de medidas concretas no combate à pobreza e todas as formas de exclusão social e discriminação, explicando também o que são os sem-abrigo, e para além disso, é feita a sua caracterização.

É manifesta a evidência de que as medidas de combate à pobreza, e neste caso concreto aos sem-abrigo, não podem ser somente uma responsabilidade do sector social, mas têm também de passar por um envolvimento do sector económico, que deverá ser articulado com o primeiro, na persecução de objetivos comuns. É sabido, que em casos como este, de luta a uma pobreza profunda, é necessário cobrir aspectos estruturais, valores e comportamentos, tentando assim colmatar falhas civilizacionais.

É necessário perceber quem são os sem-abrigo e quais são as características que normalmente lhes estão associadas, mormente o que leva uma pessoa a ter de passar a ser sem-abrigo. De acordo com o Plano Nacional da Ação para a Inclusão (PNAI, 2006, p.35), os sem-abrigo:

“Já não são somente os marginalizados clássicos, sendo visível a emergência de uma nova geração de pessoas, com peso crescente de doentes mentais, toxicodependentes, alcoólicos, ex-reclusos e outras de pessoas que se encontram em situação de rutura com as normas e instituições vigentes – quebra de laços sócio-familiares, instabilidade profissional, dificuldades de acesso à habitação, e ao emprego, baixos rendimentos, ausência de regras e rotinas, auto-marginalização, diluição de hábitos de trabalho, regressão nas capacidades cognitivas – e sem qualquer tipo de suporte social, psicológico e económico.”

É de salientar que o PNAI, caracteriza os “marginalizados clássicos” como meros mendigos e vagabundos. É nesta conjuntura, resultante da crise económica, de

uma crise de valores morais sem precedentes, das elevadíssimas taxas de desemprego e do crescente consumo de drogas e álcool, que surge uma nova geração de sem-abrigo.

Já no início do séc. XX, a mendicidade no Porto era reconhecida, mas o procedimento era consideravelmente diferente, pois os mendigos eram detidos e cumpriam uma pena na prisão correcional e posteriormente eram postos à disposição do Governo para que este lhe provesse trabalho pelo tempo que achasse conveniente e necessário (Fernandes, 1994).

O Instituto da Segurança Social sub-divide os Sem-abrigo em dois géneros. Primeiramente os sem-abrigo crónicos, com larga experiência de vida na rua, que muitas vezes sofrem de doença mental ou física. Em segundo lugar, surgem os novos casos de sem-abrigo, que estão há relativamente pouco tempo na vida de rua, onde prevalecem muitas perdas, sejam elas familiares, profissionais ou individuais (ISS,2005).

Podemos afirmar que os sem-abrigo, são resultado de uma conjuntura de sucessivas situações de rutura, com perdas socio-económicas e familiares, dando aso a que as pessoas se isolem, se fechem às ajudas externas e se sintam excluídas daquele que foi o seu meio social.

Tal como referido na introdução desta dissertação o ISS estima que existam cerca de 5000 sem-abrigo em Portugal e em 2014, no entanto, de acordo com os dados do INE, nos censos de 2011 o total de sem-abrigo era de 696. Ainda num recente levantamento feito pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) foram assinalados só na cidade de Lisboa 852 sem-abrigo. Esta diferença de valores é considerável e deve ser alvo de reflexão pelas entidades governamentais, que de certa forma escamoteiam os reais números da população sem-abrigo em Portugal. Discutir-se-á mais adiante os números relativos aos sem-abrigo na cidade do Porto.

4. A cidade do Porto

“No velho mundo, será difícil encontrar uma urbe tão singular, no ponto de vista somático como anímico. Sem risco de exagero, pode reputar-se uma das mais típicas, não diremos só da Ibéria, mas da Europa.” (Sant’anna, D. 1983:IX)

Este capítulo tem como principal objetivo dar a conhecer a área de estudo. É feita a localização da cidade do Porto, bem como uma breve contextualização histórica da mesma, na qual é possível entender a evolução a que a cidade tem estado sujeita, mais concretamente à preocupação com a reabilitação que se tem assistido nas últimas duas décadas.

A escolha da cidade do Porto para área de estudo desta dissertação, prende-se em primeiro lugar, com o fenómeno dos sem-abrigo que tem sido mais manifesto na cidade, seja pela presença mais visível das instituições de apoio, seja pela sensibilização que tem vindo a ser feita na comunicação social relativa a esta problemática. São também relevantes os laços emocionais que tenho com o Porto, pelo facto de ter nascido, estudado e morado aqui até aos 25 anos, bem como o bom conhecimento espacial que tenho da cidade em estudo

A cidade do Porto é também a segunda cidade mais importante de Portugal, logo a seguir à capital, Lisboa onde o fenómeno é mais visível e tem sido alvo de estudo nomeadamente pela SCML. Em Dezembro de 2011, a mesma procedeu ao levantamento dos sem-abrigo que vivem na rua de forma a melhor caracterizar esta população e avaliar as respostas sociais desenvolvidas no terreno (SCML, 2013).

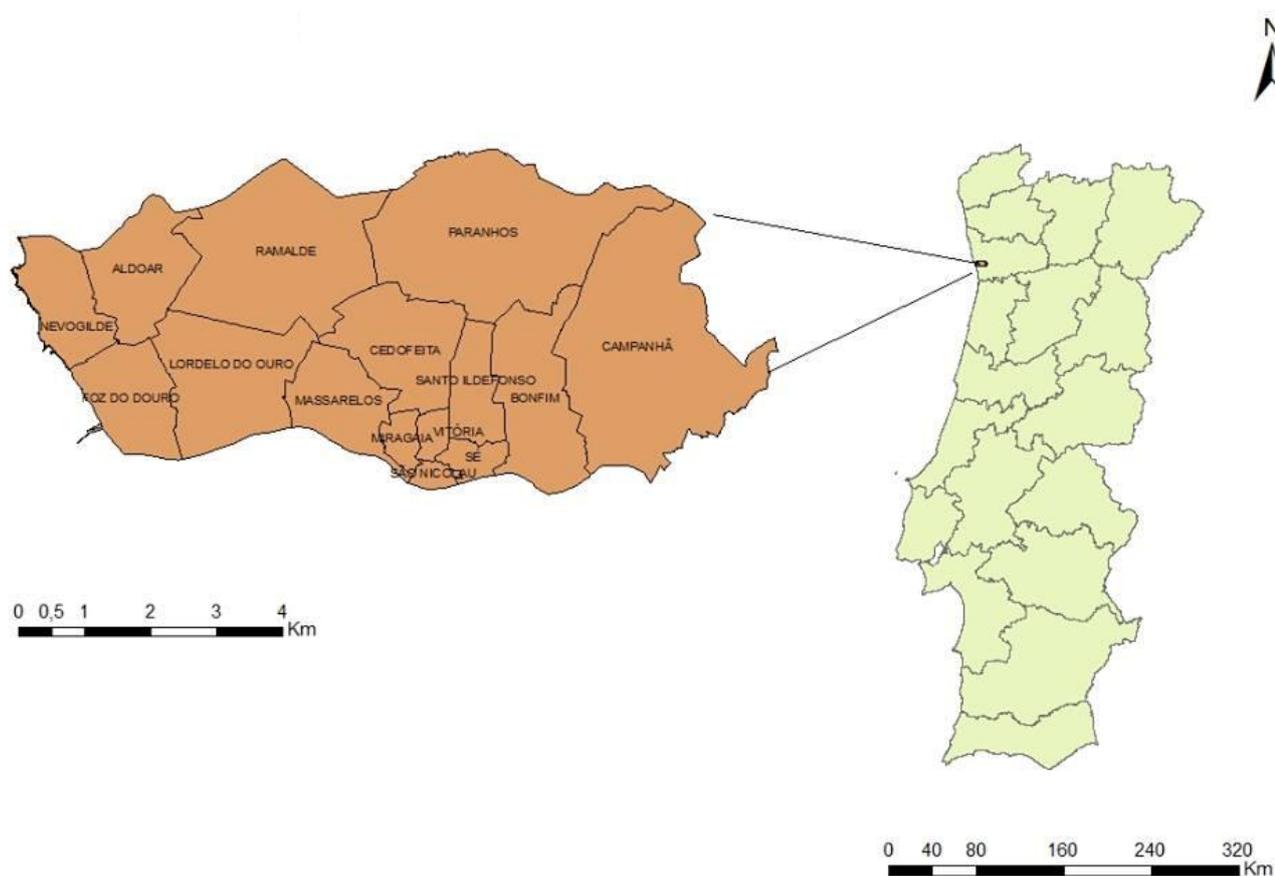
O surgimento dos sem-abrigo no Porto tem também de ser compreendido no contexto de uma nova pobreza do mundo moderno, que está disseminado pelas zonas históricas e centrais da cidade, simbolicamente mais fortes. Na década de 80 a automação do processo industrial levou ao encerramento de inúmeras fábricas na cidade, em que muitos dos postos de trabalho não foram convertidos por outros no sector terciário, aumentando assim o desemprego de longa duração. Naturalmente, as condições de vida pioraram para alguns cidadãos que foram afetados por esta época, resultando muitas vezes em situação de pobreza (Quintas, 2010).

Nas palavras de Oliveira, Aguiar-Branco e Branquinho (1999) surgiu no Porto a proliferação de uma grande quantidade de instituições de solidariedade social, que não

podem ser dissociadas dos valores culturais da cidade, que se habituou a ser porto de abrigo a novas ideias, e é nesta perspetiva que a academia poderá dar o seu contributo, nomeadamente na temática dos sem-abrigo.

A cidade do Porto está situada no Noroeste de Portugal, mais precisamente na NUT II Norte, tendo uma área de cerca de 41 km². É limitada a Oeste pelo Oceano Atlântico, a Sul pelo rio Douro, a Norte e a Este pelos concelhos de Gondomar, Maia, Matosinhos e São Mamede Infesta.

Figura 6. Enquadramento da cidade do Porto em Portugal continental



Fonte: Elaboração própria a partir da Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP) de 2012

O Porto tem o rio Douro a Sul e o Atlântico a Oeste, que sempre tiveram um forte impacto na dinâmica regional. Como é sabido, a existência de água sempre foi um

critério de fixação de população que, neste caso, aliada à topografia, criaram possibilidades de defesa, pois a cidade tem uma zona alta que lhe foi sempre benéfica, nomeadamente nas diversas guerras que combateu. Esta conjugação de características físicas, proporcionaram ao Porto um crescimento como entreposto comercial, que se destacou ao longo dos últimos três séculos, em que o negócio do Vinho do Porto usou o rio Douro para o transporte da sua mercadoria (Pereira, 1996).

O concelho portuense desde os finais do séc. XIX, esteve confinado a Norte e Este, pela denominada estrada da Circunvalação, que veio impedir que a cidade dilatasse para lá desta barreira física, fazendo com que a partir daí o edificado não pudesse extravasar os limites legais do burgo e fosse «obrigado» a crescer em altura, à medida que a cidade foi crescendo em população (Oliveira, 1982; Fernandes & Vasconcelos, 2002)

De acordo com as estimativas apresentadas por François Guichard (1992), a população do Porto em 1384 era de 4400 habitantes e nos finais do séc. XVIII era dez vezes superior, sendo que depois de 1864 houve um crescimento constante significativo. Já nos censos da população do Reino de Portugal de 1900, o concelho do Porto tinha 167.955 habitantes. Todavia no documento dos censos de 1991 a população era de 302.472, ou seja, quase o dobro em apenas 91 anos. Contudo, nas últimas décadas a população residente tem vindo a decair, pois em 2001 era de 263.131 e nos últimos censos, em 2011, era de 237.591 (INE, 2014).

De acordo com o relatório de pré-diagnóstico da Rede Social do Porto de 2008, esta diminuição da população tem-se refletido num esvaziamento notório do centro histórico da cidade, em que nas freguesias da Sé, Vitória, Miragaia e Santo Ildefonso a população sofreu um decréscimo médio de cerca de 36% desde 1981 até aos dias de hoje, assunto que mais à frente iremos analisar.

O enquadramento do clima do Porto é um ponto extremamente importante quando falamos nas dinâmicas espaciais dos sem-abrigo, pois as condições climatéricas condicionam os espaços onde estes podem pernoitar, bem como o seu dia-a-dia. De acordo com Ribeiro (1998), o clima que caracteriza Portugal é o denominado mediterrâneo, contudo, o facto de o Noroeste português, nomeadamente o Porto, ser banhado pelo oceano Atlântico, influencia as suas condições atmosféricas tanto na temperatura como na quantidade de precipitação. Sendo que do “Atlântico provêm as massas de ar tropical húmido, trazidas pelas perturbações ciclónicas em direcção ao

orientes” (Ribeiro, 1998, p.101), que provocam um tempo instável e chuvoso. Esta opinião é corroborada por Sousa (1993) numa análise dos dados do período de 1900 a 1989, bem como o Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) no período de 1981 a 2010, onde podemos ver que o valor médio de precipitação é durante todo o ano significativo, sendo que nos meses de Outubro a Abril é superior a 100 mm, excetuando-se, claro, um ou outro ano em que houve períodos de seca ou de precipitação fora do comum.

No que concerne à temperatura média mínima, esta situa-se entre os 5,2°C e os 9,1°C durante os meses de Novembro a Abril, sendo que a temperatura média máxima para o mesmo período se situa entre os 13,8°C e os 18,1°C. Nos meses de Maio a Outubro a temperatura média mínima é sempre superior a 10°C e a máxima nunca é inferior a 20°C (Sousa, 1993; IPMA, n.d.).

De acordo com Fernandes (2004) os primeiros vestígios de população datam de cerca de 3500 a.C. na zona da Foz do Porto, onde há resquícios de povoamento neolítico. Desde a referida data até à cristianização da região onde o Porto está inserido, passam pela mesma os romanos – séc. II a.C., os suevos - 409, os visigóticos -585, os árabes - 716 e finalmente em 868 a região é tomada pelos cristãos, comandados por Vimara Peres.

Até à conquista de Lisboa e conseqüentemente do Algarve, o burgo marítimo do Porto era, oscilantemente com Braga e Guimarães, o centro político do então Condado Portucalense (Guichard, 1992; Ribeiro, 1998).

Em 1472, o Porto é considerada a segunda cidade do reino, e nos séculos XIV e XV assiste-se a um forte crescimento da cidade, onde as feiras acontecem com muita frequência, fazendo com que o Porto se torne monopolizador da economia regional. Como consequência desta dinâmica, a rede viária sofre consideráveis melhorias e brotam novas praças, mais largas. Também surgem novas ruas, e no final do séc. XVIII há um forte crescimento da cidade para fora das muralhas. Para isto contribuiu decisivamente o comércio do vinho, bem como outras manufaturas que em muitos casos deram origem a ruas com toponímia de diversos ofícios (Oliveira, 1982).

Também no séc. XVIII, o Vinho do Porto atraiu muitas empresas estrangeiras, sobretudo inglesas, pois a sua *“position exceptionnelle de contact entre ces différentes régions, point de convergence et de redistribution des produits”* (Guichard, 1992, p.48) demonstra ser um fator diferenciador. Ora, os britânicos estão dispostos a investir num

negócio que imprime na economia regional um forte impacto, não só pela produção e venda de vinho, mas como já referido, também por toda a dinâmica comercial que este traz à região e pelo impulso da indústria que lhe está associado (Ribeiro, 1998; Barreto, 1988; Guichard, 1992; Pereira, 1996).

No início do séc. XIX, após as invasões napoleónicas e a revolução liberal, o Porto continuou a ter um importante papel político, social, cultural e económico. É nesta altura que a indústria se começou a instalar dentro da cidade do Porto, ainda que sendo não em grande quantidade. Contudo, esta industrialização, ainda que fraca, atraiu multidões que procuraram trabalhos mais bem remunerados de forma a obterem melhores condições de vida, o que provoca a degradação das condições de salubridade da cidade, originando episódios de febre-amarela e da peste bubónica em finais do séc. XIX (Fernandes, 2004; Porto Vivo, 2005).

Este crescimento populacional é acompanhado por diversas obras que se traduzem em avultados investimentos em infraestruturas, tais como o saneamento, a rede de abastecimento de água e eletricidade. Há ainda um importante sector que foi alvo de reestruturação quer dentro dos limites administrativos da cidade, quer nas áreas contíguas à mesma – os transportes. Este sector é fundamental no que se refere à mobilidade dos cidadãos e traduz-se num alargamento das vias, assim como a construção de novas infraestruturas viárias e ferroviárias (Matos, 1994; Fernandes & Vasconcelos, 2002).

No interior da cidade, em meados da segunda metade do séc. XIX surge no Porto o denominado ‘americano’, ou seja, um transporte coletivo feito por carril com tração animal. Contudo, ainda que atrasada para a realidade internacional, surge no ano de 1895 a primeira carruagem elétrica em Portugal, na cidade do Porto, que permite numa cidade com fortes declives, movimentar cargas pesadas, de forma limpa e eficaz, sendo portanto uma revolução nos transportes coletivos, este surgimento do denominado elétrico (Alves, 2000).

Acompanhando o surgimento do ‘americano’ surgem várias linhas ferroviárias que ligam o Porto a diversos pólos como Lisboa, Póvoa de Varzim e o Douro e Minho. É neste período que surgem duas construções em ferro de enorme relevância para o Porto e para o país: as pontes D. Maria Pia e D. Luiz I, a primeira somente ferroviária e a segunda albergava também capacidade rodoviária (Fernandes & Vasconcelos, 2002). Guichard (1992) ressalva ainda a importância da ligação ferroviária do Minho, pois esta

faz a ligação a Espanha, mais concretamente a Vigo, tornando o Porto um ponto de distribuição de mercadorias, para o Sul do país.

É neste período dos finais do séc. XIX, que o comércio na cidade do Porto tem um forte impacto, sobretudo devido à expansão do poder de compra, que se traduz na proliferação de espaços de lazer e consumo, mais concretamente em equipamentos culturais, parques, jardins públicos, cafés e *boutiques*. Ora, o estabelecimento das relações comerciais ajudam a compreender a dinâmica da cidade, bem como a perceber o funcionamento e modos de vida dos cidadãos que nela habitam (Rocha & Fernandes, 2009).

Na transição do século, surgem os automóveis, que devido ao *boom* de vendas no pós segunda guerra mundial, levam na segunda metade do séc. XX, à necessidade de valiosos investimentos na rede rodoviária, nomeadamente com a construção da Via Norte, da Via Rápida e ponte da Arrábida, que faz a ligação à capital. Estas infraestruturas têm também uma característica muito importante, que foi a de apoiar grandes unidades fabris que se instalam nas imediações do Porto. Este *boom* automóvel provocou um sentimento de independência face aos transportes públicos, para além do facto de ter desvalorizado o elétrico, um transporte considerado lento para a vida fugaz da cidade, surgindo assim a ‘imposição’ de uma aproximação do transporte público ao privado, que se traduzia num meio de natureza automóvel como se via em grandes cidades como Londres, Paris, ou Nova Iorque (Guichard, 1992; Salgueiro, 1994; Alves, 2000; Fernandes & Vasconcelos, 2002).

Esta construção de infraestruturas a diversos níveis, permitiu um forte desenvolvimento comercial da cidade do Porto na segunda metade do séc. XX. Fernandes (1998) ressalva, em concreto, a melhoria das infraestruturas de transporte e a banalização do automóvel, que provocaram uma verdadeira revolução na taxa de motorização, bem como na facilidade de circulação permitindo a clara expansão da cidade e como afirma Salgueiro (1994, p.179) “Para a emergência de novos pólos terciários contribuem as novas condições de acessibilidade metropolitana”.

Numa perspetiva económica, será importante referir que o considerável processo de desindustrialização que sucedeu no concelho do Porto, teve como contraponto a afirmação de zonas e parques industriais por todo o território limítrofe (Fernandes, 2004). Este fenómeno de desindustrialização é conhecido noutros locais como Turim,

onde desde 1980 a recessão gerou um cenário pós industrial, em que muitas atividades económicas desapareceram ou se focaram no terceiro sector (Brusa, 2005).

A baixa do Porto foi durante as últimas décadas do séc. XX, a alma da cidade, pois é o comércio que faz com que percebamos as dinâmicas citadinas e podemos inclusive dizer que o comércio é o espelho da cidade. Porém, este sector de atividade que teve uma enorme importância no desenvolvimento e crescimento da cidade, tem desde meados da década de 90 sido alvo de um significativo decréscimo (Rocha & Fernandes, 2009).

É de crer que a propensão para um aumento extensivo da urbanização, bem como o sentimento de que está instalada uma crise na cidade consolidada, tem proporcionado um aprofundamento sobre as estratégias a adotar tendo em conta a perda demográfica, a degradação das áreas históricas e a crise da baixa (Portas, Domingues & Cabral, 2007). Esta situação imobiliária, assim como a diminuição do comércio serão abordadas adiante.

Já no final séc. XX, em 1996, a UNESCO distinguiu o centro histórico do Porto como classificação de património mundial, relevando “... *outstanding universal value as the urban fabric and its many historic buildings bear remarkable testimony to the development over the past thousand years of a European city that looks outward to the west its cultural and commercial links.*” (UNESCO, 2014)

Em 2001, a cidade do Porto foi, juntamente com Roterdão na Holanda, Capital Europeia da Cultura (CEC). Este evento proporcionou a dinamização de atividades culturais na cidade no decorrer de todo o ano de 2001, garantindo a realização de obras de recuperação em edifícios como a Cadeia da Relação ou o Museu Soares dos Reis, bem como a execução de obras de requalificação no centro histórico, regenerando alguns dos espaços mais emblemáticos da cidade tais como a Avenida dos Aliados e a Avenida Vimara Peres (Fernandes & Vasconcelos, 2002).

Foi também no âmbito da CEC 2001, que o Porto viu emergir uma importante obra: o Metro do Porto. A introdução deste meio de transporte teve diversos impactos positivos de cariz social, ambiental e económico na vida da cidade, nomeadamente na mobilidade da população, bem como na diminuição do tráfego automóvel, causando melhorias na qualidade de vida dos cidadãos portuenses e de todos aqueles que se deslocam ao Porto em movimentos pendulares, como os trabalhadores ou turistas (Pinho & Lilaes, 2009)

A cidade do Porto foi escolhida como o melhor destino turístico da Europa, pela *European Consumers Choice*, a mais famosa plataforma turística do continente Europeu, pela segunda vez em 2014, tendo sido a primeira em 2012. Este reconhecimento é sem dúvida alguma, uma mais-valia para a cidade no que respeita ao turismo, bem como ao impulso económico-social que pode proporcionar.

Estas conjunturas cultural, turística e comercial são uma oportunidade na perspetiva estratégica de sobrevivência dos sem-abrigo, na medida em que, ao vaguearem por zonas da cariz comercial e turístico, ganham uma visibilidade importante, acabando muitas vezes por sobreviver da caridade de turistas e transeuntes que oferecem auxílio, seja monetário ou material, como depois poderemos perceber na parte empírica deste trabalho.

4.1. O centro histórico

Associado a um centro histórico está por hábito uma imagem de história e tradição que no entanto assenta em alterações consideráveis ao longo das décadas e no caso do Porto, séculos.

A cidade do Porto é uma cidade ribeirinha, com uma considerável frente de mar, onde a zona histórica é composta por ruas estreitas e becos, que derivam de uma estrutura urbana medieval, fazendo com que, devido à cêrcea média ser de cerca de 15 metros, ou seja, de 3 ou 4 pisos, as ruas se tornem sombrias. Há na cidade a presença de variadas obras onde “o azulejo reveste tanto fachadas modestas como imponentes igrejas” (Ribeiro, 1998, p.146), tornando o Porto numa cidade rica e com características que a tornam única. Ao contrário de muitas cidades Europeias que com as sucessivas guerras foram sendo destruídas, o Porto mantém uma estrutura muito antiga pois não sofreu ataques significativos, nem grandes demolições ou reformas que de alguma forma destruíssem o património edificado.

Os centros das cidades são locais distintos dentro da própria urbe, em que *“Normally they coincide with historic districts, constitute the centre of communities and are forums for civic life, but their main characteristic is that they are multifunctional places.”* (Balsas, 2007, p.234). Ainda no mesmo contexto, Balsas (2007) afirma que o sucesso dos centros das cidades, advém de uma mistura basilar de atividades, que criam uma atmosfera única que caracteriza o centro da cidade.

O centro histórico do Porto é, através de todo o seu património edificado, a imagem associada quando pensamos nesta cidade, contudo o conceito de centro histórico tem vindo a sofrer várias alterações, isto porque a ideia de centro histórico está comumente relacionada com uma carga simbólica intrínseca à história antiga da urbe. Todavia, o centro histórico poderá também ser articulado com o centro de negócios, ou seja, com uma centralidade financeira e empresarial da cidade (Fernandes, 2011).

Os centros das cidades têm sofrido reabilitações ao longo das últimas quatro décadas, processo esse que foi sendo experimentado em diversas cidades norte-americanas, bem como em cidades do Leste europeu no pós 2ª Guerra Mundial e que rapidamente atingiu os burgos do Sul da Europa, onde podemos incluir o Porto (Lobo, 2010).

Como anteriormente foi referido, houve um crescimento exponencial da população durante o Séc. XX na cidade do Porto, o que levou a que muita gente com recursos limitados, nomeadamente o operariado, tivesse de se fixar nas ‘ilhas’, locais que não mantinham um conjunto de condições mínimas de higiene nem salubridade, mormente localizadas nas áreas periféricas da cidade, Bonfim, Paranhos, Santo Ildefonso, Massarelos e Lordelo, perto das zonas industriais, o que permitia uma maior proximidade entre o emprego e a residência (Guichard, 1992; Matos, 1994).

Fernandes (1994) afirma que o ambiente urbano fomenta, pelos próprios desajustamentos económicos e sociais que lhe são inerentes, o aparecimento de pessoas pobres, que facilmente encontram na mendicidade uma maneira de subsistir e já na primeira década do séc. XX, no Porto as freguesias de Bonfim, Sé, Cedofeita, Miragaia e Santo Ildefonso, tinham uma presença considerável de mendigos.

Em 1956 surge o Plano de Salubridação das ‘Ilhas’, que tem como principal objetivo constituir bairros sociais, que se irão situar nos limites da área urbana já consolidada (Matos, 1994; Fernandes & Vasconcelos, 2002). Neste caso, o processo de crescente “periferização populacional” é, no Porto, marcado pelas políticas de habitação social que conduzem à criação dos já referidos bairros em zonas consideradas menos nobres da cidade.

Contudo, como Balsas (2007, p.244) refere, “between 1960 and 1996, the city centre of Porto, lost 53% of its population” e como consequência em 1999 havia 1284 prédios desabitados na baixa do Porto e cerca de 50% deste precisava de uma renovação total.

Desde a década de 60 do século passado que se assiste no Porto a uma mudança do tecido urbano em que há um despovoamento, quer de pessoas quer de actividades devido ao empobrecimento e abandono do centro da cidade, de tal forma que podemos ver em determinados casos, ruas em que a decadência é tal, que são mais os edifícios devolutos do que os ocupados. As cidades de hoje em dia, são o resultado de uma orgânica entre a residência, o estacionamento e o prédio, seja este para trabalhar ou para realizar comprar, onde é retirada vida às cidades, conduzindo ao conseqüente abandono de praças e ruas, que por seguinte levam à imagem de desolação e medo, onde claramente podemos enquadrar os sem-abrigo (Fernandes, 2000).

Em 1974, foi criado o Comissariado para a Renovação Urbana da Área Ribeira-Barredo (CRUARB), na perspectiva de reabilitar o Centro Histórico do Porto (Balsas, 2007; Fernandes, 2011). No entanto, o Centro Histórico do Porto é constituído por duas áreas adjacentes, que por vezes são confundidas, sendo que a primeira é o núcleo histórico composto pelas freguesias de Miragaia, São Nicolau, Sé e Vitória e a segunda área vulgarmente denominada por baixa portuense, que é formada pelas freguesias de Bonfim, Cedofeita, Massarelos e Santo Ildefonso (Branco, 2006; Matos, 2007). Porém com a reestruturação autárquica levada a cabo em 2013, surgiu uma união que às freguesias do núcleo histórico, agrega-se também Cedofeita e Santo Ildefonso.

Como já anteriormente foi referido a população do Porto tem decrescido desde 1981, devido em grande medida à *“Migration of residents to the suburbs accompanied by the opening of new retail, office and leisure spaces in peripheral locations, increased automobile ownership with the consequent congestion, air and noise pollution in central areas that led to the decline of city centres.”* (Lobo, 2010, p.1).

Rocha e Fernandes (2009) verificam que no final do século passado, designadamente nas décadas de 80 e 90, há sinais de estagnação e de decadência do comércio na baixa do Porto, face ao surgimento dos grandes centros comerciais, bem como às novas formas de comércio, como a venda por correspondência e a internet. Todavia, a forma como a cidade do Porto se foi arquetizando, teve fortes impactos na geografia do consumo, pois os espaços de oferta e serviços foram alterando conforme as movimentações dos consumidores ao longo do dia, da semana ou mês.

Importa ainda salientar aquilo que Salgueiro (1998, p.41) refere como a cidade fragmentada, que se caracteriza pela “existência de enclaves, o carácter pontual de

implantações que introduzem uma diferença brusca em relação ao tecido que as cerca”, como por exemplo num centro comercial.

Nesta perspetiva, na década de 90, a zona da Boavista afirma-se com pólo comercial e para combater o declínio da baixa a câmara municipal estimulou algumas feiras especializadas para animar espaços públicos, tal como aconteceu noutras cidades. Há ainda uma metropolização, em que o centro da cidade torna-se mormente agente do sector terciário, perde habitantes e verifica-se uma migração para a periferia da cidade (Salgueiro, 1994).

“Os problemas do centro refletem-se bem na degradação do património imóvel da zona. Os prédios estão, geralmente, em péssimas condições de preservação e são habitados por pessoas com graves problemas económicos, segregadores de condições de bem-estar e conforto” (Oliveira et al., 1999, p. 22). Raciocínio idêntico tem Balsas (2007) que verifica que no centro da cidade do Porto, houve uma acentuada falta de intervenções na reabilitação dos edifícios de domínio privado, por ser difícil e complexo agir devido ao número de variáveis envolvidas. Os edifícios têm problemas estruturais, são compostos por quartos pequenos, não têm garagem nem elevador, características que não se adequam à vida contemporânea.

Nesta mesma perspetiva Siza & Pereira (2001), constata que o centro da cidade sempre esteve fortemente associada ao comércio, contudo tem vindo ao longo dos últimos anos a perder esta dinâmica comercial, pois é em grande medida destruída pelo aparecimento dos *shoppings centres* desde do início da década de 90. Branco (2006) ainda observa que na década de noventa o núcleo histórico perdeu cerca de 7000 pessoas, o que representava à data um terço da sua população. No Porto, assim como em Lisboa, verificou-se a referida fragmentação da cidade, onde é possível observar a tendência para a mistura de usos, ou seja, há uma tendência para substituir áreas que outrora eram especializadas, em zonas de atividades mistas como a rua dos Caldeireiros, onde hoje é possível ver lojas de roupa, restaurantes, drogarias, vidrarias, entre outros (Salgueiro, 1998).

Ainda na ótica comercial, será importante destacar algumas ruas como a de Santa Catarina, Firmeza ou Gonçalo Cristóvão, que têm sido alvo de rejeição e são vários os fatores, sendo alguns já referidos, como a degradação dos edifícios e dos arruamentos, bem como a falta de estacionamento. Outro fator a ter em conta nesta área da cidade, tem que ver com o peão, enquanto possível consumidor, numa cidade que

durante muitos anos deu primazia ao veículo motorizado, relegando para segundo plano a pessoa que caminha, vê lojas e compra. Nesta linha de pensamento, pode-se afirmar que os já referidos centros comerciais tiveram um impacto negativo pelo conforto que lhes está associado, particularmente a diversidade na oferta de bens e serviços, parque de estacionamento gratuito, boas acessibilidades, ambiente climatizado e confortável, ou seja, quase em tudo oposto ao que se pode encontrar na baixa do Porto (Rocha & Fernandes, 2009). Tal como veremos posteriormente, muitas destas ruas quer da baixa, quer da zona da Boavista, servem hoje, devido ao seu esvaziamento, de guarida aos sem-abrigo, pois é nestes espaços, que a partir das 19h00 encerram, que estas pessoas encontram locais que lhes são favoráveis ao descanso, como as entradas mais resguardadas das lojas.

Muitos centros de cidade têm perdido fulgor, não sendo o Porto exceção, como por exemplo algumas das principais cidades norte americanas como Baltimore, Buffalo, Cleveland, Detroit, Philadelphia, Pittsburgh, St. Louis, and Washington, D.C., que desde a década de 1950 têm assistido ao declínio da cidade e concretamente do seu centro histórico (Glaeser & Gyourko, 2005). Também o Japão se depara com a degradação dos centros urbanos em diversas cidades nas últimas duas décadas, principalmente provocada pela estagnação das atividades económicas, bem como pelo decréscimo da população, que opta por se deslocar para os subúrbios das grandes cidades, em grande medida devido à melhoria das condições dos transportes públicos, assim como à facilidade em ter viatura particular (Enomoto, Nakamura & Okamura, 2009)

Lisboa também enfrenta o mesmo problema e a cidade do Porto não é exceção, e algumas das razões apontadas são: a procura de rendas sustentáveis nos subúrbios, mudanças de emprego, o surgimento de escritórios e empresas em zonas periféricas, o brotar de serviços e atividades de entretenimento nos arrabaldes, a limitação de fundos estruturais e a complexidade burocrática, entre outros. Isto leva naturalmente a uma deterioração do centro da cidade e faz com que haja cada vez menos pessoas a viver neste espaço nobre. Um dos outros grandes problemas do centro histórico do Porto, prende-se com a falta de locais para estacionamento, quer na rua, quer em garagens dos edifícios que a compõem, pois devido ao estatuto de património mundial, não é permitido alterar as fachadas dos edifícios (Oliveira, et al 1999; Fernandes, 2004; Balsas, 2007).

De acordo com Oliveira (1982) os cidadãos sentem-se inseguros e têm efetivamente razão para o estar, pois tomam conhecimento de situações concretas que dão aso a esta ideia de perigo num Porto privado de uma maior quantidade de habitantes de outrora, em que os assaltos acontecem com alguma frequência em zonas do centro histórico, que devido às suas características físicas, ou seja, ruas sombrias, se tornam intimidantes.

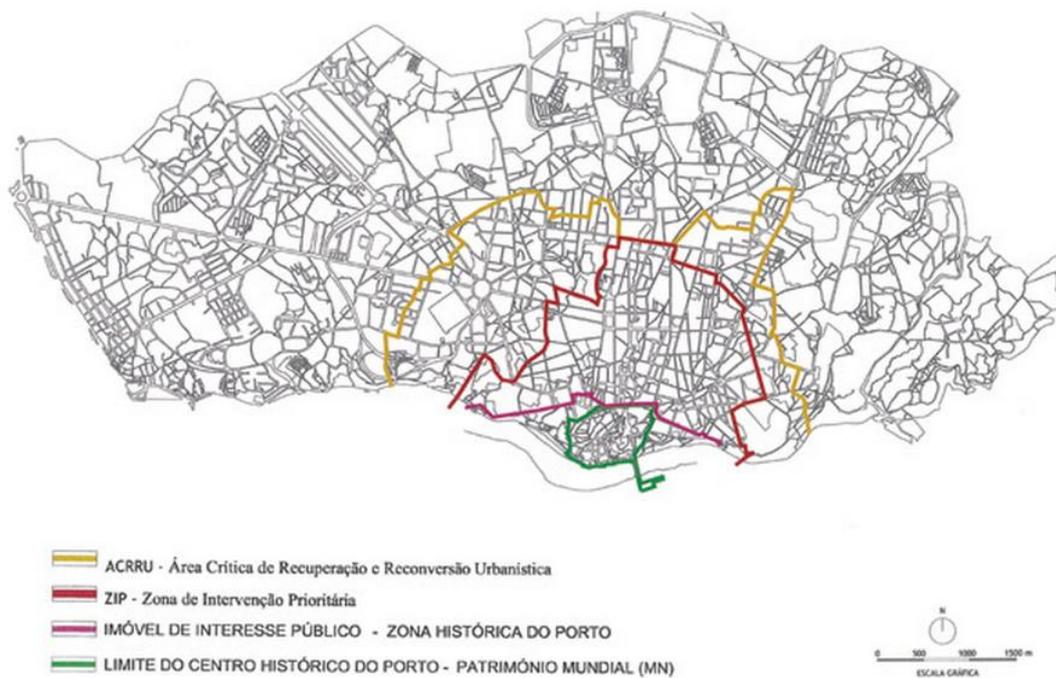
4.2. A reabilitação urbana

Neste panorama de esvaziamento e de sentimento de insegurança do centro histórico do Porto, surgiu em 2001, como anteriormente foi referido, a realização da CEC que proporciona, pela natureza de mega-evento, uma quantidade de intervenções ambiciosas, que para além das já referidas obras, usa arquitetos de renome para a revitalização de algumas espaços públicos e uma considerável quantidade de ruas no centro (Balsas, 2007; Lobo, 2010). É também no decorrer desta oportunidade que é feita uma reformulação nos passeios do centro histórico e o peão ganha a importância que lhe é devida, pois outrora as calçadas estavam muito degradadas, eram estreitas, ao ponto de por vezes não ser possível caminhar lado-a-lado, tinham sinais de trânsito e outros obstáculos para os pedestres (Fernandes, 2004; Lobo, 2010).

Contudo as obras planeadas para a CEC não ficaram prontas no prazo previsto e tendo surgido uma nova oportunidade, a criação da Porto Vivo, Sociedade de Reabilitação Urbana (SRU), organismo que é detido em 60% pelo Estado e os restantes 40% pela Câmara Municipal do Porto (Branco, 2006; Fernandes, 2011).

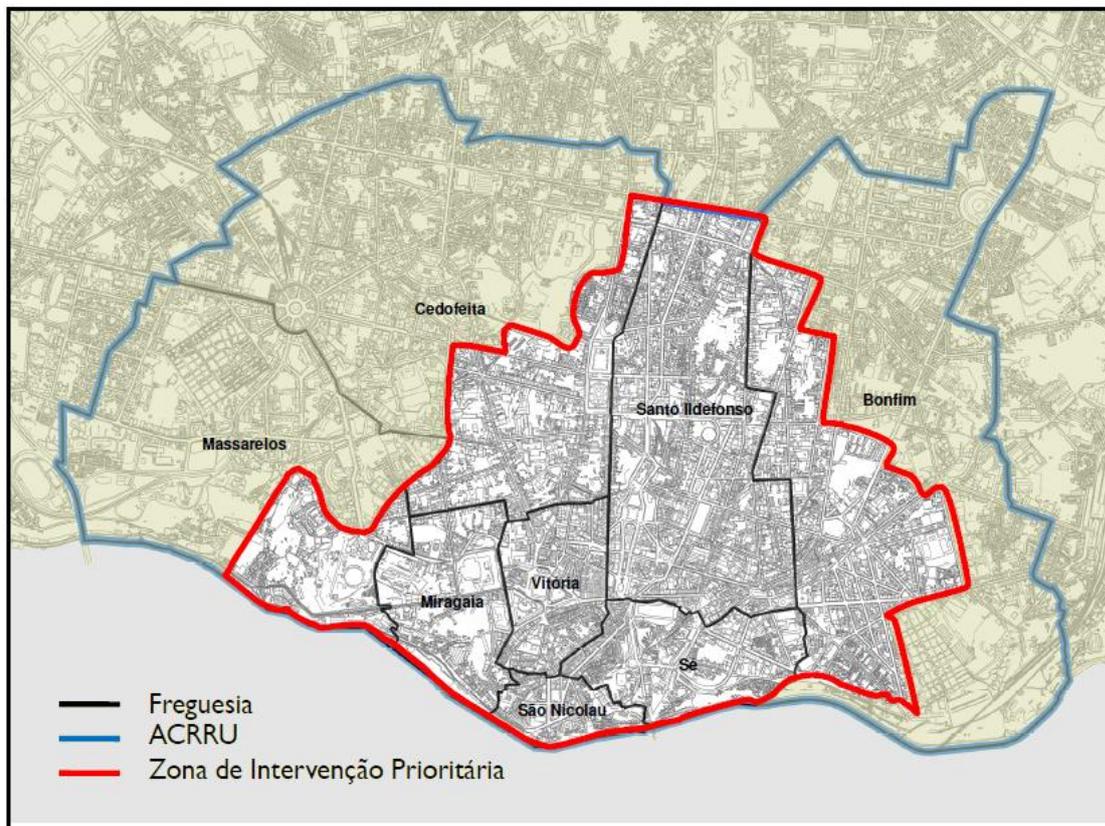
De acordo com o *website* da Porto Vivo, SRU, a área de intervenção é de cerca de 1000 hectares (figura 7), mais ou menos um quarto do concelho. Esta área tem a denominação de Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística (ACRRU), onde está integrado um espaço menor designado por Zona de Intervenção Prioritária (ZIP) que podemos observar na figura 8, na qual o centro histórico do Porto está incluído.

Figura 7. Área de intervenção da Porto Vivo, SRU



Fonte: www.portovivosru.pt

Figura 8. Pormenor da ZIP



Fonte: www.portovivosru.pt

A ZIP foi delimitada de acordo com uma análise multicritério, com base em fatores como a concentração de oportunidades e onde a degeneração económica, urbana e social são mais notórias. Esta área, mais concretamente o centro histórico do Porto, como já foi referido, tem características únicas de grande interesse paisagístico, patrimonial e cultural, que são uma mais-valia para o turismo, seja para o tradicional turista de verão, seja para certos nichos, como estudantes ou arquitetos.

Como é possível observar numa deslocação ao centro histórico da cidade, a reabilitação que tem vindo a acontecer ao longo dos últimos 15 anos é visível em alguns locais da cidade, como por exemplo a Praça Carlos Alberto, a Praça Gomes Teixeira, a Avenida dos Aliados, a Rua Mouzinho da Silveira, a Praça de Lisboa e tantas outras vias, tendo sido o Largo dos Loios, a Rua das Flores e o Largo de São Domingos as últimas intervenções realizadas, que, como anteriormente foi referido, na sua maioria se tornaram em zonas pedonais e algumas delas com parques subterrâneos de forma a minimizar o impacto do automóvel na dinâmica da cidade, promovendo a utilização do transporte público.

Contudo, esta regeneração que tem vindo a ser feita nas ruas e avenidas, carece em muitos locais de uma reabilitação dos edifícios, que depende em grande medida do investimento privado. No entanto, são agora visíveis algumas alterações, nomeadamente com a recuperação do Quarteirão das Cardosas um rejuvenescimento do edificado, que parece ter tido um efeito contagiante a muitos prédios devolutos do centro histórico do Porto. Esta reabilitação passa pelo *Masterplan*, documento orientador da intervenção na ZIP que está dividido em:

1. Re-habitação da baixa do Porto;
2. Desenvolvimento e promoção do negócio na baixa do Porto;
3. Revitalização do Comércio;
4. Dinamização do Turismo, Cultura e Lazer;
5. Qualificação do domínio público;
6. Ações estratégicas;

Na temática deste trabalho, o ponto 5 é de particular relevância, pois dois dos propósitos que este tópico trabalha, são a da melhoria do ambiente urbano e a reformulação da imagem da cidade do Porto (Porto Vivo, 2005), que em muito afeta os sem-abrigo, uma vez que a imagem e a presença destes são nefastas à representação de uma cidade bonita e limpa de problemas sociais.

5. Os sem-abrigo na cidade do Porto

Este capítulo representa a etapa mais empírica desta dissertação, no qual é feito o enquadramento das instituições voluntárias de apoio aos sem-abrigo na cidade do Porto. Seguidamente é descrito o trabalho realizado pelas instituições nas rondas diárias, que posteriormente foram cartografadas e cujo mapa resultante é hoje usado pela Segurança Social.

A interação do investigador com doze sem-abrigo resultou, numa primeira análise, da incursão que foi feita em duas áreas da cidade para mapeamento dos locais de pernoita dos sem-abrigo. A relação estabelecida com esta população foi conseguida através de conversas informais, nas quais foi possível aprofundar as estratégias encetadas por estas pessoas no seu dia-a-dia.

5.1. As instituições de apoio aos sem-abrigo

Com o objetivo de melhor conhecer as instituições que prestam apoio aos sem-abrigo da cidade do Porto, comecei por deslocar-me às que me eram mais familiares, ou por já ter colaborado no passado numa ou outra campanha, ou ainda por serem reconhecidas publicamente.

Após contacto com duas instituições, nomeadamente com a Associação dos Albergues Noturnos do Porto e a Assistência Médica Internacional, onde interpelei as pessoas responsáveis pelo apoio aos sem-abrigo, cheguei à conclusão que teria de falar com o Professor Américo Mendes da Universidade Católica, responsável pela área da Economia Social desta instituição. Seria pois, esta a pessoa indicada para me fornecer toda a informação necessária de forma a avançar com a minha pesquisa.

Em Novembro de 2012 agendei um encontro com o Professor A. Mendes, onde consegui esclarecer algumas dúvidas quanto à forma como as instituições se reuniam e de que forma é que estas prestavam o seu apoio. O Professor A. Mendes destacou o Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo (NPISA), como sendo a base de todo o apoio prestado aos sem-abrigo na cidade de Porto e pôs-me a par do que o NPISA fazia. Informou-me ainda que a pessoa indicada para me falar sobre esta temática seria, sem dúvida alguma, Paula França, técnica do Instituto da Segurança Social do Porto -

ISSP, coordenadora e grande dinamizadora do NPISA e uma pessoa entregue à causa dos sem-abrigo de ‘alma e coração’.

O Professor A. Mendes pôs-me em contacto com Paula França, com quem tive posteriormente uma reunião. O encontro ocorreu e foi útil pela quantidade de informação que me foi transmitida, nomeadamente no que se refere às instituições, seus contactos e responsáveis, bem como ao mapeamento existente referente à temática. Após hora e meia de entrevista percebi que os dados que são divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística- INE, não estão nem um pouco perto da realidade, ou seja, no INE podemos verificar que em 2011 o número de sem-abrigo da cidade do Porto era de 146, quando o número apresentado à data pelo ISSP supera os 1113 indivíduos, o que comparando com a população à data dos censos representa de grosso modo 0,5% dos residentes. Esta diferença deve-se, em grande medida, ao método como os dados são recolhidos, pois o INE recolhe os dados referentes aos censos efetuados de 10 em 10 anos num determinado período de tempo, o que faz com que muitos dos sem-abrigo não sejam registados. Por outro lado, o ISSP que faz um trabalho contínuo no terreno, tem através dos seus colaboradores do NPISA, acesso a informação privilegiada porque sempre que é referenciado um novo sem-abrigo, é de imediato comunicado à Segurança Social para que o seu acompanhamento seja devidamente realizado.

Esta interação com o ISSP, permitiu-me lidar com pessoas que estão no terreno todos os dias, bem como aceder aos mais recentes dados sobre os sem-abrigo na cidade do Porto, possibilitando uma melhor caracterização deste fenómeno na cidade.

Assim sendo, e de acordo com os dados fornecidos, os sem-abrigo no Porto são na sua maioria homens (62%), sendo que o fenómeno está a ter um aumento significativo ente a comunidade feminina. A maioria dos sem-abrigo é divorciada, tem entre os 20 e os 50 anos de idade, tem baixa escolaridade e pouco interesse na escola. Na grande maioria, os sem-abrigo são provenientes do distrito do Porto, ainda que haja um número significativo de pessoas provenientes de outras regiões de Portugal. A comunidade estrangeira é muito reduzida. No que se refere ao trabalho a situação é dramática, pois as situações mais comuns são pessoas que nunca trabalharam ou fazem-no muito raramente e que estão desempregados há diversos anos, alguns casos à mais de dez anos. Nesta temática destacam-se ainda, as fontes de rendimento destas pessoas que derivam de pensões de invalidez ou o Rendimento Social de Inserção, mas em que os

valores atribuídos são extremamente baixos, não permitindo qualquer género de independência face às necessidades básicas de um ser humano.

Relativamente ao histórico de saúde, este também se revela preocupante, pois mais de 50% dos sem-abrigo da cidade do Porto são portadores de doenças, em que os que têm perturbações do foro psiquiátrico resistem ao tratamento e outros recusam mesmo ser tratados, acrescido das fracas condições de salubridade em que vivem, pode deteriorar o estado de saúde, bem como afetar aqueles com quem convivem.

Contudo, não é só em Portugal que esta situação se verifica. Em Espanha grande parte dos sem-abrigo apresenta doenças nomeadamente relacionadas com alcoolismo (Puig, 2004). Há ainda vários exemplos como no Canadá (Topolovec-Vranic & Ennis, 2013) ou Reino Unido (Cockersell, 2013), que apontam uma grande taxa de doentes de foro psiquiátrico dentre os sem-abrigo.

Quanto ao que leva as pessoas a terem a condição de sem-abrigo, destacam-se distintos fatores que são descritos como ruturas, sejam de cariz familiar, derivadas de situações de toxicodependência, álcool ou prostituição, divórcios, morte de filhos e doenças psiquiátricas, sejam por perda total de negócios e desemprego. Através da observação efetuada ao longo dos anos pelos vários agentes no terreno, na vida volátil que é a de sem-abrigo, os relacionamentos amorosos ou simplesmente de amizade, são instáveis o que conduzem a uma troca regular e comum de companheiros.

No que respeita aos serviços prestados pelas diversas instituições, seja para comer, arranjar roupa ou necessidades de saúde, os sem-abrigo conhecem muito bem os serviços disponíveis e usam-nos há mais de 7 anos. Todavia, a maioria das pessoas que se socorre destes apoios com impacto no seu dia-a-dia, não está disponível para participar num projeto de vida, edificado a médio e longo prazo, em que as instituições, nomeadamente o ISSP, podem prestar uma ajuda fundamental proporcionando momentos de convívio e formação, que os afastam da vida de rua.

O diálogo levado a cabo, também possibilitou uma melhor perceção de como funcionam as diversas instituições em parceria com o ISS, mais concretamente com os NPISA (Núcleos de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo) que surgem para tornar viável a implementação do Modelo de Intervenção e Acompanhamento de Pessoas Sem-Abrigo no âmbito da Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo.

Estes núcleos pretendem reunir todas as instituições/intervenientes que servem de apoio às pessoas sem-abrigo e que podem contribuir para atingir as metas propostas pela Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo (2009-2015). Desta forma, pretendem garantir a articulação entre os intervenientes já existentes de forma a evitar sobreposição de esforços.

O NPISA do Porto surgiu em 2009 da operacionalização da estratégia local de intervenção para a inserção dos sem-abrigo, sendo que a coordenação se encontra a cargo do Centro Distrital do Porto do Instituto da Segurança Social. Este Núcleo integra várias instituições de índole social, segurança e saúde. O NPISA da cidade do Porto pretende atingir as seguintes metas: “Consolidar o grupo de parceiros da estratégia no Porto, no âmbito da gestão partilhada, da Inclusão das Pessoas Sem-Abrigo, com parceiros públicos e privados; Consolidar a Rede Local do Partenariado; Qualificar do acompanhamento social a cidadãos em situação de sem-abrigo; Qualificar a intervenção do NPISA; Estimular a qualidade das relações e partilha interinstitucionais; Consolidar a partilha de recursos e a homogeneização de boas práticas; Estimular a participação de vários quadrantes sociais”.

Como já foi referido, no Porto, a coordenação do NPISA está a cargo da Segurança Social, que congrega esforços do denominado Partenariado, composto por instituições, grupos de voluntários e Organizações Não Governamentais - ONG. É neste núcleo que se planeia e se tomam as decisões que levam à promoção das respostas sociais, à implementação de projetos de intervenção coletiva e onde é feita a gestão de recursos.

As principais incumbências do NPISA são:

- ❖ Relação com gestores / Recolha de informação;
- ❖ Suporte técnico aos gestores / Qualificação da intervenção;
- ❖ Promoção de grupos de cidadãos / Debate sobre respostas;
- ❖ Formação de agentes mediadores;
- ❖ Promoção de diagnósticos territoriais;
- ❖ Promoção / Desenvolvimento do voluntariado;
- ❖ Qualificação das respostas sociais existentes:
 - Instituições;
 - Iniciativas da sociedade civil;
- ❖ Implementação de novas respostas;

Estas tarefas traduzem-se, em parte, por uma intervenção social que tem diversas fases.

1 – Sinalização da situação – Este primeiro passo é importante e pode ser executado por uma organização, serviço ou indivíduo, quando deteta um novo sem-abrigo.

2 – Triagem – Através de um *call center* é verificado se tem um gestor (pessoa que acompanha o processo de determinado indivíduo que vive na rua), tentando ao mesmo tempo perceber a situação vivenciada. Para isso é feita uma abordagem ao ritmo da pessoa em causa, para que esta leve o seu tempo a expor o seu problema. Nesta fase é solicitado o apoio à Segurança Social, que através dos parceiros tenta satisfazer as necessidades básicas do sem-abrigo. Se não tiver um gestor, fica ao abrigo de uma gestão provisória até que lhe seja encontrado um definitivo, sendo também feito um pré-diagnóstico.

3 – Ações – tendo em conta os recursos disponíveis por parte do gestor, no que respeita à informação e recursos que a cidade dispõe, estes devem ser aproveitados para otimizar a intervenção e torná-la de qualidade.

As ações, grosso modo, refletem-se em três vertentes e têm como principal objetivo uma intervenção junto dos sem-abrigo que se traduza em resultados a curto prazo.

a) Acompanhamento social – acessível a todos os sem-abrigo e de acordo com o diagnóstico feito na triagem, são-lhes proporcionadas as condições básicas necessárias. Depois é efetuado um aprofundamento do diagnóstico, que leva à intervenção de um técnico especializado numa das vertentes da situação do sem-abrigo.

b) Alojamento de longa duração – é proporcionado aos sem-abrigo que se encontrem a viver em pensões, que não têm possibilidade de ser autónomos e que queriam assumir uma mudança de vida. São alojados em casas com pessoas em situação idêntica, mas sempre acompanhados por uma equipa técnica.

c) Unidade residencial de emergência – local de funcionamento ininterrupto, de fácil acesso e sem nenhuma condição de obrigatoriedade. Dispõem de uma oferta de serviços multidisciplinares, a nível psicológico,

sanitário e de saúde. Durante o dia, esta unidade proporciona atividades com caráter estruturante e adequadas à população alvo.

Ainda que o objetivo de integrar o NPISA de uma forma direta, fosse um propósito deste trabalho, tal não foi possível porque este grupo destina-se somente à integração das instituições que de alguma forma contribuem no terreno.

Como anteriormente foi referido, do NPISA fazem parte algumas instituições, bem como ONG's, mas foram as instituições voluntárias que mais me chamaram a atenção e foi nestas que acabei por focar a minha ação. De acordo com Franco et al. (2008), estas instituições voluntárias tendo por base o *International Classification of Non Profit Organizations* (ICNPO) enquadram-se no sector não lucrativo da sociedade civil portuguesa, que se caracterizam por serem:

- Organizadas - ter uma estrutura e regularidade nas suas operações;
- Privadas - não estão sobre alçada do governo, ainda que deste possam receber alguma espécie de apoio;
- Não distribuidoras de lucro - não distribuem o lucro dos proveitos das suas ações por acionistas ou diretores, mas sim, investem nos seus objetivos primários
- Auto-governadas - têm capacidade de controlar as suas ações através de mecanismo de governação internos, bem como de cessar a sua atividade
- Voluntárias - são mantidas por pessoas que sem qualquer tipo de obrigação, contribuem com tempo ou dinheiro.

Enviei um e-mail a todos os grupos, solicitando um encontro com alguém que integrasse o trabalho levado a cabo, de forma a que pudesse recolher o máximo de informações possíveis quer sobre o grupo propriamente dito, quer sobre o trabalho que faziam junto dos sem-abrigo.

Nem todos responderam, mas com os que o fizeram ou através da informação disponível na internet, foi feito um pequeno resumo das informações dos diversos grupos de voluntários aos sem-abrigo no Porto, que de seguida se apresenta na tabela 2.

Tabela 2. Resumo informativo das instituições voluntárias

	Instituição	Cariz Religioso	Ano de fundação	Nº de dias de rondas semanal
1	Abraço na Noite	Não	2013	1
2	Associação Adventista para o Desenvolvimento, Recursos e Assistência	Sim	2001	1
3	Amigos dos Amigos da Rua	Não	2011	1
4	Amor Perfeito	Não	2012	1
5	Centro Cristão da Cidade	Sim	2002	2
6	Centro de Apoio aos Sem-Abrigo	Não	2002	7
7	Colégio Nossa Senhora do Rosário - PAS	Sim	1998	4
8	Coração da Rua	Não	2012	1
9	Existe + Mundo	Não	2010	2
10	Famílias, Aldeias e Sem-abrigo Rondas	Sim	2003	1
11	Franjas Sociais	Sim	2006	1
12	Fundação AXA	Não	2007	1
13	Porta Solidária	Sim	2013	5
14	Ronda dos Sem-Abrigo	Sim	2010	1

Fonte: Elaboração própria

Ao interpretar o quadro, facilmente se percecionam alguns factos importantes e que merecem ser destacados, nomeadamente o número de instituições que surgiram após o ano de 2010 inclusive, que representam 50% das instituições voluntárias que prestam apoio aos sem-abrigo na cidade do Porto. Outro facto que facilmente se destaca, é o de que também 50% das instituições não têm qualquer cariz religioso, o que demonstra que a sociedade civil está cada vez mais disponível para colaborar em ações de teor social. Finalmente no que se refere às saídas semanais predominam as instituições que apenas o fazem uma vez por semana.

5.1.1. As instituições e as rondas noturnas pela cidade

Infelizmente, dos diversos contactos efetuados, não me foi possível integrar as distribuições de comida da maior parte dos grupos, pois em alguns casos tinham voluntários em demasia e noutros eram exigidos alguns requisitos como uma entrevista inicial, bem como formação anterior à integração nos grupos de trabalho.

Contudo, consegui integrar o grupo do Colégio Nossa Senhora do Rosário (CNSR), o Projeto de Ação Social (PAS), que surge como oferta pedagógica à comunidade escolar numa vertente social e ainda que, não me tenha sido possível participar ativamente, tantas vezes quanto eu queria, foi para mim uma ótima experiência, pois permitiu-me acompanhar pessoas que já prestam o serviço há alguns anos e que me proporcionaram um primeiro contacto com os sem-abrigo, fornecendo-me informações sobre as pessoas que recebiam comida, roupa e material de higiene.

O grupo de voluntários do PAS tem mais de 300 elementos, o que proporciona uma grande rotatividade dentro das pequenas equipas semanais, compostas diariamente por 8 pessoas, designadamente, o condutor, o responsável de turno, que tem acesso a toda a informação necessária e por seis jovens ou pais, que integram a lista de voluntários. Com tanta gente disponível para ajudar, a coordenação cabe à Irma Maria Helena Ayres, com quem tive o prazer de conversar por diversas vezes, sendo sempre muito prestável, fornecendo todas as informações que lhe fui solicitando e que me permitiu a integração no grupo, ainda que não fosse um membro pertencente à comunidade escolar.

As saídas iniciavam-se pelo encontro dos voluntários na cozinha do CNSR, onde previamente as funcionárias tinham preparado quase toda a alimentação, mas onde era necessário ultimar alguns pormenores, bem como retirar coisas frias do frigorífico, como por exemplo iogurtes e fruta, carregando de seguida a carrinha com uns depósitos térmicos, onde eram mantidos quentes o café e o leite. De seguida, fazíamos uma oração na capela e depois saíamos para a rua, onde parávamos em pontos pré definidos, nos quais já tínhamos na maior parte das vezes pessoas à espera. Uma característica que é transversal a todas as instituições de apoio e em que o PAS não é exceção, é que não só distribui comida e outros géneros, mas passa algum tempo com os sem-abrigo. Daí se entende que conheçam cada sem-abrigo pelo seu nome próprio e que saibam a história de vida de todos, dando-lhes uma palavra amiga, ouvindo o seu quotidiano, angústias, ou mesmo declamações de poemas.

Em todas as distribuições, há um local onde o PAS pára, que merece uma referência especial – o Mercado Bom Sucesso. Neste local, a afluência de pessoas que recorre ao apoio, quer para receber comida, quer para receber produtos de higiene ou roupa, é superior a qualquer outro ponto, tendo chegado a observar a presença de mais de 75 pessoas de todas as faixas etárias, desde casais com crianças de berço, a jovens,

assim como idosos. Por mais do que uma vez assisti a pequenas discussões, resultantes de furtos que uns cometiam a outros, o que criava uma certa instabilidade na distribuição de comida, proporcionando por vezes tentativas de uma nova recolha junto da equipa que fazia a distribuição, a fim de terem uma segunda dose de alimentos.

As saídas têm duração variável, conforme a quantidade de comida disponível e de acordo com as conversas levadas a cabo com os sem-abrigo, pois por vezes é necessário conversar um pouco mais. Por vezes tive a sensação que, para algumas destas pessoas, este é o único momento do dia em que podem conversar e desabafar sobre a sua situação.

Por último, no fim da ronda, o condutor é responsável por deixar todas as pessoas, mais concretamente os jovens, em casa, fazendo com que a ronda termine madrugada dentro.

É também feito um levantamento das necessidades das pessoas, ou seja, se algum sem-abrigo diz que necessita de algum bem específico, o PAS tenta suprimir essa carência, desde que tenha hipótese para o fazer. A mensagem é passada à equipa que vai fazer a ronda seguinte, através do relatório diário, ou através do *facebook* do grupo, onde são partilhadas todas as experiências que os voluntários achem pertinentes contar, bem como necessidades e informações importantes para o bom decorrer das rondas.

Como anteriormente referi, não me foi possível fazer as distribuições de forma regular, pelo que decidi adotar o método da observação, ou seja, durante 4 meses segui de carro a carrinha do CNSR – PAS, duas vezes por semana, verificando a sua rotina, bem como o serviço que prestavam aos sem-abrigo, perfazendo o total de 30 saídas

Nesta observação, pude verificar um padrão que garante alguma sustentação a quem recorre ao serviço do PAS, mas também pude observar, por vezes, alguma rivalidade entre quem presta este apoio. Por um lado, se o PAS ao chegar a um lugar verifica que o serviço já estava a ser feito, avança para o seguinte. Por vezes o contrário não se verificava, ou seja, quando outra instituição chega a um determinado lugar e a carrinha do CNSR já está a prestar o serviço, não avança, fazendo com que os sem-abrigo recorram aos dois grupos. Nesta situação, não é tanto a questão da comida que ponho em causa, mas sim a distribuição de outros bens como roupa e calçado, que alguns recebem em excesso para depois vender. Certo é que também verifiquei outros grupos que adotavam o mesmo comportamento que o PAS, criando inclusive alguma cordialidade no diálogo de circunstância que se propiciava.

Um dos pontos mais importantes ressaltar nestas distribuições, quer sejam do PAS, quer sejam de outras instituições voluntárias é o facto que são as instituições que se adaptam ao local onde os sem-abrigo se encontram, fazendo com que, desde que o sem abrigo esteja sinalizado, o serviço lhe seja prestado independentemente do local que escolhe para pernoitar.

Das conversas tidas com Paula França e com outros voluntários, ficou patente o importante trabalho feito pelas instituições e voluntários na sinalização de novos sem-abrigo, ou deslocações de locais de pernoita dos já existentes. Este trabalho da indicação dos locais onde os sem-abrigo se encontram, é uma informação fundamental para manter atualizada a base de dados gerida pelo Instituto de Segurança Social, que serve de base às instituições voluntárias e profissionais que prestam os diversos serviços.

Esta adaptabilidade que é feita, pelas instituições ao local onde os sem-abrigo pernoitam, advêm da boa comunicação que é feita por parte do NPISA aos seus membros, permitindo que a informação circule de forma célere e eficaz, proporcionando um serviço de apoio conveniente e útil.

Não me sendo possível integrar outros grupos, contactei o GASPorto, pois sabia que estavam envolvidos no projeto RUA, na tentativa de perceber de que forma é que atuavam. O GASPorto é essencialmente constituído por universitários e recém-licenciados que têm preocupações de cariz social, do qual o RUA faz parte numa tentativa de conhecer melhor as necessidades dos sem-abrigo, para desenvolver estratégias de promoção da dignidade humana e inclusão social.

Não sendo um grupo vocacionado para as distribuições de comida, optou por fazer uma parceria com o CASA, proporcionando aos seus membros esta experiência de apoio aos sem-abrigo. Contudo, devido à sua capacidade humana e logística, é um membro ativo com competências dentro do NPISA, o que me permitiu de forma indireta estar a par do trabalho que estava a ser feito. Assim sendo, encontrei-me com duas responsáveis do projeto RUA, às quais expliquei a minha pretensão de mapear os pontos de distribuição de comida na cidade de Porto, por acreditar ser uma informação importante que ainda não estava produzida. Esta conversa foi muito frutífera, em parte porque estava a falar com estudantes universitários que entendiam a minha dificuldade em aceder à informação, e porque se demonstraram disponíveis para colaborar neste trabalho. Constatamos que este projeto vinha de encontro a um pedido da Segurança Social feito ao GASPorto. Assim, concordei na parceria uma vez que devido á minha

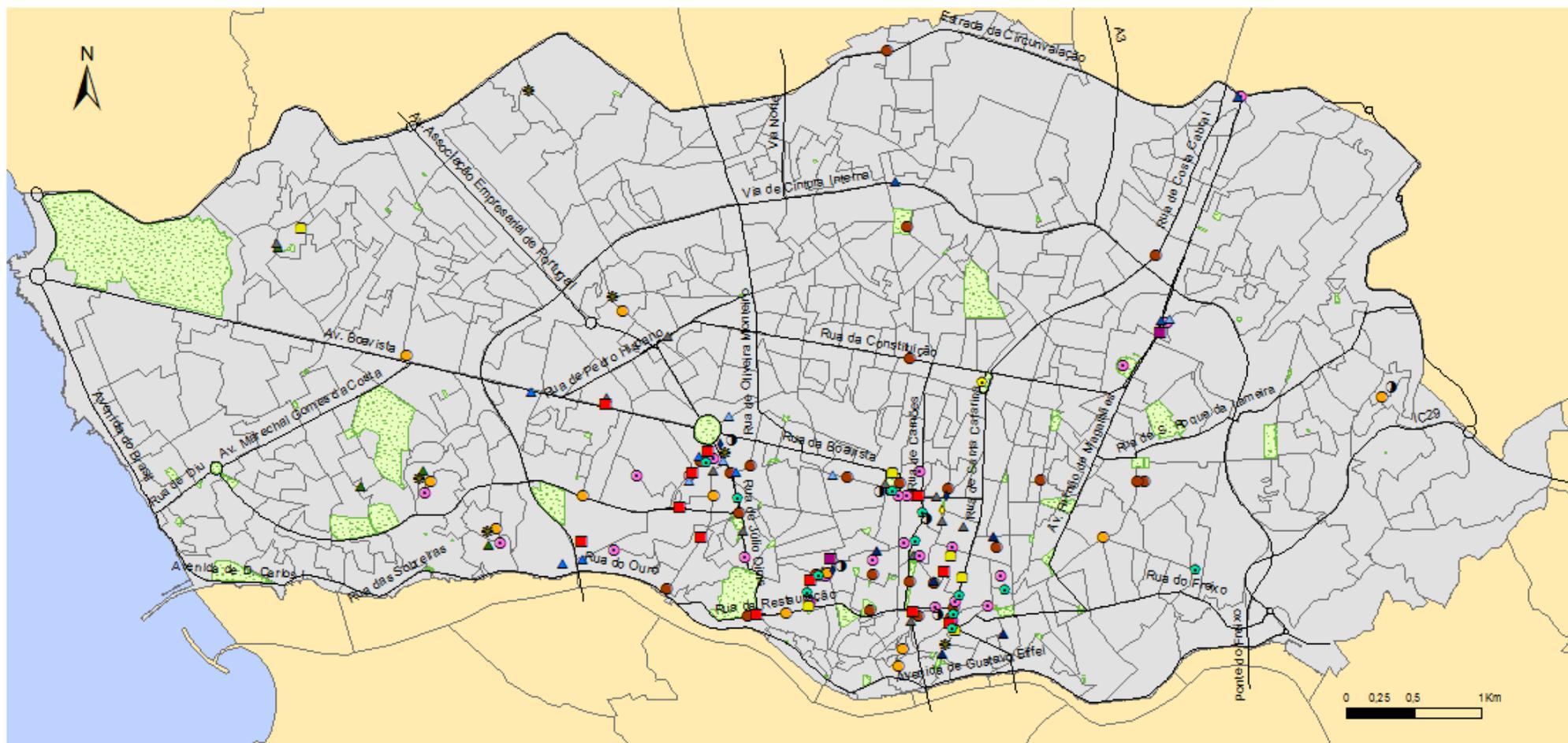
formação tinha alguma facilidade em trabalhar com ARCGIS, um programa de Sistemas de Informação Geográfico – SIG. Desta forma, aliando o contacto privilegiado do GASPorto junto dos grupos de voluntários que integravam o NPISA, e a minha área de conhecimento, seria mais fácil conseguir estratégias para tratar, produzir e ler, toda a informação conseguida nas diferentes fontes onde foi recolhida.

O NPISA forneceu o contacto de todos os responsáveis das instituições ao GASPorto e este entrou em contacto com cada um deles, de forma a obter todos os dados necessários ao levantamento e posterior confirmação das rondas efetuadas. Os dados requisitados eram os dias e os pontos de paragem para o apoio aos sem-abrigo. Este processo foi longo e demorou 4 meses a realizar, pois após algumas observações que não correspondiam aos dados fornecidos, foi necessário verificar com os responsáveis das instituições o porquê das discrepâncias obtidas.

Depois de todos os dados confirmados foi necessário inseri-los numa base de dados que posteriormente foi associada através do ARCGIS à base cartográfica do Porto, onde foi possível associar os dados, produzindo um mapa por cada dia da semana com as respetivas informações relativas aos pontos de paragem de cada uma das instituições (consultar anexos 1 a 7).

Finalmente foi feito um mapa (figura 9), onde foram sobrepostos todos os pontos de paragem por parte das instituições durante toda a semana, onde é possível verificar alguns dados curiosos que adiante destacamos. Todos os mapas produzidos foram entregues ao GASPorto que os fez chegar ao NPISA e à Segurança Social, que foram sendo alvo da alterações até corresponderem às exigências requeridas por estas entidades, de forma a tornar a informação o mais útil possível a quem a usa no terreno.

Figura 9. Mapa com sinalização dos pontos de paragem das instituições voluntárias – acumulado 7 dias da semana



Associação

- Existe + Mundo (Israel Rodriguez)
- Colégio do Rosário (irmã Maria Helena)
- Ronda dos Sem Abrigo (Fernando)
- ⊙ Axa (Joaquim Amorim)
- Amigos dos Amigos da Rua (Paulo Portela)

- ◆ ADRA
- Abraço na Noite (Fernando)
- ◆ Amor Perfeito
- C.A.S.A (Pedro Pedrosa e Marcos)
- ✱ Café Convívio
- ⊙ Coração na Rua
- Porta Solidária

Franjas Sociais

- ▲ 1º - Ronda
- ▲ 2º - Ronda

Fas Rondas

- ▲ Ronda Batalha
- ▲ Ronda Boavista
- ▲ Ronda da Areosa
- ▲ Ronda de Santa Catarina

- Ruas
- Jardins Públicos
- Malha Urbana
- Municípios

Numa análise breve ao mapa reproduzido na figura 9, facilmente se verifica uma concentração dos pontos de paragem por parte das instituições. Esta circunstância foi facilmente verificada no terreno, aquando da confirmação das rondas, em que não raras vezes se assistiu ao encontro de mais do que uma instituição no mesmo local, ou numa curta distância.

Neste processo de confirmação das rondas, foi ainda possível observar a atuação das instituições particulares não voluntárias, que acabam por prestar um serviço idêntico às instituições voluntárias. Contudo, como já referido, foi notada uma espécie de rivalidade sempre que duas instituições se encontram no mesmo espaço, fossem voluntárias ou não, fazendo com que muitas vezes os sem-abrigo recorressem aos diversos grupos, recebendo assim, mais porções de comida e produtos de higiene. Ora, este facto não seria um problema se a alimentação e os bens oferecidos pelas instituições fossem inesgotáveis. No entanto o que várias vezes foi observado é que há muita gente a recorrer às carrinhas de apoio, fazendo com que muitas vezes a alimentação não chegasse para todos os que esperavam na fila.

Todavia importa ressaltar, que muitas das pessoas que recorrem atualmente às carrinhas para obter comida não são sem-abrigo, mas sim pessoas e famílias que se deslocam da sua residência para conseguir ter uma refeição quente ao final do dia. Ainda no decurso deste processo, foram abordadas algumas famílias na tentativa de perceber o porquê de recorrerem às carrinhas de apoio. Foram apontadas várias razões: não ter hipótese de dar uma refeição quente aos filhos; conseguir arranjar alguns alimentos extra para o pequeno-almoço no dia seguinte; conseguir algumas peças de roupa para os mais novos, etc. Estas conversas não foram de fácil consecução e foi sempre o elemento feminino que tomou a iniciativa de falar, enquanto o homem se afastava para tomar conta dos filhos, demonstrando alguma vergonha. Todas as mulheres afirmaram que o recorrer às carrinhas era o último recurso e a única maneira de conseguirem manter os filhos com duas refeições quentes por dia, pois com as contas de luz, água e renda para pagar, pouco sobrava para alimentação.

Outro ponto importante na análise do mapa, são os raros pontos que se encontram na área limítrofe da cidade, que representam locais de distribuição situados sempre em zonas de bairros sociais, onde estão sinalizados alguns casos de sem-abrigo, mas que são raros comparados com a zona centro da cidade.

5.2. O investigador e as rondas noturnas pela cidade

Ainda que o Porto seja a ‘minha’ cidade e que tenha um maior conhecimento e sensibilidade para com o fenómeno dos sem-abrigo, senti necessidade de conhecer melhor o terreno para observar em que locais é que os sem-abrigo costumam passar a noite, para que pudesse estar mais apto a interpretar aquilo que me iria ser dito numa fase posterior deste trabalho, nas conversas informais que mantive com alguns deles.

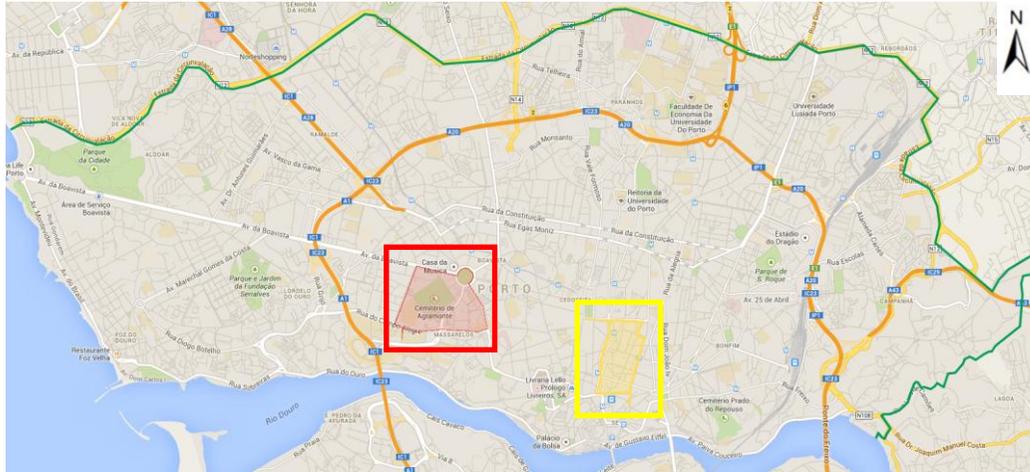
Uma das melhores formas de conhecer o terreno é calcorreando-o. Primeiro foi necessário definir a área de ação, usando os conhecimentos adquiridos nas conversas já tidas com as pessoas que andam no terreno a prestar apoio aos sem-abrigo. Defini inicialmente, cinco possíveis zonas para levar a cabo a tarefa de mapear as pessoas sem-abrigo, porém apenas duas destas áreas se demonstraram consideravelmente relevantes quer no que se refere ao número de sem-abrigo visíveis, quer no apoio prestado pelas diversas instituições profissionais e de voluntários.

Este processo foi contínuo no tempo, e durante quatro meses, mais concretamente do dia 16 de Fevereiro ao dia 14 de Junho de 2013, percorri de forma metódica 40 vezes cada uma das áreas A e B (figuras 11 e 12 respetivamente), cartografando sempre num novo mapa a localização dos sem-abrigo.

Devido ao facto de grande parte das distribuições de comida ser usualmente tardia, mais concretamente a partir das 21h00, as caminhadas pelas áreas definidas foram todas realizadas a partir das 23h30, em que na área A o circuito demora em média 1h25 minutos, e na área B cerca de 2h. Este processo realizado a estas horas permitiu que o levantamento do número de sem-abrigo nos espaços fosse mais exato, na medida em que a esta hora é expectável que todos já tenham recolhido aos seus locais de pernoita.

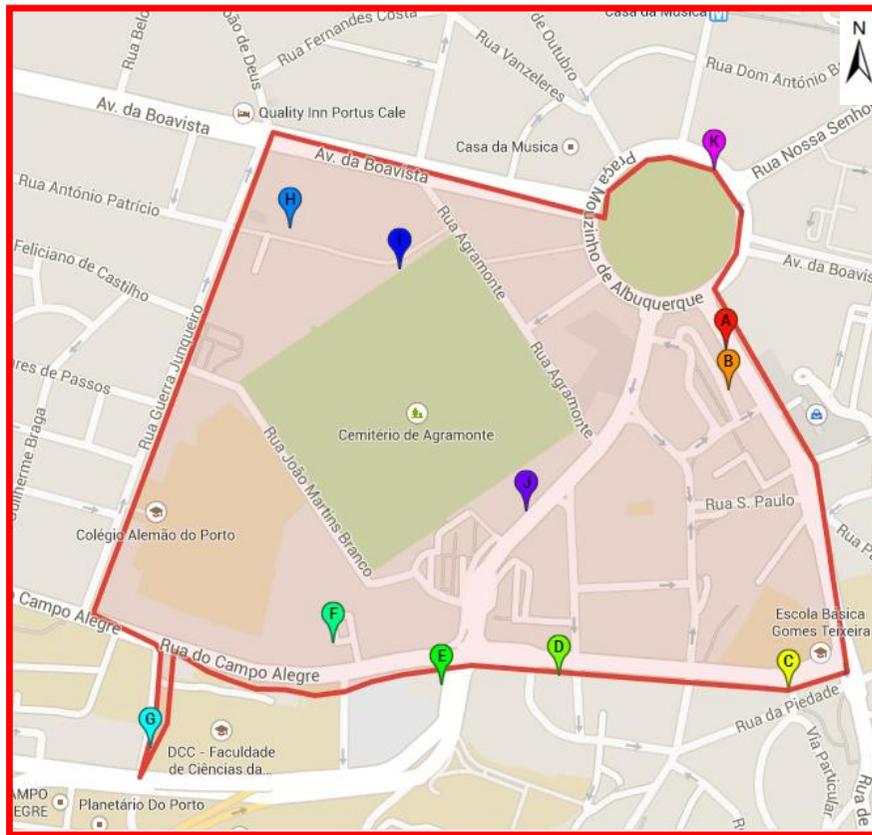
A contínua realização desta cartografia durante o referido período, ocorreu numa época com distintas condições atmosféricas em que me foi possível perceber que este é, sem dúvida alguma, um dos fatores mais preponderantes na vida de um sem-abrigo, nomeadamente na escolha do sítio em que pernoitam. Tanto a chuva, como o frio que se fizeram sentir, em cerca de metade dos dias em que esta ação foi levada a cabo, resultaram numa alteração, ainda que ligeira, do local que os sem-abrigo escolhiam para dormir.

Figura 10. Mapa de enquadramento das áreas A e B na cidade do Porto



Fonte: Elaboração própria

Figura 11. Área A



Fonte: Elaboração própria

Figura 12. Área B



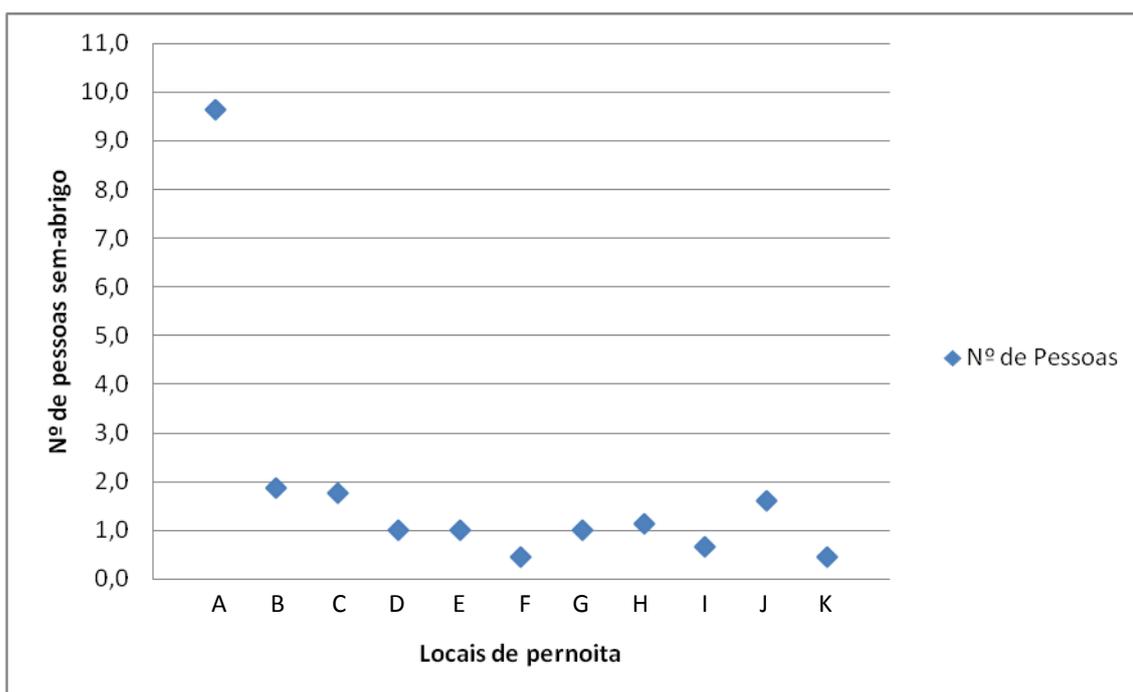
Fonte: Elaboração própria

Coincidentemente e sem informação prévia, as áreas que se demonstraram mais relevantes, são concordantes com as que anteriormente podemos verificar haver uma maior concentração de pontos de paragem das carrinhas das instituições voluntárias.

As áreas demonstradas nas figuras 11 e 12 foram, durante todas as caminhadas, totalmente percorridas, ou seja, como facilmente se constata pela presença de alguns pontos de dormida em ruas nos interiores de cada uma das áreas, todas as ruas foram percorridas sempre na tentativa de encontrar novos locais de pernoita dos sem-abrigo.

Para uma melhor perceção e análise dos dados recolhidos em cada uma das 40 caminhadas realizadas nas áreas A e B, foram realizados dois quadros resumo (anexo 8 e 9), dos quais resultaram os gráficos (figuras 13 e 15) que de seguida apresentamos, onde é possível observar o número de pessoas que dormiu em média, em cada um dos locais identificados nos mapas (figura 11 e 12).

Figura 13. Média do nº de pessoas sem-abrigo por local de pernoita - Área A



Fonte: Elaboração própria

No gráfico da figura 13, podemos verificar que o local A se destaca perante todos os outros sítios. Este facto prende-se em grande medida com o espaço em causa, ou seja, este lugar é uma zona comercial com uma grande área de abrigo, em que as

peças se podem abrigar da chuva e até do frio, nas entradas das lojas como se pode ver de seguida na figura 14.

Figura 14. Zona comercial com características passíveis de ser usada por sem-abrigo



Fonte: Autor, 2013

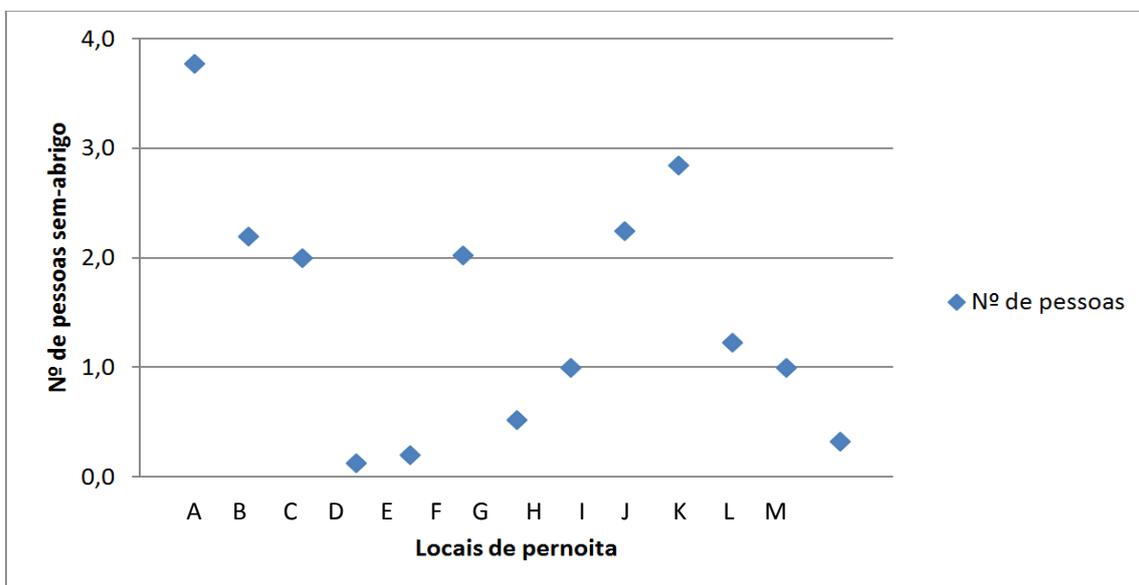
O local A é na Rua de Júlio Dinis, onde existem oito espaços idênticos ao mostrado na figura 14, que servem de abrigo em média a cerca de dez pessoas por noite, sendo que, através da observação foi possível verificar que o número de pessoas que usa este espaço aumenta ligeiramente quando está a chover. Importa ainda referir os pontos F e K, cuja representatividade é inferior a 1 pessoa, isto porque são locais pouco abrigados e que se crê serem usados como último recurso.

Quase todos os outros espaços nos quais foram encontradas pessoas sem-abrigo na área A, são lugares que apenas permitem a estada de uma pessoa, pelas suas condições físicas, ou porque estão ‘apropriados’ pela pessoa que lá está, acabando por ocupar todo o espaço com os seus pertences.

Relativamente à área B, podemos verificar através do gráfico da figura 15, que não há um lugar com tanto destaque como na área A, contudo há mais espaços que são utilizados por mais do que uma pessoa. A área B é composta no piso térreo, substancialmente por mais espaços comerciais do que na área A, pelo que há bastante mais espaços onde seria imaginável encontrar sem-abrigo, mais concretamente nas soleiras e alpendres que dão acesso aos respetivos espaços comerciais, contudo e devido

ao gradeamento existente em muitos desses acessos, foi rara a pessoa que foi mapeada num desses locais.

Figura 15. Média do nº de pessoas sem-abrigo por local de pernoita - Área B



Fonte: Elaboração própria

Em ambas as áreas, durante os períodos da manhã e da tarde pode-se verificar uma grande movimentação de pessoas e automóveis, mas a partir do fim do período de trabalho, mais concretamente do encerramento das lojas, por volta das 19h00, o número de pessoas e veículos a circular diminui substancialmente, o que permite um maior descanso às pessoas que usam a rua para pernoitar. Na hora em que as caminhadas foram feitas, o número de veículos a circular era extremamente reduzido e não se verificam máquinas a trabalhar, a não ser o ruído resultante da recolha do lixo.

Nestas jornadas noturnas também foi possível ver a forma como os sem-abrigo ocupam o espaço. Se alguns têm um lugar onde podem deixar (figura 16) os seus pertences durante o dia e vão acumulando mais coisas, há outros que têm de montar e desmontar todos os dias o seu refúgio, o que faz com que a quantidade de pertences seja consideravelmente menor, sendo apenas composto por um ou dois sacos de roupa, alguns cartões e cobertores, que provavelmente são guardados em esconderijos ou transportados de um lado para o outro durante o dia (figura 17).

Figura 16. Local de pernoita I



Fonte: Autor, 2013

Figura 17. Local de pernoita II



Fonte: Autor, 2014

Uma das particularidades que mais foi notada, foi o cuidado com que cada um dos espaços de pernoita é montado e limpo. Não raras vezes se assistiu à arrumação (figura 18) de alguns espaços pelos sem-abrigo e o cuidado com a limpeza era notório, pois usavam água (figura 19), vassouras (figura 20) e farrapos para limpar o espaço onde posteriormente iriam dormir.

Este asseio, só não se verificou no espaço do Joaquim, do António e Manuel, nos quais o chão está sempre cheio de coisas que são recolhidas que poderão vir a ser aproveitadas para uma qualquer necessidade.

Figura 18. Sem-abrigo a arrumar o espaço onde pernoita



Fonte: Autor, 2013

Figura 19. Uso da água para limpeza



Fonte: Autor, 2013

Figura 20. Uso de vassoura para limpeza



Fonte: Autor, 2013

5.3. A perspectiva de doze sem-abrigo

No decorrer do trabalho do mapeamento do local de pernoita dos sem-abrigo, fui interpelado por um sem-abrigo que me ofereceu uma flor de papel, convidando para um evento que estava a ser organizado por sem-abrigo, para sem-abrigo. Perguntei-lhe de que é que se tratava e de forma muito rápida explicou-me que há muito tempo que falavam num evento em que se pudessem afirmar como pessoas e que surgiu na sequência do seminário ‘Vozes do Silêncio’ sobre sem-abrigo, onde os palestrantes tinham sido apenas pessoas que “não percebiam nada da vida de rua”\.

Desta forma, no dia 6 de Dezembro de 2013, participei no encontro organizado pelos sem-abrigo em parceria com o NPISA, realizado no Museu Nacional Soares dos Reis (MNSR). Foi um dia em que participaram artistas, políticos, atores-chave na questão dos sem-abrigo e os sem-abrigo.

O auditório do MNSR esteve cheio com cerca de 300 pessoas, das quais uma grande parte eram sem-abrigo, preocupados com o que iria ser discutido. Foi projetado um filme-documentário de Christophe Bisson, sobre os sem-abrigo do Porto, em que era possível assistir a entrevistas feitas a alguns dos presentes na sala, que se notava estarem orgulhosos de se verem na tela.

De seguida foi constituída uma mesa com as seguintes pessoas;

- Vereador da Habitação e Ação Social - Manuel Pizarro
- Coordenadora no NPISAP – Paula França
- Directora adjunta da Segurança Social do Porto – Ana Venâncio
- Antigo sem-abrigo – António Ribeiro
- Sem-abrigo – Vítor Santos

Das cinco intervenções, destaco a de Vítor Santos que falou nas dificuldades que os sem-abrigo enfrentam no dia-a-dia, nomeadamente a higiene, a alimentação e o local de pernoita. Destes três tópicos, o último foi também comentado por Manuel Pizarro e que foi alvo de debate, no final de todas as intervenções, isto porque vários sem-abrigo abordaram o vereador, questionando o porquê de haver tantos prédios abandonados na cidade do Porto e não ser possível que eles, sem-abrigo, pudessem ocupar e até recuperar algum desse edificado. Pizarro explicou que havia dois fatores preponderantes para compreender a situação, em que a primeira se prendia com a falta de verbas para a reabilitação do imobiliário e a segunda e mais dominante, o facto de que muitas das casas que se encontram devolutas e ao abandono são de foro privado, impossibilitando uma intervenção por parte da autarquia.

Aproveitei para falar com Vítor Santos, questionando de forma mais aprofundada os tópicos por ele apresentados aquando da sua intervenção. Pela conversa foi muito claro que Vítor tem ideias muito concretas do que é preciso fazer para melhorar a situação das pessoas que vivem na rua. A primeira prende-se com a questão da alimentação, que na sua opinião está muito mal coordenada, pois há noites em que as instituições e voluntários se ‘atropelam’ para servir quem necessita, mas por diversas vezes, ficam sem refeição porque não há quem distribua, defendendo que deveria haver um planeamento geral deste serviço. De seguida, Vítor confessou-se entristecido pelo facto de já não haver tantos quartos de banho públicos como havia antigamente e que o facto de muitas vezes serem proibidos de entrar em cafés para usar o quarto de banho, faz com que tenham de usar a rua para realizar as suas necessidades fisiológicas. Afirmo ainda, que pior que isso, é o banho, pois se no verão podem utilizar fontes para fazer a higiene diária, no inverno isso torna-se insuportável pelo frio que ‘congela os ossos’. Finalmente a questão do local de pernoita, onde o Vítor afirma que não perdoa aos autarcas do Porto, o facto de haver tanta miséria na rua e a CMP não ser capaz de

“arranjar umas 10 casas, consertá-las e meter lá os sem-abrigo”, mas para que isso acontecesse, teria de “haver um controlo de quem entra e sai por parte dos responsáveis, porque as relações entre as pessoas que vivem na rua é de desconfiança para com os que estão na mesma situação”.

Este encontro deu a entender através das intervenções por parte dos sem-abrigo na plateia, que estes são pessoas que querem resolver os seus problemas e que conseguem fazer propostas válidas, mas que quase sempre esbarram nas questões económicas, nomeadamente no investimento necessário a um projeto que idealmente englobaria reabilitação de casas devolutas e recuperação dos balneários públicos. (Pereira, 2013).

O contacto com os sem-abrigo através de conversas informais, foi a última fase metodológica deste trabalho, uma vez que, como referido anteriormente, tornar-me visível através das minhas rotas seria necessário, bem como uma aproximação cuidada de forma a que a interação fosse possível e de forma salutar.

Inicialmente, o método escolhido para a abordagem, foi somente um caderno e uma caneta, pois tive receio que se apresentasse um gravador ou uma máquina de filmar, as pessoas ficassem apreensivas e não demonstrassem disponibilidade para falar. Estas conversas aconteceram entre Fevereiro a Maio de 2014. Após algumas conversas, que variaram em número conforme a confiança ganha ao longo do tempo, foi possível tirar algumas fotografias que adiante são apresentadas.

A escolha das pessoas em estudo neste trabalho foi por conveniência, pois foi sendo feita de acordo com quem estava disponível nos diversos momentos em que as entrevistas decorreram e em determinada área, havendo contudo consciência de que esta escolha poderá limitar as conclusões somente à amostra, não podendo ser generalizada com confiança para a população. A amostra foi ainda estratificada, sendo que as pessoas abordadas variam em idade, naquilo que foi uma tentativa de abarcar diversas vivências, enriquecendo este estudo.

Dentro da definição de sem-abrigo utilizada em Portugal, como anteriormente referido, existem dois tipos. Os que estão sem casa, mas tem abrigo temporário e os que “sem tecto, vivendo no espaço público, alojada em abrigo de emergência ou com paradeiro em local precário” (ENIPSA, 2010, p.16). É nesta última situação que este trabalho se foca, mais concretamente nas pessoas que estão a dormir na rua, utilizando o espaço público para o efeito.

Assim, as 12 pessoas abordadas foram escolhidas dentro do que eram as áreas das minhas rotas, ou seja, decidi que a amostra de indivíduos com quem iria falar, seriam alguns daqueles que assinalei nos mapas onde foram cartografados os locais de pernoita e onde pude com alguma regularidade confirmar, através de observação e diálogos mantidos com residentes locais. Pude ainda confirmar o que me viria a ser dito em conversa, pois estava ciente de que por vezes estas pessoas que vivem na rua, tal como muitos outros em situação de necessidade, engendram histórias, na perspectiva de conseguir algum dinheiro a quem pedem.

As primeiras abordagens, não foram muito frutíferas porque as pessoas tinham algum receio em falar, mas com o tempo e a visibilidade que fui ganhando junto dos mesmos, estes tornaram-se mais fáceis e conversadores.

Com aqueles que consegui estabelecer contacto facilmente, foi surpreendente a facilidade com que comunicavam sem qualquer espécie de entrave, falando de coisas banais como o tempo, o trânsito ou a política nacional. Porém, para conseguir abordar as questões que verdadeiramente interessavam a este trabalho, foram necessários tempo e sensatez para saber quais os momentos apropriados para introduzir as temáticas: estratégias de sobrevivência e as dinâmicas espaciais, pois alguns dos indivíduos mostraram-se pouco recetivos a partilharem o seu dia-a-dia. Por várias vezes ouvi não, ou porque não percebiam em que é que um trabalho académico os poderia ajudar a melhorar a sua situação, ou simplesmente porque não estavam interessados em gastar o seu tempo a partilhar a sua vida com um estranho, certamente por medo, vergonha ou porque teriam de partilhar e expor a sua privacidade, bem como alguns pontos da sua intimidade.

Foi, portanto, necessário desconstruir o que era entendido por estratégias de sobrevivência e dinâmicas espaciais, para que as pessoas entendessem, que não era nada mais do que a descrição do seu dia-a-dia e em que medida é que as decisões que tomam para a realização das suas ações afetam as respetivas movimentações e deslocações. Naturalmente que quis perceber também, em que medida é que a cidade coloca obstáculos, ou não, às estratégias adotadas pelos sem-abrigo.

Pela complexidade do público-alvo e para que o tempo passado com cada um dos sujeitos fosse produtivo para o estudo e a análise pudesse ser aprofundada, não foi ambicionado um número muito elevado de pessoas a interpelar.

No total, foram mantidas conversas regulares com 12 pessoas de forma continuada durante o referido período, às quais foram substituídos os nomes de forma a proteger as suas identidades (tabela 3).

Este contexto, de uma maior aproximação, não invalidou que fossem mantidas conversas informais com outros sem-abrigo durante o período de investigação, que serviram fundamentalmente para consolidar a informação recolhida sobre as dificuldades e estratégias adotadas pelos sem-abrigo.

Estas conversas, tiveram como objetivo principal perceber várias realidades, onde se destacam as suas movimentações na cidade e mais concretamente factos relacionados com a satisfação das necessidades básicas do dia-a-dia de cada um dos sem-abrigo, como: o sítio onde dormem e o porquê da escolha do local, de que forma e onde fazem a sua higiene pessoal, como e onde se alimentam, entre outros, pois como Grammatico (2013), afirma os sem-abrigo precisam de satisfazer as suas necessidades mais básicas e para isso adotam estratégias. Todavia, as circunstâncias em que as conversas foram acontecendo e a sua regularidade, permitiram ganhar um à vontade maior, fazendo com que fosse possível recolher mais alguma informação significativa.

Tabela 3. Dados dos 12 sem-abrigo com quem foram mantidas conversas informais

	Idade	Anos a viver na rua	Profissão anterior à situação de sem-abrigo
António	50	20	Médico
Augusto	43	2	Cozinheiro
Francisco	41	1	Empregado Fabril
João	29	11	Nunca teve
Joaquim	30	5	Nunca teve
José	48	15	Pescador
Luís	48	1	Nunca teve
Manuel	47	7	Empregado de mesa
Maria	45	2	Empregada doméstica
Pedro	58	21	Litógrafo
Rodrigo	31	2	Nunca teve
Tiago	34	3	Nunca teve

Fonte: Elaboração própria

Os locais e a duração das conversas que foram acontecendo, alternaram conforme a hora do dia, em grande medida pela ocupação que cada uma das pessoas tem, ou seja, se estivessem a pedir ou a arrumar carros, mostravam-se indisponíveis e pediam para passar mais tarde ou no dia seguinte. Outro dos momentos em que era difícil conversar com cada um deles, era nas ocasiões em que tinham de tomar a metadona, pois todos necessitavam de se ausentar para ir à carrinha do Centro de Apoio a Toxicodependentes – CAT, porque os 12 têm ou tiveram problemas com cocaína, crack ou heroína.

Ao analisar os diálogos tidos com cada uma das pessoas optou-se por não os analisar individualmente, mas sim confrontando coincidências ou divergências entre os 12 casos, que naturalmente não serão apresentados em percentagens, mas sim em valores absolutos por se tratar de uma amostra pequena.

5.3.1. Arquiteturas precárias

Relativamente ao local onde dormem, Smith (1992) afirma que este é um dos grandes problemas que os sem-abrigo encontram na sua rotina diária sendo que Doorn (2010) constata que estão em constante busca de um local novo para pernoitar. Contudo da observação feita, essa situação é facilmente contornada, sendo que somente Rodrigo e António mudaram de área uma vez, ou seja, Rodrigo viveu durante quatro meses no Jardim do Carregal e passou para a Rua 31 de Janeiro e António que dormia na antiga fábrica de sabões do Porto, na Rua Diogo Botelho, passou há cerca 7 anos para a zona da Boavista, onde se encontra atualmente.

Em todas as outras situações o local de pernoita, ainda que possa não ser exatamente o mesmo, situa-se na mesma área, destacando-se três casos. João, que sempre dormiu na Rua de Júlio Dinis, mas que mudou de sítio cinco vezes até conseguir “conquistar o espaço preferido”, isto porque, na sua opinião todos os locais entre a “Petúlia e a Boavista são bons, porque são abrigados, mas o melhor é mesmo o da sapataria bem perto da Petúlia”. Segundo João, perto da Rotunda da Boavista é o local onde as carrinhas que fazem a distribuição da alimentação param, fazendo com que haja muito barulho e confusão, que perturba quem lá descansa. Ao mesmo tempo, o facto de estar perto da confeitaria Petúlia que encerra às 24h, faz com que, muitas vezes, as pessoas que lá vão à noite lhe deixem qualquer coisa para comer.

As outras duas pessoas são Maria e Augusto, que são ‘vizinhos’ na Praça da Batalha e que afirmam ter ‘conquistado’ o seu espaço, permanecendo lá dias seguidos sem se afastar, pois por mais que uma vez quando se ausentavam, as suas coisas desapareciam e encontravam lá outros sem-abrigo quando regressavam. Este facto, fez com que Augusto só saia do lugar onde dorme quando lá tem alguém de confiança que lhe “olhe pelas coisas”.

Constatei que todos os sem-abrigo com quem falei usam as palavras ‘conquistar’ e ‘meu’, quando se referem ao local onde dormem e guardam os seus pertences. Este sentido de posse está de acordo com Snow e Mulcahy (2001), quando afirmam que os sem-abrigo se apropriam dos mais variados espaços de forma a suprirem as suas necessidades básicas, como dormir ou guardar os seus pertences, quer estes espaços sejam públicos ou privados.

Constatei também que esta apropriação pode gerar conflitos com os ‘vizinhos’ pelo que os sem-abrigo adotam uma estratégia de bom relacionamento para poderem permanecer nos espaços pretendidos. É nesta perspetiva que por vezes os sem-abrigo tentam escolher espaços públicos nos quais sabem que não terão de dar satisfações a ninguém (Snow & Mulcahy, 2001).

Esta ideia de posse é extremamente visível no caso de José, onde num espaço em que foi autorizado a estar, criou, nas suas palavras, a sua “casa” onde tem o seu “tapete verde” (figura 21), que dá acesso aquilo que é do seu “domínio”.

Figura 21. Acesso à área de José



Fonte: Autor 2013

A situação de José é privilegiada face às outras situações, porque conseguiu arranjar um espaço que lhe está cedido e em que pode deixar as suas coisas, sem medo que o roubem, pois a segurança do edifício está sempre atenta aos seus pertences.

Ainda assim, Pedro (figura 22), António e Manuel (figura 23) não precisam de retirar as suas coisas dos lugares onde dormem, porque são espaços que não são usados para qualquer outro fim, embora por estarem mais visíveis a quem passa, possam ver os seus abrigos destruídos com alguma frequência.

Figura 22. Lugar de dormida Pedro



Fonte: Autor, 2013

Figura 23. Lugar de dormida António e Manuel- Junho 2013



Fonte: Autor, 2013

António e Manuel conseguiram ao longo dos meses em que mantive contacto, melhorar o seu espaço. Inicialmente tinham uma tenda (figura 23) onde dormiam os dois, mas muito apertados. Com o passar do tempo e conquistando a simpatia de algumas pessoas que moram na zona, obtiveram ajuda para montarem uma estrutura em madeira (figura 24), somente coberta com cobertores e uns plásticos para proteger da chuva. Ainda assim, conseguiram fazer uma ‘puxada’ do poste de eletricidade e com uma televisão que lhes foi oferecida, conseguem assistir aos 4 canais nacionais que os entretêm ao final do dia.

Figura 24. Lugar de dormida António e Manuel - Março 2014



Fonte: Autor, 2014

Figura 25. Lugar de dormida António e Manuel- Agosto 2014



Fonte: Autor, 2014

Já depois das conversas que mantive com António e Manuel, passei pelo local onde costumam dormir e foi-me mostrado um espaço remodelado, feito totalmente em madeira que lhes foi cedida por um amigo, em que orgulhosamente mostravam a porta que iria dar acesso ao quarto (figura 25). Neste novo espaço construído com a bondade e ajuda de alguns amigos, têm agora televisão, vídeo, frigorífico e torradeira, o que lhes permite ter alguma independência no que diz respeito às suas refeições, pois o dinheiro que conseguem angariar no dia-a-dia serve para comprar alimentos que confeccionam.

É pois notória, que a arquitetura aplicada pelos sem-abrigo é extremamente precária, porque estes só conseguem ‘construir’ com os recursos que vão encontrando ou que lhes são oferecidos, mas que acabam por ser sempre poucos para as necessidades. Esta situação contrasta drasticamente com as arquiteturas e *design* apresentadas no subcapítulo 3.1., onde a ordem, a exclusão e a tecnologia servem a ‘purificação’ do espaço público.

Relativamente aos pertences de cada um, António, que tem dois cães que o acompanham permanentemente, aproveita um carrinho de bebé que encontrou no lixo e que adaptou com um caixote, para transportar a alimentação que arranja para os cães,

um quadro com a fotografia do filho, alguns acessórios de higiene e os garrações que usa para a sua higiene pessoal, a que adiante aludiremos.

Figura 26. Como António transporta alguns dos seus pertences



Fonte: Autor, 2013

Dentro da amostra, o António é o único que utiliza esta estratégia de transportar os pertences em carrinho (figura 26), mas por diversas vezes foi possível visualizar outros casos em que as pessoas optam por transportar os seus bens deste modo (figuras 27 e 28). Quando interpeladas justificam a utilização deste método pela facilidade do transporte das suas coisas, bem como pelo facto de as conseguirem ter sempre por perto (Doorn, 2010).

Figura 27. Sem-abrigo transporta os seus bens em carrinho de bebé I



Fonte: Autor, 2013

Figura 28. Sem-abrigo transporta os seus bens em carrinho de bebé II



Fonte: Autor, 2014

Os restantes oito sem-abrigo dormem em espaços movimentados, ou seja, frentes de loja, escadarias ou num viaduto, o que em alguns casos implica moverem as suas coisas durante o dia e voltar a colocar tudo quando recolhem ao seu espaço. Os pertences destas pessoas são sempre poucos e na sua maioria transportados em sacos do lixo, enquanto o seu local de pernoita é forrado a cartões e cobertores. Em dois casos, os cartões foram oferecidos pela Universidade Católica Portuguesa - UCP, no âmbito de um projeto de economia social, em que podemos ler em português e inglês a seguintes frases: “Cuidado! Esta é a minha casa, não a leves, não a destruas!” (figuras 29 e 30).

Figura 29. Cartões oferecidos pela UCP, local I



Fonte: Autor, 2013

Figura 30. Cartões oferecidos pela UCP, local II



Fonte: Autor, 2013

João explica que a ideia levada a cabo pela UCP surgiu após diversos episódios em que muitos dos sem-abrigo se viam despojados pelas empresas de limpeza camarárias dos caixotes de cartão, que é o melhor meio para o isolamento térmico e do chão.

Todavia, o facto de estas pessoas terem de arrumar os seus pertences diariamente, implica que os tenham de guardar nalgum sítio, o qual lhes dê algumas garantias de que quando os forem lá buscar, as coisas ainda lá estejam. Assim sendo, Francisco, João, Luís e Rodrigo escondem as suas coisas em jardins ou recantos, muito próximos do sítio onde dormem, de forma a que não tenham de transportar as suas coisas durante muito tempo.

Maria, Augusto, Joaquim e Tiago não têm necessariamente de mover as suas coisas porque andam sempre pela zona em que dormem e nunca se afastam sem que um

amigo esteja por perto para vigiar, porque como Doorn (2010) refere, os sem-abrigo têm alguma dificuldade em afastar-se do local onde têm os seus pertences, mesmo que estes estejam escondidos, com medo que as coisas sejam roubadas.

5.3.2. O quotidiano possível

Esta temática é uma das que se revela mais surpreendente em alguns pontos, nomeadamente no que à roupa diz respeito. Excetuando Francisco, João e José, todos os outros usam a roupa e deitam fora quando conseguem arranjar roupa lavada, maioritariamente fornecida pelas instituições nas suas rondas. Francisco vai uma vez por semana aos Serviços de Assistência Organizações de Maria – SAOM, que dispõem do serviço de Lavandaria Social, em que é possível utilizar as máquinas por um valor baixo. Por sua vez, João tem um casal amigo que todas as sextas-feiras recolhe a roupa que estiver suja e lhe devolve a que levou na semana anterior. Finalmente, José lava toda a roupa que tem no seu espaço, pois tem acesso a uma torneira e capacidade para estender a roupa para que esta seque.

Figura 31. Ponto multifacetado de José



Fonte: Autor, 2013

Figura 32. Ponto multifacetado de José



Fonte: Autor, 2013

Este ponto (figuras 31 e 32) muito circunscrito e confinado no espaço de José é, como ele afirma, “multifacetado”, pois também é aqui que faz a sua higiene diária e onde toma banho várias vezes por semana. Caso a temperatura seja muito baixa, adia a higiene.

António, Manuel e Luís usam garrafões que enchem em fontes públicas e que depois levam para sítios mais resguardados, onde podem tomar banho com alguma intimidade. Só o fazem uma vez por semana, porque afirmam que é complicado transportar os garrafões cheios, pois precisam de pelo menos 4 por cada banho.

João, como está há 11 anos na mesma zona, conhece todos os seguranças de um *shopping* vizinho que lhe facultam o uso das instalações sanitárias para que possa tomar banho. É também neste estabelecimento comercial que João satisfaz as suas necessidades fisiológicas.

Os restantes sete indivíduos usam instituições que os recebem para que possam tomar banho. Apenas Pedro paga €1 para o fazer, o que o leva a usufruir deste serviço apenas três vezes por mês. Quando questionados relativamente à possibilidade de utilizarem os balneários públicos, todos rejeitam a hipótese de os frequentarem porque já foram vítimas de furto ou têm amigos que o foram, para além do facto de que a privacidade nestes locais é extremamente reduzida.

Como anteriormente foi referido, João usa o *shopping* para realizar as suas necessidades fisiológicas, contudo os demais vão a cafés que conhecem e onde os donos não lhe colocam entraves ao uso do quarto de banho, mesmo que não consumam qualquer produto no estabelecimento. Mas como afiança Maria, “não se pode fazer asneira, como por exemplo consumir droga, senão é garantido que a entrada é proibida”. Também Doorn (2010) refere a necessidade da boa conduta por parte dos sem-abrigo, caso contrário a relação com os proprietários dos espaços pode deteriorar-se, levando a que a entrada e permanência nos estabelecimentos comerciais seja vedada a quem dela mais precisa, ou seja, os sem-abrigo.

O que comem e onde comem os sem-abrigo depende, em grande medida, de dois fatores: do dinheiro que conseguem arranjar durante o dia e das distribuições de comida que são feitas por parte das instituições, quer voluntárias quer profissionais.

Dos 12 sem-abrigo, José e Pedro não usam o serviço de distribuição de comida fornecido pelas instituições, isto porque não gostam do que lhes é dado. Segundo eles é

sempre a mesma coisa e ao longo do dia têm quem lhes pague uma sopa e lhes dê qualquer coisa para comer, ou algum dinheiro para o efeito.

Como já foi referido António e Manuel compram a sua alimentação num supermercado e utilizam o fogão que têm para cozinhar, ainda que só o façam ao jantar. Ao mesmo tempo, aproveitam o espaço que têm livre para plantar alguns legumes como feijão, ou plantas para fazerem chá à noite (figura 33). Este caso revela um considerável nível de enraizamento, demonstrando um processo de territorialização em que os sem-abrigo acreditam estar num território que assume como seu.

Figura 33. Horta de António e Manuel



Fonte: Autor, 2014

Os demais sem-abrigo usufruem da comida distribuída pelas instituições, e afirmam que ainda que seja repetitiva, (consiste sempre em sopa quente e café) os aquece antes de se deitarem. Uma das estratégias adotadas por Augusto e por Tiago é serem os últimos da fila, porque podem sempre pedir que lhes seja dado um pouco mais de comida, sem que todos os outros vejam e pretendam o mesmo, facto que inviabilizaria este objetivo junto das pessoas que fazem a distribuição.

Durante o dia os 12 sem-abrigo interpelados raramente comem e quando o fazem é porque lhes é oferecida comida por alguém que os conhece e que de vez em quando, deixa qualquer coisa para comer, ou com algum do dinheiro angariado vão a um café.

Um dos comentários que mais ouvi por parte dos sem-abrigo foi o de que, neste momento, há muito mais gente a recorrer às distribuições de comida, ainda que não sejam sem-abrigo. Este dado foi confirmado pelas instituições, que afiançam que neste

momento há um considerável número de pessoas que não vive na rua, mas que não tem hipótese comprar comida e que normalmente se desloca em família aos pontos de paragem das instituições, recolhem tudo e retornam a casa para comer, como já foi referido.

5.3.3. As dinâmicas espaciais

Este assunto representa um dos pontos mais importantes deste trabalho, que tem que ver com as implicações que as diversas ações que são realizadas pelos sem-abrigo ao longo do dia têm nas suas movimentações pela cidade, pois como Snow & Mulcahy (2001, p.154) afirmam é necessário *“To understand the character of homeless street life in any community, it is imperative to understand the array that impinge on the daily routines and subsistence activities of the homeless”*.

Para isso, durante as conversas informais, foi possível delimitar o raio de ação espacial dos 12 sem-abrigo, em que se conseguiu perceber em que áreas é que se movimentavam e a razão das respetivas circulações. Esta recolha de dados foi um crescendo, tendo em conta que ao longo dos diálogos, as pessoas foram acrescentando um ou outro ponto por onde passavam, para satisfação de alguma das suas necessidades, fossem estas deslocações para necessidades fisiológicas ou de locais onde normalmente arrumam carros ou pedem dinheiro.

A confirmação destas deslocações acabou por ser uma tarefa desafiante, pois foi através da observação das suas movimentações, seguindo os sem-abrigo, que foi possível verificar se aquilo que tinha sido afirmado aquando das conversas se confirmava ou não. Na sua maioria as informações confirmaram-se, podendo por vezes haver uma saída da rotina diária, por uma ou outra razão como por exemplo, uma ida ao centro de saúde.

A melhor maneira de representar as dinâmicas espaciais destas 12 pessoas, foi através do mapeamento das suas deslocações, assinalando os pontos que representam em grande medida a razão pela qual estas pessoas deambulam na zona.

Depois de confirmadas as movimentações, os dados foram inseridos no *Google Maps Engine - Lite* que permite traçar rotas e destacar pontos de interesse. Este programa é de fácil manuseamento e de utilização gratuita. Ainda que contenha algumas limitações ao nível da sobreposição de *layers* de informação, serviu para a realização da

tarefa, tornando os dados acessíveis a partir de qualquer computador com *internet*. Uma outra limitação prende-se com a gama de cores disponível, pois são poucas e muito parecidas, fazendo com que tenha utilizado as mesmas cores tanto na figura 35, como na 36, para que não fossem confundidos os sem-abrigo.

Nos mapas (figuras 35 e 36) a seguir apresentados, é possível verificar as dinâmicas espaciais das 12 pessoas na cidade do Porto, em que, como anteriormente foi referido as pessoas interpeladas encontram-se nas duas áreas onde foram mapeados os locais de pernoita.

A questão das movimentações torna-se relevante, pois para a satisfação das suas necessidades, os sem-abrigo precisam de se deslocar, nomeadamente para a ida ao CAT e para a zona em que arrumam carros ou pedem dinheiro, como referido anteriormente.

Ainda no que se refere às deslocações destas 12 pessoas, foi verificado através das conversas que as saídas da cidade do Porto são muito raras e só acontecem por motivos de força maior. Este facto prende-se, segundo eles, com três motivos, designadamente a falta de dinheiro para se conseguirem deslocar, a necessidade de estar perto do seu espaço para que não sejam roubados e finalmente a motivação da possível saída, ou seja, só se for uma coisa muito importante é que põe a hipótese de se ausentar.

Tabela 4. A imobilidade dos sem-abrigo

	Última saída do Porto	Motivo	Local da deslocação
António	2014	Funeral Mãe	Alijó
Augusto	2008	Tentativa de emprego	Braga
Francisco	2011	Visitar família	Ovar
João	2010	Visitar família	Vila Nova da Gaia
Joaquim	Nunca saiu	-	-
José	2007	Visitar família	Póvoa do Varzim
Luís	2008	Visitar família	Espinho
Manuel	2012	Pedir na praia	Espinho
Maria	2009	Visitar família	Vila Nova da Gaia
Pedro	Não se recorda	-	-
Rodrigo	2014	Tentativa de emprego	Santo Tirso
Tiago	2011	Pedir na feira	Famalicão

Fonte: elaboração própria

Facilmente se verifica, através da análise da tabela 4, que as saídas do Porto acontecem, na grande maioria, por motivos de ordem familiar, ainda que ao longo das conversas tidas, estas 12 pessoas afirmassem que mantêm uma má ou inexistente relação com a família direta, ou seja, cônjuges e filhos, pelo que estas visitas são a irmãos ou familiares mais afastados. É também possível constatar que a distância do Porto às localidades de origem é relativamente curta, sendo que há quase sempre transporte ferroviário para o destino.

Das conversas mantidas, foi possível mapear as movimentações de cada um dos sem-abrigo, movimentações estas que são diariamente repetidas. Em concordância com o que Wolch & Rahimian (1993) constataram, os sem-abrigo são quase sempre conotados com pessoas com uma mobilidade enorme e que são vistos quase como nómadas, mas a verdade é que isso não se verificou, como se poderá constatar na figura 35 e 36, onde facilmente se verifica que a área de ação de qualquer um dos 12 é consideravelmente reduzida.

Indubitavelmente se compreende, como anteriormente foi referido, que o que leva um sem-abrigo a movimentar-se, são as satisfações das suas necessidades básicas, ou seja, dormir, comer, higiene e neste caso particular a ida ao CAT para tomarem metadona. Esta última situação deve ser enfatizada, na medida em que demonstra haver uma predisposição por parte dos sem-abrigo para deixarem de consumir droga, num processo que é moroso e gradual.

Doorn (2010) afirma que os sem-abrigo pelas circunstâncias em que se vivem, são pessoas que passam muito tempo na rua e é comum perderem a noção do tempo, contudo é verificado que há momentos que não lhes passam despercebidos, nomeadamente a hora das distribuições de comida, bem como a hora em que a metadona é distribuída.

Esta falta de noção do tempo poderá advir, não só do facto de não terem horários fixos para cumprir tarefas, mas também porque são um público suscetível a diversas situações derivadas da condição em que se encontram. Por esta razão é compreensível que os CAT estejam abertos quase todo o dia, de forma a que os sem-abrigo lá possam passar a qualquer hora. Importa ainda referir que a ida ao CAT, seja o da figura 35 ou 36, é um ponto comum a todos os 12 sem-abrigo.

Hammarberg (2008) e Doorn (2010) aludem às movimentações dos sem-abrigo, como percursos feitos na maioria a pé, facto que foi verificado, havendo duas exceções.

O caso de José, que só se afasta do seu local de pernoita e de onde pede, duas vezes por dia para ir ao CAT que vai de autocarro, e caso de Manuel que se desloca de bicicleta (figura 34) para todo o lado.

Manuel aproveita também para reutilizar material que vai encontrando junto a caixotes do lixo para reabilitar a sua bicicleta, pois diz que a sua ‘verdinha’, alcunha que deu à bicicleta, o leva a todos os sítios a que precisa, de uma forma mais rápida. Este exemplo encaixa bem na ideia de Wilson e Keil (2008) de que a criatividade reside muito em pessoas necessitadas.

Figura 34. Meio de transporte do Manuel



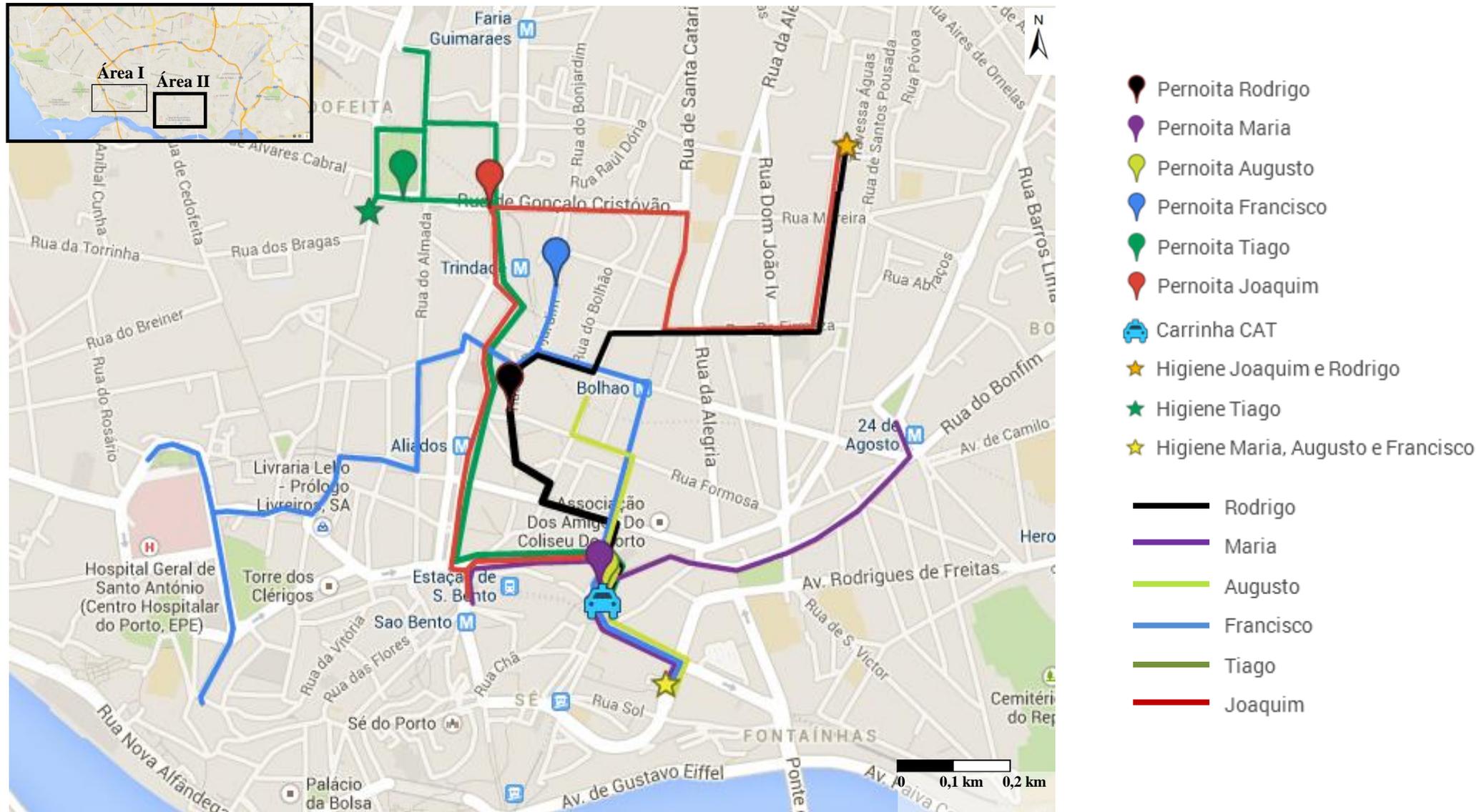
Fonte: Autor, 2014

Figura 35. Dinâmicas espaciais Área 1



Fonte: Autor, 2014

Figura 36. Dinâmicas espaciais Área II



Fonte: Autor, 2014

Importa portanto enfatizar as dificuldades que são vividas por um sem-abrigo no seu dia-a-dia, pois o que pode ser tomado como garantido para um qualquer cidadão pode ser um desafio para um sem-abrigo. As condições a que estes estão sujeitos pautam a sua rotina, em que uma noite mal dormida, uma dor de dentes, ou qualquer outra maleita, tem de ser suportada durante o tempo que esta persistir, pois também foi verificado que ainda que estes sem-abrigo tenham acompanhamento médico no CAT, evitam ir ao centro de saúde ou hospital, pelo tempo que perdem e porque muitas vezes acham que vão ter que pagar e não têm dinheiro para o fazer.

José foi o único que disse ter ido a um hospital nos últimos anos. Em 2011 teve três pneumonias num curto espaço de tempo, o que fez com que ficasse internado de todas as vezes. Esta é uma situação que merece destaque porque José, da primeira vez que esteve internado, decidiu sair sem ter alta médica porque estava com receio que as suas coisas fossem roubadas, facto que não se verificou. Mas a sua saída prematura do hospital fez com que não tivesse recuperado totalmente e tivesse uma recaída, acabando por levar José novamente a um internamento. Este receio vivido por José pode ser transportado para o dia-a-dia dos sem-abrigo, que vivem na incerteza de chegar ao fim do dia, com os mesmos pertences com que o começaram.

Tabela 5. Afastamento máximo diário do local de pernoita

Pessoa	Raio de caminhada
António	3 km
Augusto	0,8 Km
Francisco	4 km
João	2,8 Km
Joaquim	3,5 km
José	2 km
Luís	2,7 km
Manuel	3,5 km
Maria	1,5 km
Pedro	2,2 km
Rodrigo	1,8 km
Tiago	3 km

Fonte: Elaboração própria

Analisando os mapas das figuras 35 e 36 é possível reforçar a ideia de que os sem-abrigo têm uma mobilidade espacialmente confinada e direcionada. Para melhor ler este confinamento, foi feita a tabela 5, onde podemos aferir em quilômetros, qual o afastamento máximo diário do local de pernoita de cada um dos indivíduos.

Ainda que um sem-abrigo possa percorrer uma distância superior a esta, num determinado dia, não há uma variação de rota, ou seja, os sem-abrigo optam por fazer sempre o mesmo percurso, pois sentem-se mais confortáveis por conhecerem as ruas e as pessoas das lojas com quem se cruzam diariamente. Apesar de poderem deslocar-se para outros lugares da cidade, percorrendo distâncias semelhantes às apresentadas na tabela 5, não havendo em princípio um problema de mobilidade, estes não o fazem. As suas necessidades quotidianas afunilam assim o espaço em que vivem apresentando direções e rotas muito concretas e rígidas.

É então claro que os sem-abrigo têm muito pouca mobilidade no espaço, devido às circunstâncias em que vivem e são condicionados pelos estigmas que fazem com que estejam circunscritos a uma determinada área, sendo que caso se afastem, podem ser alvo de indiferença ou mesmo de retaliações por quem não os conheça.

6. Considerações finais

Os sem-abrigo são atualmente um problema social que tem sido alvo de debate em Portugal, em grande medida pela visibilidade que a temática tem alcançado junto da sociedade portuguesa. Também a cidade do Porto tem assistido a uma maior dinâmica nos assuntos que dizem respeito aos sem-abrigo, assistindo-se a um ligeiro crescimento dos mesmos, assim como a grandes discrepâncias nos dados produzidos pelas entidades que os apoiam, cuja a preocupação com esse apoio se traduz num aparecimento de um número considerável de instituições voluntárias nos últimos 15 anos (Oliveira et al., 1999).

Este trabalho teve como objetivo primordial, estudar as dinâmicas espaciais e estratégias de sobrevivência dos sem-abrigo na cidade do Porto, visto que na temática em causa, são poucos os trabalhos na vertente geográfica. A forma como os sem-abrigo deambulam pela cidade e as estratégias que adotam no seu dia-a-dia, assim como o serviço que lhes é prestado pelas instituições voluntárias, foram alguns dos tópicos que se revelaram de extrema importância para entender as suas dinâmicas espaciais e que rotas as instituições percorrem tendo em consideração o local onde os sem-abrigo se encontram.

Aquando da escolha da metodologia, tornou-se claro que o contacto com os sem-abrigo seria uma tarefa que acarretava algumas dificuldades, pelo que a estratégia adotada de realizar rondas noturnas pela cidade, quer com as instituições quer sozinho, se tornou fundamental para a realização da pesquisa, na perspetiva de um maior entendimento do fenómeno, bem como na persecução do objetivo de numa fase posterior do trabalho manter conversas informais com doze sem-abrigo. Contudo, desta escolha adveio o fator tempo, pois foi um processo de realização moroso que prolongou o estudo. No entanto, acredito que esta foi a melhor opção para perceber o porquê da escolha dos locais de pernoita, que dependem em grande medida das condições do espaço e da proximidade do local onde passam o dia, bem como do acesso ao Centro de Apoio a Toxicodependentes mais próximo.

As conversas informais mantidas com doze sem-abrigo, foram sem dúvida alguma, a melhor maneira de conhecer a realidade do dia-a-dia destas pessoas, perceber como são as suas movimentações na cidade, bem como as estratégias adotadas, dentro das suas possibilidades, para melhorarem a sua convivência com os demais cidadãos.

No que se refere às movimentações, conclui-se que ao contrário do que muitas vezes é imaginado quando falamos de sem-abrigo, estes têm mobilidade reduzida Wolch & Rahimian (1993). Esta limitação deve-se, provavelmente, ao fator dinheiro, assim como à necessidade de estarem permanentemente perto dos seus bens para que estes não sejam roubados, o que faz com que as suas deambulações pela cidade sejam consideravelmente curtas, quer em tempo, quer em distância, tornando extremamente raro que se ausentem da cidade. A movimentação que é feita pelos sem-abrigo é apenas a estritamente necessária para satisfação das suas necessidades, que são na sua generalidade idênticas à de qualquer outra pessoa, como comer, utilizar instalações sanitárias ou ir ter com conhecidos.

As referidas conversas permitiram igualmente tirar algumas ilações pertinentes no que se refere às estratégias adotadas pelos sem-abrigo. Primeiramente destaco a boa relação que todos os sem-abrigo, com quem falei, tentam manter com os seus vizinhos, sejam estes outros sem-abrigo, pessoas que vivem em casas e prédios contíguos/próximos aos locais onde pernoitam, locais onde exercem as suas atividades, nos pontos de distribuição de comida ou ainda onde fazem a sua higiene pessoal (Doorn, 2010). Esta boa relação de vizinhança revela-se muito importante na possibilidade de utilização dos espaços e no apoio que às vezes é conseguido pelos sem-abrigo, por parte daqueles que os rodeiam, que resulta muitas vezes na vigilância dos seus pertences, garantindo alguma sensação de confiança de que os bens não serão roubados.

Importa ainda salientar o sentimento de pertença do espaço que é tido por parte de alguns que conseguem ter um local próprio, onde guardar os seus pertences e onde pernoitam. Esse local, não é utilizado para outros fins, resultando na ideia de posse que é vivida por estes sem-abrigo e traduzindo-se numa apropriação deste mesmo local (Snow & Mulcahy, 2001). Refira-se também que os sem-abrigo com quem foram mantidas conversas, sentem a necessidade de melhorar o espaço que acabam por sentir como seu, tentando, através do que vão encontrando na rua e do que lhes é oferecido por amigos ou vizinhos, aprimorar com pequenos detalhes o local de pernoita, melhorando a arquitectura precária que vão construindo. Exemplo disso é o caso de dois sem-abrigo que partilham um espaço, que começou por ser uma tenda e que neste momento é uma estrutura em madeira equipada com frigorífico, televisão entre outras coisas.

A congregação das três estratégias referidas acaba por resultar num enraizamento que acontece de uma forma instintiva e natural no decorrer do tempo, em que os sem-abrigo acabam por ganhar visibilidade. Este enraizamento não é muito diferente de outro vivido por qualquer pessoa que viva num apartamento ou casa, ou seja, todos temos a necessidade de manter boas relações com a vizinhança, sentimos domínio sobre o que é nosso e com o tempo tendemos a aperfeiçoar o local onde vivemos com decoração, móveis ou obras. Importa ainda referir que no mesmo caso dos dois homens que partilham o espaço, estes fizeram uma horta onde plantam feijão e outros legumes para consumo pessoal.

No seguimento da apresentação destas estratégias, importa mencionar aquilo que Wilson e Keil (2008) referem como “the real creative class”, na qual os sem-abrigo se encontram. Estas pessoas são verdadeiramente criativas no que diz respeito à sua sobrevivência, pois esta exige capacidade de desembaraço quando os recursos monetários são escassos, pelo que todo o dinheiro que é angariado, seja a arrumar carros, seja a pedir, tem de ser sabiamente gerido para fazer face às necessidades básicas do dia-a-dia, uma vez que a distribuição da comida pelas instituições é só ao final de cada dia, e nas restantes horas têm de recorrer a cafés para se alimentarem.

Ainda na continuação deste conceito de criatividade, importa referir que nesta situação de pobreza, muitas vezes os sem-abrigo escolhem locais abandonados ou com pouca utilidade em zonas perigosas, nas quais têm de criar sinergias para não serem alvo de roubos ou represálias, desenvolvendo técnicas de sobrevivência que lhes possam garantir alguma segurança (Wilson & Keil, 2008). Uma das situações verificada aquando das conversas, foi exatamente esta necessidade de ter uma estratégia para que as suas coisas não sejam vandalizadas, pois alguns dos sem-abrigo, já tinham sido por mais que uma vez alvo de assalto ou destruição do seu espaço.

No decorrer do trabalho empírico, surgiram algumas limitações que importam ser destacadas, nomeadamente no que respeita à amostra que devido às circunstâncias do público-alvo, não permitiu a inclusão de mais indivíduos. Ainda no que diz respeito à amostra, importa referir que só se conseguiu um relato feminino entre os doze sem-abrigo, circunstância que se deve por um lado ao facto de eu ser homem, mas também em grande medida por dois outros factores. O primeiro reflecte o facto das mulheres serem efetivamente em menor número, o segundo porque estas procuram locais mais escondidos, optando muitas vezes por recorrer a amigos ou familiares para pernoitar

(Martins, 2007; Vanneuville, 2010), pelo que se crê não ser um estudo que se possa generalizar à população sem-abrigo. Outra limitação encontrada foi a impossibilidade da integração no NPISA, que foi uma das pretensões iniciais deste trabalho, da qual poderia ter resultado um maior e melhor acesso à informação disponível relativa à temática.

Ainda no que se refere às limitações, importa ressaltar alguma falta de resposta das instituições voluntárias quando abordadas via e-mail ou telefonicamente, bem como a impossibilidade de integrar os diversos grupos de distribuição de comida das respetivas instituições.

Posto isto, perante a evidência empírica verificada das dinâmicas espaciais e estratégias de sobrevivência dos sem-abrigo na cidade do Porto, é de extrema importância criar sinergias entre as instituições voluntárias que prestam apoio aos sem-abrigo, no sentido de aumentar a qualidade do serviço prestado, bem como a sua coordenação. Exemplo disso foram os diversos mapas resultantes do trabalho aqui efetuado em parceria com o GASPorto, que resultaram num apanhado de todas rondas feitas pelas instituições voluntárias ao longo dos sete dias da semana, fornecendo assim informação pertinente que é atualmente utilizada pela Segurança Social. Esta informação inexistente até à data, crê-se ser de utilização extremamente útil para que não haja sobreposição de rondas por parte das instituições voluntárias, diminuindo assim recursos desnecessários, sejam estes humanos, materiais ou económicos.

Torna-se pois crucial dar continuidade à investigação nesta área, abrangendo a definição de sem-abrigo no seu sentido mais lato, ou seja, estudando também os que se encontram a viver em abrigos de emergência e os que tem alojamento temporário, para perceber se as dinâmicas e estratégias adotadas são diferentes, tendo em conta o facto de que estes não têm de se preocupar com o local para pernoitar, nem com a possibilidade de verem os seus pertences roubados. No que se refere a investigação futura, é também importante referir que, apesar de existirem trabalhos interessantes (Martins, 2007), o tema dos sem-abrigo é quase sempre centrado na imagem masculina. Seria assim pertinente estudar o aumento do aparecimento de mulheres sem-abrigo e mesmo famílias com ou sem filhos, bem como perceber as dificuldades e desafios que estas encontram por serem mulheres de modo a estudar se as estratégias adotadas serão diferentes, uma vez que as necessidades e experiências variam conforme o género (Chityil, 2010).

Apesar das limitações encontradas neste estudo, é necessário avançar com futuras investigações, colmatando as dificuldades sentidas na presente investigação. Assim, será necessário realizar conversas informais noutras amostras com maior número de sem-abrigo e mais elementos femininos, de forma a verificar se os resultados seriam divergentes dos encontrados nesta investigação

Seria também interessante, que estes resultados fossem comparados com outros de outras cidades portuguesas, especialmente Lisboa, de maneira a perceber se as estratégias adotadas pelos sem-abrigo se pautam pelos mesmos fatores já anteriormente referidos.

7. Bibliografia

- Alves, J. (2000). Nos trilhos da cidade. Aspectos históricos dos transportes colectivos no Porto. *Revista da Faculdade de Letras- História*, 1, 101-111.
- Balsas, C. (2007): City Centre Revitalization in Portugal: A Study of Lisbon and Porto, *Journal of Urban Design*, 12 (2), 231-259. doi: 10.1080/13574800701306328
- Banerjee, T. (2001). The Future of Public Space: Beyond Invented Streets and Reinvented Places. *Journal of the American Planning Association*, 67 (1), 9-24. doi: 10.1080/01944360108976352
- Barreto, A. (1988). O vinho do Porto e a intervenção do Estado. *Análise Social*, 24 (100), 373-390.
- Batty, E., Casey, R. & Reeve, K. (2010). 'On the Streets': Sex Workers and Homelessness. *Homeless in Europe- Gender Perspectives on Homelessness*, pp. 26-28.
- Bento, A. & Barreto, E. (2002). *Amor e sem abrigo*. Lisboa: Climepsi.
- Branco, J. (2006). Uma Nova Metodologia para a Reabilitação Urbana. Uma Nova Oportunidade para o Centro Histórico e a Baixa do Porto. *Cidades- Comunidades e Territórios*, 12/13, 35-52.
- Brusa, P. (2005). Handle With Care: How local authorities approach the fight against social exclusion in the post-industrial Italian city of Turin. *Homeless in Europe- Local Authorities and the Fight Against Homelessness*, pp.5-8.
- Carr, S., Francis, M., Rivlin, L., & Stone, A. (1992) *Public Space*. Cambridge University Press, Cambridge.

- Chityil, B. (2010). Homelessness in Europe: The Role of Gender Equality Policies. *Homeless in Europe- Gender Perspectives on Homelessness*, pp. 4-5.
- Cockersell, P. (2013). Psychoterapy wiyh Homeless People. *Homeless in Europe- Homelessness and Mental Health*, pp. 10-11.
- Coentrão, A. (2012). "Praça" das cardosas é afinal um espaço privado de uso público. Retirado de <http://www.publico.pt/local-porto/jornal/praca-das-cardosas-e-afinal-um-espaco-privado-de-uso-publico-24849397#/0>
- Crawford, M. (2004). *The world in a shopping mall, on a theme park*. In Borden, I., Hall, T. & Miles, M. (Eds.), *The City Cultures Reader* (pp. 3-130), Londres: Routledge.
- Cunha, A. (2012). O Tratado de Maastricht: A Europa e Portugal em Mudança. *Debater a Europa*, 6, 24-40.
- Damon, J. (2007). For Public Toilets..., *Homeless in Europe- Criminalisation of People who are Homeless*, p.5.
- Damon, J. (2010). Policies on Provision for Homeless People in the European Union, Report to the Minister of Housing. *European Journal of Homelessness*, 4, 283- 288.
- Davis, J. (2004). Off the streets: Tackling homelessness among female street-based sex workers. *Shelter*, 1, 1-30. Retirado de http://england.shelter.org.uk/__data/assets/pdf_file/0016/49030/Off_the_Streets.pdf
- Davis, M. (1992). Fortress Los Angeles: the militarization of urban space. Variations on a theme park. In Borden, I., Hall, T. & Miles, M. (Eds.), *The City Cultures Reader* (pp. 154-180), Londres: Routledge.

- DeVerteuil, G., May, J. & Mahs, J. (2009). Complexity not collapse: recasting the geographies of homelessness in a 'punitive' age. *Progress in Human Geography*, 33(5), 646–666. doi: 10.1177/0309132508104995
- Doherty, J., Busch-Geertsema, V., Karpuskiene, V., Korhonen, J., O'Sullivan, E., Sahlin, I., ... Wygnańska, J. (2008). Homelessness and Exclusion: Regulating public space in European Cities. *Surveillance & Society*, 5(3), 290-314.
- Doorn, L. (2010). Perceptions of Time and Space of (Formerly) Homeless People. *Journal of Human Behavior in the Social Environment*, 20(2), 218-238. doi: 10.1080/10911350903269864
- ENIPSA (2009). Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo- Prevenção, Intervenção e Acompanhamento- 2009-2015 Retirado de : http://www.dgicd.min-edu.pt/data/educacaocidadania/direitos_humanos/Documentos/estrat_nac_sabrigo.pdf
- Enders-Dragässer, U. (2010). Women and Homelessness in Germany. *Homeless in Europe- Gender Perspectives on Homelessness*, pp. 12-14.
- Enomoto, T., Nakamura, F., & Okamura, T. (2009). A Comparative Analysis on City Center Decline in Local Cities in Japan Using Urban Indices. *Proceedings of the Eastern Asia Society for Transportation Studies*, 6, 209- 221.
- Faria, L. (2014). Noruega discute lei contra a mendicidade. *Jornal Expresso*, Retirado de: <http://expresso.sapo.pt/noruega-discute-lei-contr-a-mendicidade=f876602>
- Farinha, R. (2013). Rui Moreira quer videovigilância e reforço dos meios policiais no Porto. *Jornal Público*. <http://www.publico.pt/local/noticia/rui-moreira-quer-videovigilancia-e-reforco-dos-meios-policiais-no-porto-1595296>

- FEANTSA (2003)., *Review of statistics on homelessness in Europe, European Observatory on homelessness*. Federação Europeia de Associações Nacionais que trabalham com os Sem- Abrigo.
- Fernandes, J. (1994). Urbanismo comercial – a experiência portuguesa. *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, X/XI, 105-125.
- Fernandes, J. (1998). A cidade 25 anos depois: O comércio e a reestruturação urbana no Porto. *Cadernos de Geografia*, 17, 203-207.
- Fernandes, J. (2000). Cidade do Porto e Área Metropolitana do Porto: Realidades e Desafios. *Revista da Faculdade de Letras- História*, 1, 127- 143.
- Fernandes, J. (2004). A cidade, os municípios e as políticas: o caso do “Grande Porto”. *Revista de Sociologia da Faculdade de Letras U.P.*, 13, 227-251.
- Fernandes, J. & Vasconcelos, P. (2002). Porto e Salvador : as proximidades de dois percursos urbanos distintos. *O Tripeiro*, 21(8), 228-254.
- Fernandes, M. M. (2006). *Fechados no Silêncio- Os sem Abrigo* (Dissertação de Mestrado não publicada). Universidade Aberta, Porto.
- Ferreira, J. (2009). *Sem-Abrigo – custos do processo de (re)socialização* (Dissertação de Mestrado não publicada). Universidade Fernando Pessoa, Porto.
- Ford, L. (2000). *The spaces between buildings*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- FRA- European Union Agency for Fundamental Rights. (2012). *Handbook on the establishment and accreditation of National Human Rights Institutions in the European Union*. Retirado de http://fra.europa.eu/sites/default/files/fra-2012_nhri-handbook_en.pdf

- Franco, R., Sokolowski, S., Hairel, E. & Salamon (2008). *O Sector Não Lucrativo Português Numa Perspectiva Comparada*. Retirado de http://www.akdn.org/publications/2008_portugal_nonprofitsector.pdf
- Giannoni, D. (2007). The control of Public Space: Brussels South Train Station. *Homeless in Europe- Criminalisation of People who are Homeless*, pp. 9-10.
- Glaeser, E., & Gyourko, J. (2005). Urban decline and durable housing. *Journal of Political Economy*, University of Chicago Press, 113(2), 345-375.
- Grammatico (2013). Putting it into Words: From Talking Social to Doing Social. *Homeless in Europe- Looks Can Be Deceiving: Perceptions of Homelessness*, pp. 7-10.
- Guichard, F. (1992). *La Ville Dans Sa Region (Vol.2)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Hall, P. (1998). *Cities in civilization*. New York: Pantheon Books
- Hammarberg, T. (2008). Social Rights and the Implementation of Housing Rights. *Homeless in Europe: The Right to Housing – The Way Forward*, pp.5–6.
- Harter, L., Berquist, C., Titsworth, B., Novak, D. & Brokaw (2005). The Structuring of Invisibility Among the Hidden Homeless: The Politics of Space, Stigma, and Identity Construction. *Journal of Applied Communication Research*, 33(4), 305-327. doi: 10.1080/00909880500278079
- Harvey, D. (2004). The right to the city. In Lees, L. (Eds.). *The Emancipatory City? Paradoxes and possibilities* (pp. 236- 240). Londres: Sage.
- Hou, J. (2010). (Not) your everyday public space. In Jeffrey Hou (Eds.), *Insurgent Public Space- Guerrilla urbanism and the remaking of contemporary cities* (pp. 1-17) Londres: Routledge.

- Hulchanski, J. (2013). Homelessness, Whatever That Is, Is Not the Problem. *Homeless in Europe- Looks Can Be Deceiving: Perceptions of Homelessness*, pp. 4-5.
- INE (2014). Censos 2011 Resultados Definitivos – Região Norte. Lisboa: INE. Retirado de http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=156638623&PUBLICACOESmodo=2
- IPMA- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (n.d.). Retirado de <https://www.ipma.pt/pt/oclima/normais.clima/1981-2010/001/>
- ISS,I.P. (2005). *Estudo dos Sem-Abrigo*, Lisboa, Instituto de Segurança Social, IP.
- Joaquim, T. (2004), EX-AEquo: Contributo Decisivo para um Campo de Estudos em Portugal, *Revista estudos feministas*, p. 89.
- Johnsen, S. & Fitzpatrick, S. (2008). The Use of Enforcement to Combat Begging and Street Drinking in England : A High Risk Strategy?. *European Journal of Homelessness*, 2, 191- 204.
- Kurniawati, W. (2012). Public Space for Marginal People. *Procedia - Social and Behavioral Science*, 36, 476-484. doi: 10.1016/j.sbspro.2012.03.052
- Lefebvre, H. (1991). *The production of space* (Vol. 142). Blackwell: Oxford.
- Lobo, T. (2010, Setembro). Oporto Rehabilitation Concept. Artigo apresentado no encontro de Young Creators For Better City, Better Life, Shanghai.
- Lorena, S. (2013). A Europa é agora o destino dos refugiados sírios e a Turquia a placa giratória. *Jornal Público*, Retirado de : <http://www.publico.pt/mundo/noticia/a-europa-e-agora-o-destino-dos-refugiados-sirios-e-a-turquia-a-placa-giratoria-1615977>

- Madanipour, A. (2003). *Public and private spaces of the city*. London: Routledge.
- Madera, D. (2012). The Work of the Samur in Bazaras International Airport. *Homeless in Europe- The Geographies of Homelessness: Homeless Experiences and Homeless Policy in Different Spaces*, pp. 14-15.
- Martins, A. (2007). *As Sem Abrigo de Lisboa*. Dissertação de Mestrado em Estudos sobre as Mulheres. Departamento de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Aberta, Lisboa.
- Matos, F. (1994). Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956. *Análise Social*, 29 (127), 677-695.
- Matos, F. (2007). Reabilitação urbana da Baixa Portuense – Qualidade Habitacional. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto- Geografia*, 1, 33-54.
- May, J., Cloke, P. & Johnsen, S. (2007). Alternative cartographies of homelessness: Rendering visible British women’s experiences of ‘visible’ homelessness. *Gender, Place and Culture*, 14 (2), 121-140.
- Misetics, B. (2012/2013). Criminalisation, Discourse and Symbolic Violence. *Homeless in Europe- Looks Can Be Deceiving: Perceptions of Homelessness-* pp. 12-15.
- Mitchell, D. (2005). The S.U.V. model of citizenship: floating bubbles, buffer zones, and the rise of the “purely atomic” individual. *Political Geography*, 24, 77-100. doi:10.1016/j.polgeo.2004.06.003
- Monahan, T. (2006). Counter-surveillance as Political Intervention?, *Social Semiotics*, 16(4), 515- 534. doi: 10.1080/10350330601019769
- National Homeless (2006). *A Dream Denied: The Criminalization of Homelessness in U.S. Cities: A Report by The National Coalition for the Homeless and The*

National Law Center on Homelessness & Poverty. Retirado de <http://nationalhomeless.org/wp-content/uploads/2014/06/CrimzReport2006.pdf>

Norris, C., McCahill, M. & Wood, D. (2002). The growth of CCTV: a global perspective on the international diffusion of video surveillance in publicly accessible space. *Surveillance & Society*, 2 (2-3), 110-135.

Noy, D. (2006, Janeiro). Center for Culture, Organization and Politics. *Stable Conflict in the San Francisco Homeless Policy Field*. Seminário ocorrido na Universidade da Califórnia, Califórnia.

Oliveira, J. (1982). Diretrizes Viárias do Desenvolvimento Urbano do Porto. *Revista de História da Universidade do Porto*, 3, 65-71.

Oliveira, L. Aguiar-Branco, J. & Branquinho, A. (1999) *Porto: uma cidade boa para viver*. Porto: Porto Editora.

O'Sullivan, E. (2007). Criminalizing People who are Homeless?. *Homeless in Europe- Criminalisation of People who are Homeless*, pp. 3-4.

Paasche, S. (2012). Is Anti-Begging Legislation 'Good Practice' in Tackling Homelessness. *Homeless in Europe- The Geographies of Homelessness: Homeless Experiences and Homeless Policy in Different Spaces*, pp. 7-10.

Parsell, C. & Parsell, M. (2013). Understanding How Homelessness is a Choice. *Homeless in Europe- Looks Can Be Deceiving: Perceptions of Homelessness*, pp. 15-17.

Pereira, A. (2013). Sem-abrigo estão a organizar um encontro no Porto. *Jornal Público*, <http://www.publico.pt/sociedade/noticia/semabrigo-estao-a-organizar-um-encontro-no-porto-1614896?page=-1>

- Pereira, G. (1996). A região do vinho do Porto- origem e evolução de uma demarcação pioneira. *DOURO- Estudos & Documentos*, 1 (1), 177-194.
- Pinho, P. & Lilaires, M. (2009). Avaliação das Grandes Obras Públicas: o caso do Metro do Porto. Porto: Edições FEUP.
- PNAI (2006). *Plano Nacional de Acção para a Inclusão- 2006-2008*. Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade.
- Portas, N., Domingues, A., & Cabral, J. (2007). *Políticas urbanas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Porto Vivo (2005). *Revitalização Urbana e Social da Baixa do Porto*. Retirado de: http://www.portovivosru.pt/pdfs/masterplan-sintese_executiva.pdf
- Puig, M. (2004). Preventing Health Problems Among Homeless People. *Homeless in Europe- Prevention Strategies and the Fight Against Homelessness*, pp. 9-10.
- Quinn, B. (2014). Anti-homeless spikes are part of a wider phenomenon of 'hostile architecture'. *The Guardian*, Retirado de <http://www.theguardian.com/artanddesign/2014/jun/13/anti-homeless-spikes-hostile-architecture>
- Quintas, S. (2010). *A Percepção de técnicos e Indivíduos “Sem-Abrigo”*: *Histórias ocultas de uma realidade no Porto*. (Dissertação de Mestrado não publicada). Universidade do Porto, Porto.
- Radicchi, A. (2012). The Geographies of Homelessness: The Case of Italian Railway Stations. *Homeless in Europe- The Geographies of Homelessness: Homeless Experiences and Homeless Policy in Different Spaces*, pp. 11-12.
- Ribeiro, O. (1998). *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.

- Robbins, D. (1996). Via della Lungaretta: The Making of a Medieval Street. In Çelic, D., Favro, D. & Ingerso, R. (Eds). *Streets: critical perspectives on public space* (pp. 165-177), California: University of California Press.
- Rocha, E. & Fernandes, J. (2009). O tempo, o espaço, o comércio e o caso da Rua de Santa Catarina, na cidade do Porto. *Cadernos de Curso de Doutoramento em Geografia*. Universidade do Porto, Porto.
- Saetnan, A. R., Lomell, H. M., & Wiecek, C. (2002). Controlling CCTV in public spaces: Is privacy the (only) issue? Reflections on Norwegian and Danish observations. *Surveillance & Society*, 2 (2/3).
- Salgueiro, T. (1994). O Comércio e a Cidade: Lisboa e Porto. *Finisterra*, 29, 57, 177-183.
- Salgueiro, T. (1998). Cidade Pós- Moderna: Espaço Fragmentado. *Revista Território*, 3(4), 39-53.
- Sant'anna, D. (1983). *Porto- da urbe e do burgo*. Porto: Lello & irmão.
- Santa Casa da Misericórdia de Lisboa- SCML (2013). *Santa Casa contou pessoas sem abrigo da cidade de Lisboa*. Retirado de: http://www.scml.pt/pt-PT/destaques/santa_casa_contou_pessoas_sem_abrigo_da_cidade_de_lisboa_2/
- Saul, H. (2014). 'Homeless spikes' outside London flats spark outrage on Twitter. *The Independent*. Retirado de <http://www.independent.co.uk/news/uk/home-news/homelessness-spikes-outside-london-flats-spark-outrage-on-twitter-9506390.html>
- Schmidt, J. (2012). The Danish Government's Policies on Homeless Migrants' Rights to Public Space and Public Facilities and Services for Homeless People: An Example of the Criminalisation of Homelessness in Copenhagen. *Homeless in*

Europe- The Geographies of Homelessness: Homeless Experiences and Homeless Policy in Different Spaces, pp. 4-6.

Schwartz, J., Chapman, S., González, C. & Lindley, L. (2010) Addressing the Problem of Women and Homelessness. *Homeless in Europe- Gender Perspectives on Homelessness*, pp. 29- 31.

Siza, R. & Pereira, A. (2001) A Baixa do Porto é uma realidade a duas velocidades. *Jornal Público*, 25 de Novembro.

Smith N. (1992). Contours of Spatialized Politics: Homeless Vehicles and the Production of Geographical scale, *Social Text*, 33, 54-81.

Sousa, A. (1993). *O clima urbano do Porto- Contribuição para a definição das estratégias de planeamento e ordenamento do território*. (Dissertação de Doutoramento não publicada). Universidade do Porto, Porto.

Snow, D. & Mulcahy, M. (2001). Space, Politics, and the Survival Strategies of the Homeless. *American Behavioral Scientist*, 45, 149- 169. doi: 10.1177/00027640121956962

Staeheli, L. & Mitchel, D. (2006). USA's Destiny? Regulating Space and Creating Community in American Shopping Malls. *Urban Studies*, 43 (5/6), 977-992. doi: 10.1080=00420980600676493

Stepheson, S. (2007). Homelessness and social transformation in Russia. *Homeless in Europe- Social and Demographic Change and Homelessness*, pp. 19-20.

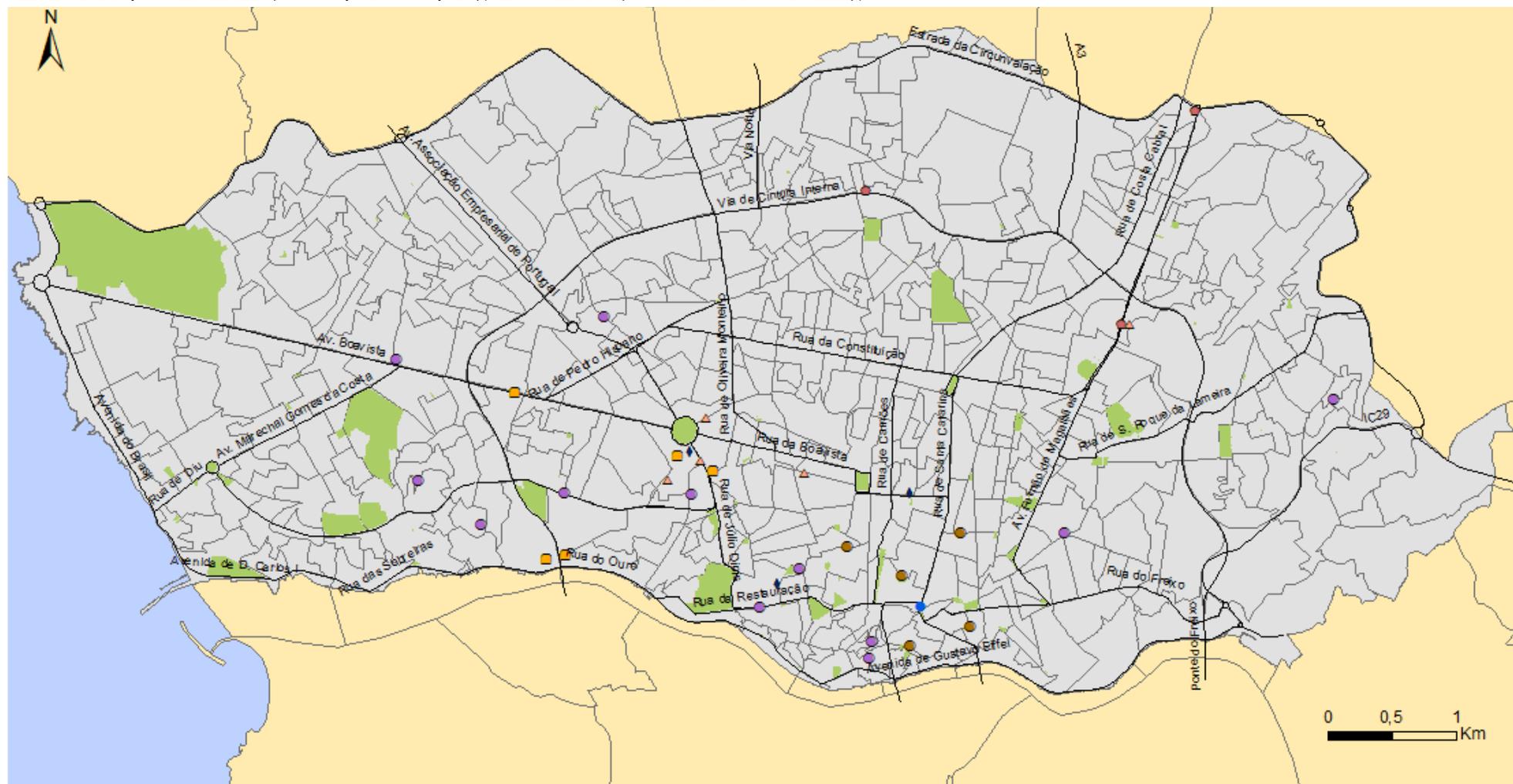
Tilling, I. (2013). Should I stay or Should I Go? Border Controls vs The Right to the Freedom of Movement Within the EU Member States. *Homeless in Europe- Free Movement and Homelessness*, pp. 19-20.

- Topolovec-Vranic, J., Ennis, N. (2013). Traumatic Brain Injury and Mental Health Amongst Individuals Who Are Homeless. *Homeless in Europe- Homelessness and Mental Health*, pp. 4-6.
- Tosi, A. (2007). Homelessness and the Control of Public Space – Criminalising the Poor ?. *European Journal of Homelessness*, 1, 226- 236.
- UNESCO (2014). *Historic Centre of Oporto*. Retirado de <http://whc.unesco.org/en/list/755>
- Vanneuville, M.C. (2010). Transient women, suffering women, beyond appearances : the association Femmes SDF by their side. *Homeless in Europe- Gender Perspectives on Homelessness*, pp. 15- 16.
- Van Melik, R (2009). Visualising the effect of private sector involvement on redeveloped public spaces in the Netherlands. *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*, 100(1), 114–120.
- Wilson, D. & Keil, R. (2008). The real creative class. *Social & Cultural Geography*, 9(8), 841- 847. doi: 10.1080/14649360802441473
- Wolch, J. & Rahimian, A. (1993). Daily and Periodic Mobility Patterns of the Urban Homeless. *Mobility of the Urban Homeless*, 45 (2), 159-169.
- Yegül, F. (1996). The street experience of ancient Ephesus. In Çelik, Z., Favro, D., Ingersoll, R. (Eds.). *Streets: critical perspectives on public space* (pp.95-110). California: University of California Press.
- Young, S. (2012). The Geographies of Homelessness: Homeless Experiences and Homeless Policy in Different Spaces. *Homeless in Europe*, pp. 2-3.

Zuidam, P. & Pols, G. (2007). On criminalisation of homelessness and people who are homeless in Rotterdam. *Homeless in Europe- Criminalisation of People who are Homeless*, pp. 14-17

8. Anexos

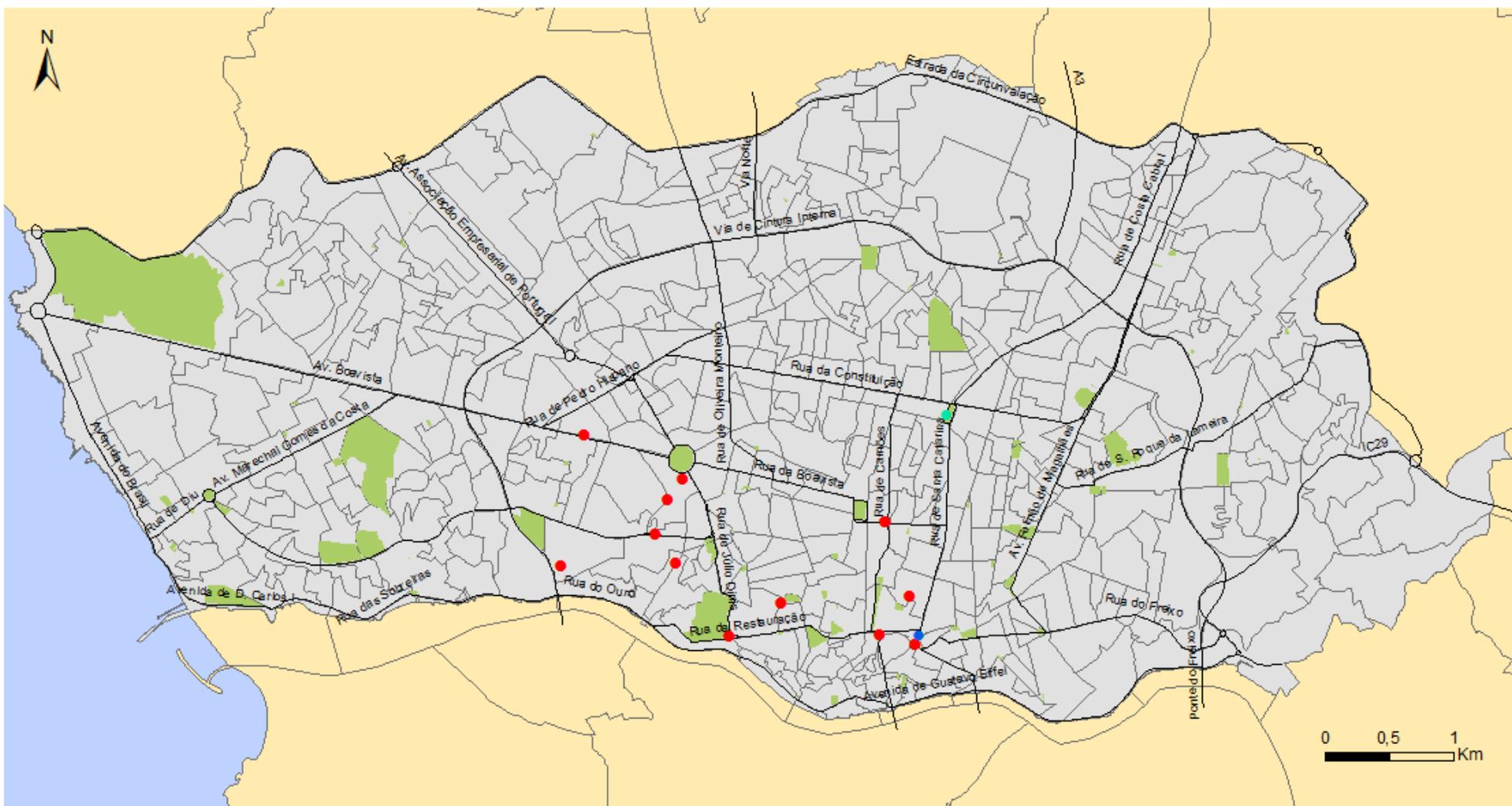
Anexo 1. Mapa com sinalização dos pontos de paragem das instituições voluntárias – Domingo



Domingo

- | | |
|---------------------------------------|--------------------|
| ◆ ADRA | — Ruas |
| ● CASA | ■ Jardins Públicos |
| ● Ronda dos Sem Abrigo (Fernando) | ■ Malha Urbana |
| ▲ FasRondas - Ronda Batalha | ■ Municípios |
| ■ FasRondas - Ronda Boavista | |
| ● FasRondas - Ronda da Areosa | |
| ● FasRondas - Ronda de Santa Catarina | |

Anexo 2. Mapa com sinalização dos pontos de paragem das instituições voluntárias – 2ª feira

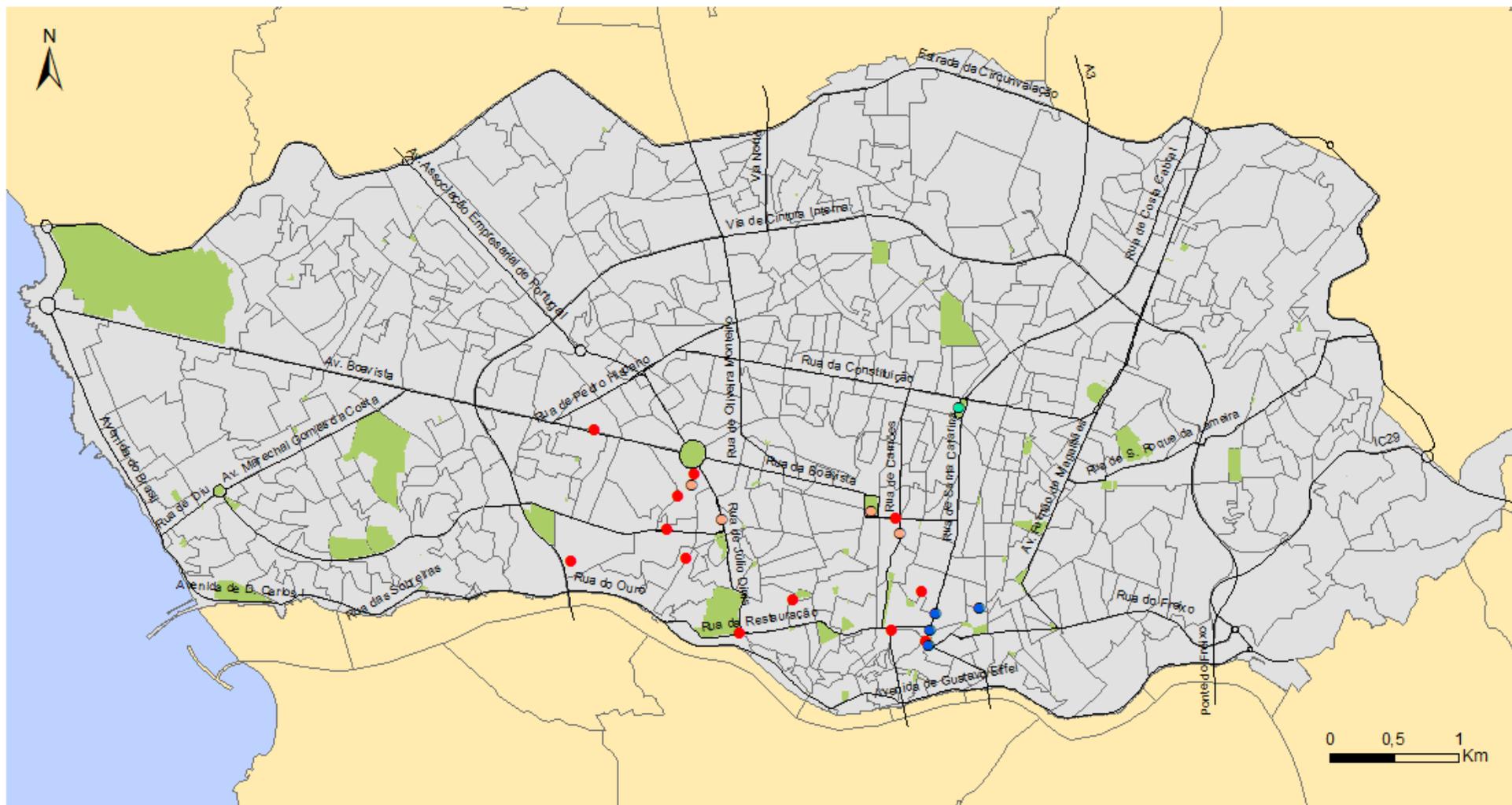


2ª Feira

- CASA
- Porta Solidária
- Colégio do Rosário (irmã Maria Helena)

- Ruas
- Jardins Públicos
- Malha Urbana
- Municípios

Anexo 3. Mapa com sinalização dos pontos de paragem das instituições voluntárias – 3ª feira

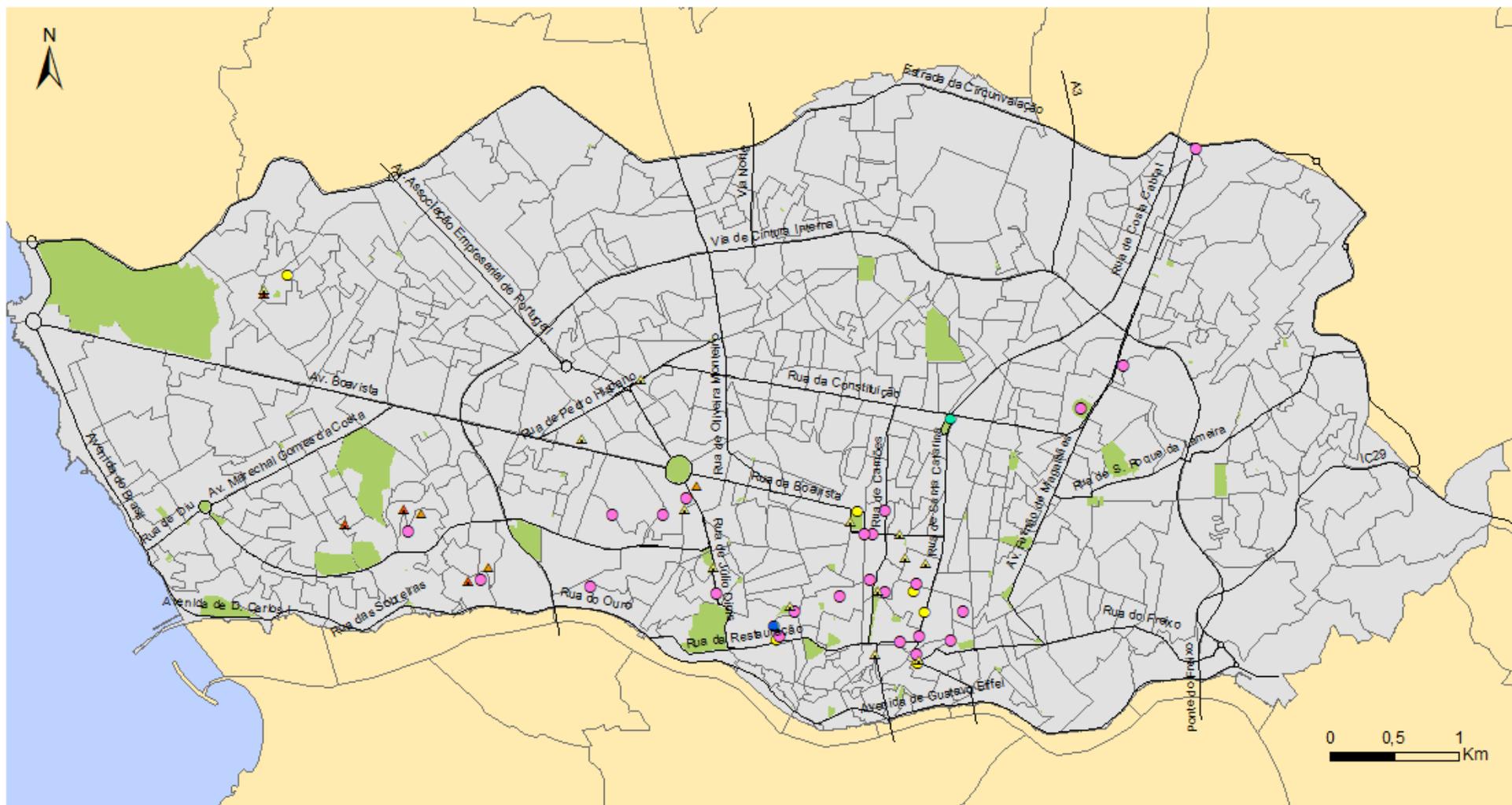


3ª Feira

- CASA - Ronda 1
- CASA - Ronda 2
- Porta Solidária
- Colégio do Rosário (irmã Maria Helena)

- Ruas
- Jardins Públicos
- Malha Urbana
- Municípios

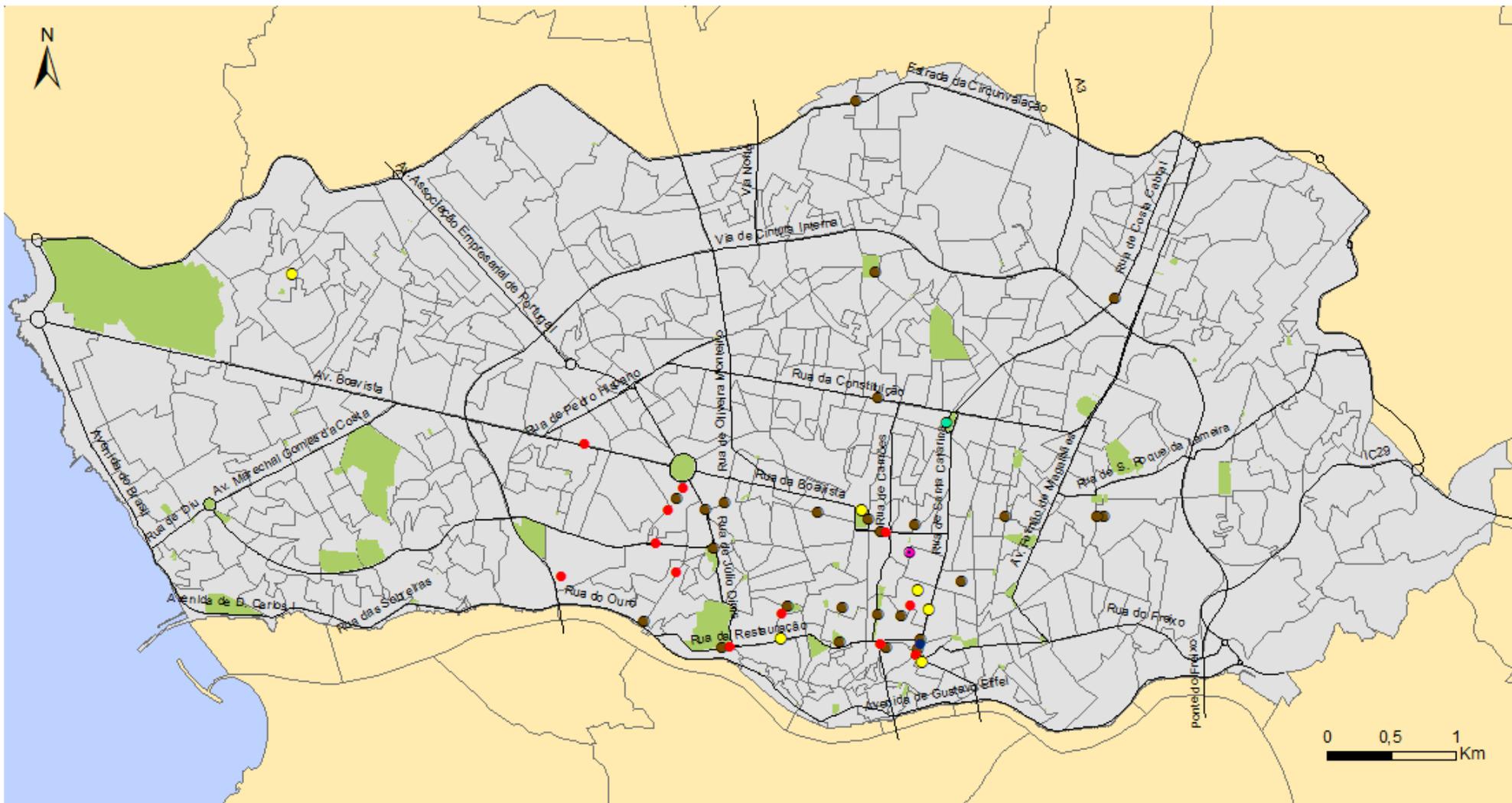
Anexo 4. Mapa com sinalização dos pontos de paragem das instituições voluntárias – 4ª feira



4ª Feira

- CASA
- ▲ Café Convívio
- Porta Solidária
- ▲ Franjas Sociais - Ronda 1 (Segundas 4ªs feiras de cada mês)
- ▲ Franjas Sociais - Ronda 2 (Segundas 4ªs feiras de cada mês)
- Axa (Joaquim Amorim)
- Existe + Mundo (Israel Rodriguez)
- Ruas
- Jardins Públicos
- Malha Urbana
- Municípios

Anexo 5. Mapa com sinalização dos pontos de paragem das instituições voluntárias – 5ª feira

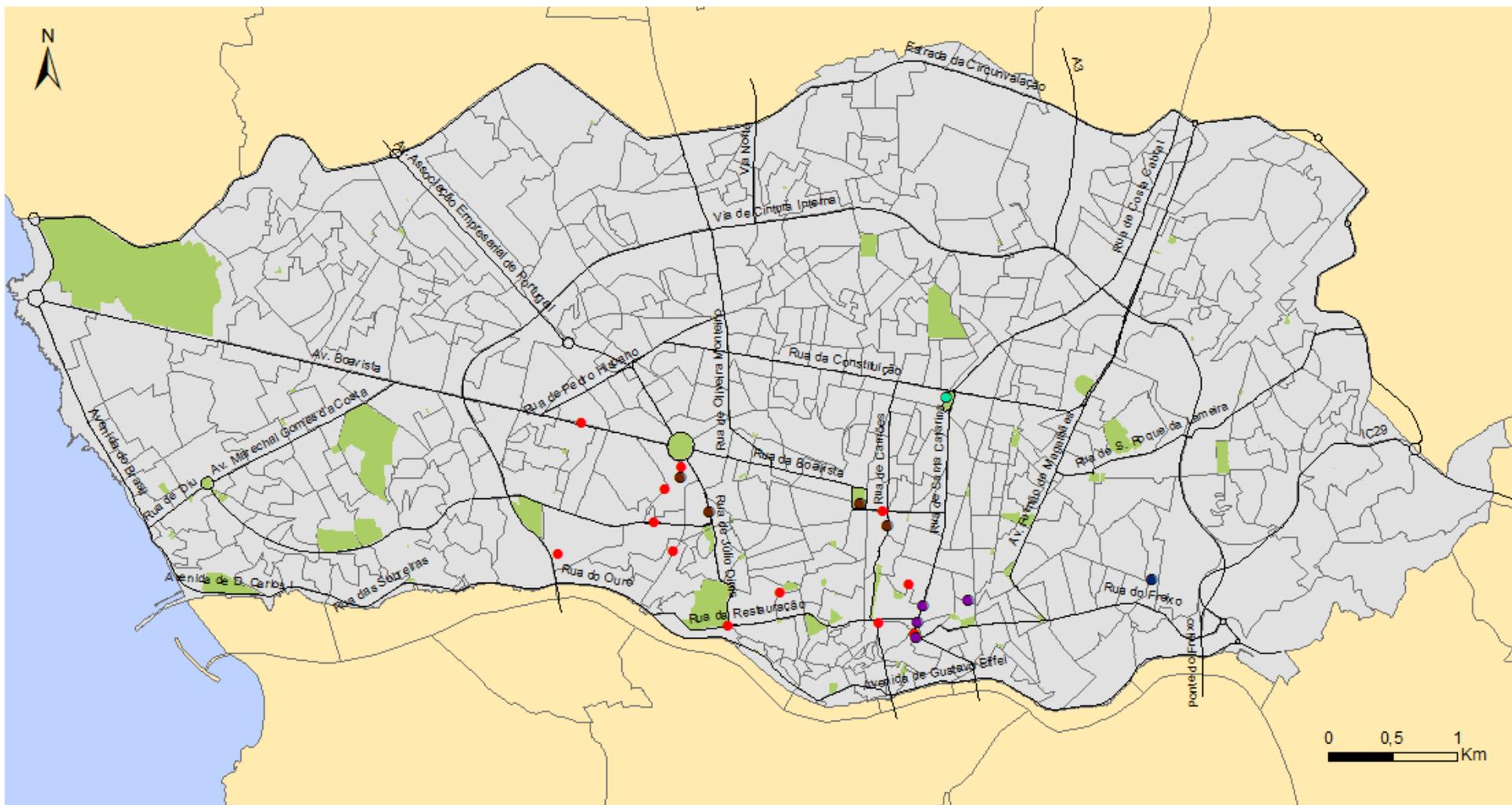


5ª Feira

- Amor Perfeito
- CASA
- Porta Solidária
- Existe + Mundo (Israel Rodriguez)
- Colégio do Rosário (irmã Maria Helena)
- Amigos dos Amigos da Rua (Paulo Portela)

- Ruas
- Jardins Públicos
- Malha Urbana
- Municípios

Anexo 6. Mapa com sinalização dos pontos de paragem das instituições voluntárias – 6ª feira

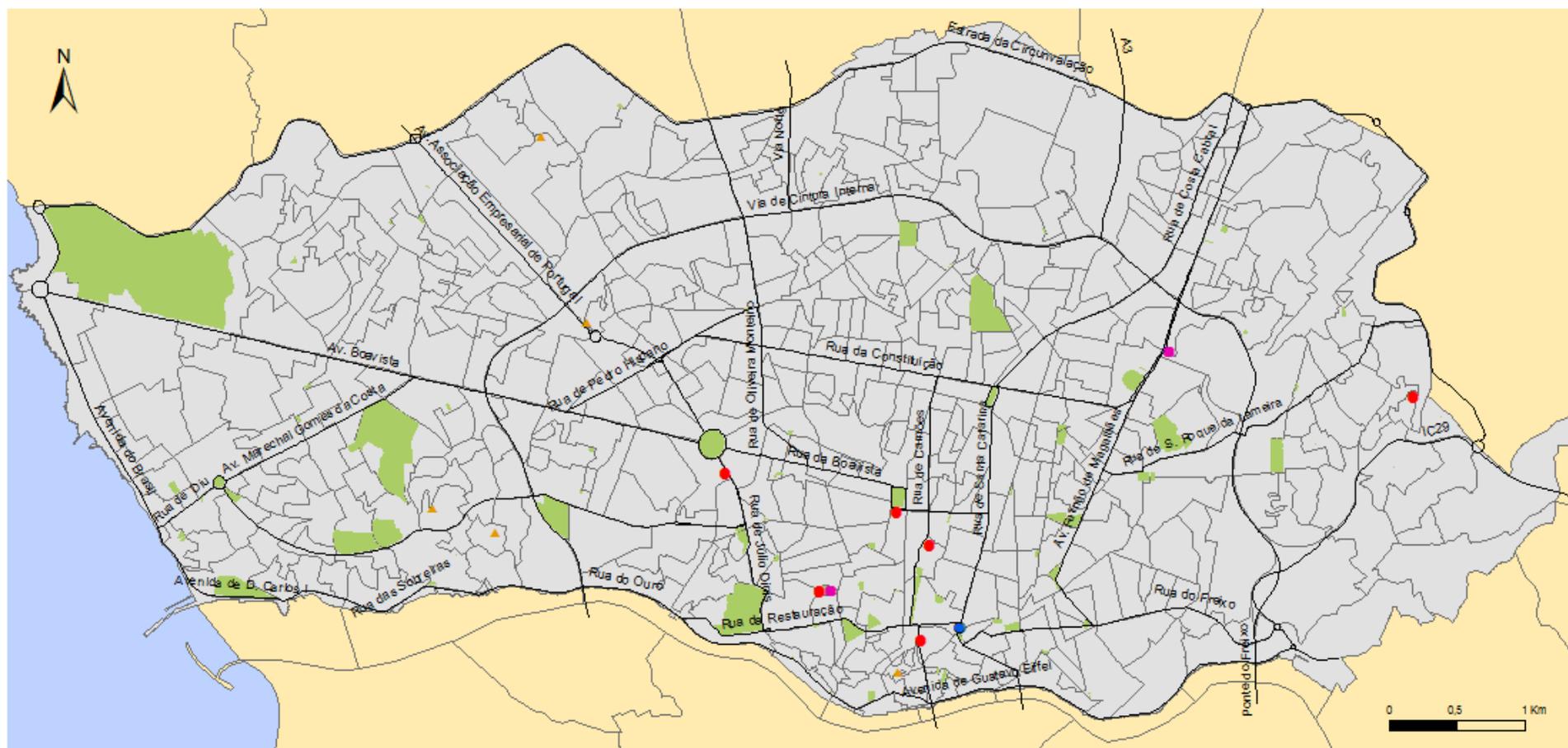


6ª Feira

- CASA - Ronda 1
- CASA - Ronda 2
- Casa (ponto fixo)
- Porta Solidária
- Colégio do Rosário (irmã Maria Helena)

- Ruas
- Jardins Públicos
- Malha Urbana
- Municípios

Anexo 7. Mapa com sinalização dos pontos de paragem das instituições voluntárias – Sábado



- | | |
|-------------------|--------------------|
| Sábado | — Ruas |
| ● Abraço na Noite | ■ Jardins Públicos |
| ● CASA | ■ Malha Urbana |
| ▲ Café Convívio | ■ Municípios |
| ● Coração na Rua | |

Anexo 8. Tabela resumo do número de sem-abrigo, por local da Área A

Nº da Saída	Data	Hora de Início	Condições climáticas	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K
1	17-02-2013	23h30	Chuva	12	2	1	1	1	1	1	1	1	2	1
2	20-02-2013	00h00	Chuva	13	2	1	1	1	1	1	1	1	2	1
3	23-02-2013	00h45	Chuva	11	2	1	1	1	1	1	1	1	2	1
4	26-02-2013	00h30	Chuva	11	2	1	1	1	1	1	1	1	2	1
5	28-02-2013	00h20	Chuva	11	0	2	1	1	1	1	1	1	2	0
6	01-03-2013	00h25	Chuva	11	0	2	1	1	1	1	1	0	2	0
7	04-03-2013	00h00	Chuva	11	0	2	1	1	1	1	1	1	2	0
8	07-03-2013	00h15	Chuva	11	0	2	1	1	1	1	1	2	2	0
9	10-03-2013	00h20	Chuva	11	0	2	1	1	0	1	1	2	2	0
10	12-03-2013	00h30	Nublado	11	0	2	1	1	0	1	1	2	2	0
11	14-03-2013	23h50	Nublado	11	0	2	1	1	0	1	1	2	2	0
12	16-03-2013	00h15	Chuva	11	0	2	1	1	0	1	2	1	2	0
13	18-03-2013	23h45	Nublado	11	0	2	1	1	0	1	2	1	2	0
14	20-03-2013	00h10	Nublado	11	0	2	1	1	0	1	2	1	2	0
15	26-03-2013	00h30	Nublado	11	0	2	1	1	0	1	2	1	3	0
16	03-04-2013	23h50	Céu limpo	8	2	2	1	1	0	1	2	0	3	0
17	07-04-2013	01h00	Céu limpo	8	2	2	1	1	0	1	1	1	3	0
18	09-04-2013	00h00	Chuva	11	2	2	1	1	0	1	1	1	0	1
19	12-04-2013	23h45	Chuva	11	2	2	1	1	1	1	1	0	0	1
20	16-04-2013	00h20	Chuva	11	3	2	1	1	0	1	1	1	0	1
21	18-04-2013	00h30	Nublado	8	3	2	1	1	0	1	1	1	0	1
22	21-04-2013	00h20	Nublado	8	3	2	1	1	0	1	1	0	0	1
23	23-04-2013	00h25	Nublado	8	3	2	1	1	0	1	1	1	0	1
24	26-04-2013	00h15	Céu limpo	8	3	2	1	1	1	1	1	1	0	1
25	28-04-2013	23h45	Céu limpo	8	3	2	1	1	0	1	1	1	0	1
26	30-04-2013	00h10	Céu limpo	8	3	2	1	1	0	1	1	1	0	1
27	03-05-2013	00h30	Céu limpo	8	3	2	1	1	0	1	1	1	0	1
28	08-05-2013	23h30	Chuva	11	3	2	1	1	0	1	1	0	0	1
29	10-05-2013	23h30	Céu limpo	8	3	1	1	1	1	1	1	0	1	1
30	13-05-2013	23h55	Céu limpo	8	3	1	1	1	0	1	1	0	1	0
31	15-05-2013	23h30	Céu limpo	8	3	1	1	1	0	1	1	0	1	0
32	19-05-2013	23h30	Céu limpo	8	3	2	1	1	0	1	1	0	1	0
33	23-05-2013	23h30	Céu limpo	8	3	2	1	1	0	1	1	0	2	0
34	25-05-2013	23h30	Céu limpo	8	3	2	1	1	1	1	1	0	3	0
35	27-05-2013	23h30	Chuva	11	3	1	1	1	1	1	1	0	3	0
36	30-05-2013	23h45	Chuva	11	3	2	1	1	1	1	1	0	3	1
37	01-06-2013	23h30	Céu limpo	8	3	1	1	1	1	1	1	0	3	1
38	05-06-2013	23h55	Céu limpo	8	3	2	1	1	1	1	1	0	3	0
39	07-06-2013	23h30	Céu limpo	8	1	2	1	1	1	1	1	0	3	0
40	14-06-2013	23h30	Céu limpo	8	1	2	1	1	1	1	1	0	3	0

Fonte: Elaboração própria, 2014

Anexo 9. Tabela resumo do número de sem-abrigo, por local da Área B

Nº da Saída	Data	Hora de Início	Condições climatéricas	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
1	16-02-2013	23h45	Chuva	4	2	2	1	1	2	1	1	2	2	1	1	1
2	18-02-2013	23h50	Chuva	3	2	2	1	1	2	1	1	2	2	1	1	1
3	21-02-2013	23h30	Chuva	4	2	2	1	1	2	1	1	2	2	1	1	1
4	24-02-2013	00h10	Chuva	4	2	2	0	1	2	1	1	2	2	1	1	1
5	27-02-2013	00h10	Chuva	4	2	2	0	1	2	1	1	2	2	1	1	1
6	01-03-2013	02h00	Chuva	4	2	2	0	1	2	1	1	2	3	1	1	1
7	03-03-2013	00h15	Nublado	4	2	2	0	0	2	1	1	2	3	1	1	1
8	06-03-2013	00h00	Chuva	4	3	2	0	0	2	1	1	3	3	1	1	1
9	09-03-2013	00h00	Chuva	4	3	2	0	0	2	1	1	3	3	2	1	1
10	13-03-2013	00h10	Chuva	4	3	2	0	0	2	1	1	3	3	1	1	1
11	14-03-2016	01h30	Nublado	4	2	2	0	0	2	1	1	3	3	1	1	0
12	19-03-2013	23h30	Nublado	4	2	2	0	0	2	1	1	3	3	1	1	0
13	21-03-2013	23h45	Nublado	4	3	2	0	0	2	1	1	3	3	1	1	0
14	23-03-2013	00h00	Nublado	4	3	2	0	0	2	1	1	3	3	1	1	0
15	27-03-2013	23h30	Céu limpo	4	2	2	0	0	2	1	1	3	3	1	1	0
16	05-04-2013	23h55	Céu limpo	4	2	2	1	0	2	1	1	2	3	1	1	0
17	08-04-2013	00h00	Chuva	4	2	2	0	0	2	0	1	2	3	2	1	0
18	10-04-2013	00h30	Chuva	4	2	2	0	0	2	0	1	2	3	1	1	0
19	12-04-2013	01h25	Chuva	3	2	2	0	1	2	0	1	3	3	1	1	0
20	15-04-2013	01h00	Chuva	3	2	2	0	0	3	0	1	3	3	1	1	0
21	20-03-2013	00h30	Nublado	3	2	2	0	0	2	0	1	2	3	1	1	0
22	22-04-2013	23h50	Nublado	3	2	2	0	0	2	0	1	2	3	1	1	0
23	25-04-2013	23h30	Nublado	4	2	2	0	0	2	0	1	2	3	1	1	0
24	28-04-2013	23h45	Nublado	4	2	2	0	0	2	0	1	2	3	1	1	0
25	30-04-2013	01h30	Céu limpo	4	2	2	0	0	2	0	1	2	2	1	1	0
26	01-05-2013	23h45	Céu limpo	4	2	2	0	0	2	0	1	2	3	1	1	0
27	06-05-2013	23h50	Chuva	4	2	2	0	0	2	0	1	2	3	1	1	0
28	09-05-2013	23h45	Chuva	4	2	2	0	0	2	0	1	2	3	1	1	0
29	12-05-2013	23h55	Céu limpo	4	2	2	0	0	2	0	1	2	3	2	1	0
30	14-05-2013	00h00	Céu limpo	4	3	2	1	0	2	0	1	2	3	2	1	0
31	17-05-2013	00h20	Chuva	4	3	2	0	0	2	0	1	2	3	2	1	0
32	21-05-2013	00h15	Céu limpo	4	3	2	0	0	2	0	1	2	3	2	1	0
33	24-05-2013	00h15	Céu limpo	4	2	2	0	0	2	0	1	2	3	2	1	0
34	26-05-2013	23h45	Céu limpo	3	2	2	0	0	2	0	1	2	3	2	1	1
35	29-05-2013	23h50	Chuva	3	2	2	0	0	2	0	1	2	3	2	1	1
36	02-06-2013	00h15	Céu limpo	3	2	2	0	1	2	1	1	2	3	1	1	1
37	03-06-2013	00h20	Céu limpo	4	2	2	0	0	2	1	1	2	3	1	1	0
38	06-06-2013	23h50	Céu limpo	3	2	2	0	0	2	1	1	2	3	1	1	0
39	10-06-2013	00h40	Céu limpo	4	2	2	0	0	2	1	1	2	3	1	1	0
40	13-06-2013	00h10	Céu limpo	4	2	2	0	0	2	1	1	2	3	1	1	0

Fonte: Elaboração própria, 2014